

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS TERRITORIAS
E SOCIEDADE NA AMAZÔNIA

FLÁVIA MADEIRA DA SILVA

**A MERCANTILIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: OS CURSOS
DO SETOR PRIVADO DE QUALIFICAÇÃO EM MARABÁ.**

MARABÁ/PA
2019

**A MERCANTILIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: OS CURSOS
DO SETOR PRIVADO DE QUALIFICAÇÃO EM MARABÁ.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, (UNIFESSPA) como um dos requisitos para a obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Célia Regina Congilio.

BANCA AVALIADORA

Prof.^a. Dr.^a. Célia Regina Congilio
Orientadora/ Unifesspa

Prof^aDr^a Andréa Hentz de Mello
Presidente da Comissão/Unifesspa

Prof^a.Dr^a Hildete Pereira dos Anjos
Examinadora Interna/ Unifesspa

Prof^o Dr^o Mariano Féliz – Examinador externo/Universidad Nacional de la Plata

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) Biblioteca Setorial Campus do Tuarizinho

Silva, Flávia Madeira da

A mercantilização da formação profissional: os cursos do setor privado de qualificação em marabá / Flávia Madeira da Silva; orientadora, Célia Regina Congilio. — Marabá : [s. n.], 2019.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Marabá, 2019. 1.

Formação profissional – Marabá (PA). 2. Mercado de trabalho. 3. Planejamento regional. 4. Ensino profissional I. Congilio, Célia Regina, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia. III. Título.

CDD: 22. ed.: 370.113098115

Elaborada por Adriana Barbosa da Costa – CRB-2/391.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família, em especial a meus pais, Cícero e Josélia, pelo carinho e compreensão com o qual sempre me trataram e por me incentivarem constantemente nesta empolgante jornada que é a vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Inicio meus agradecimentos lembrando-me da difícil tarefa que foi escrever esta dissertação, sem dúvida o momento mais complexo de minha vida acadêmica e pessoal, pois além de enfrentar as costumeiras dificuldades da pós graduação também precisei lidar com problemas de saúde que dificultaram o andamento deste trabalho, por isso agradeço a El ROI, “o Deus que vê” e que viu minha caminhada no deserto. Posteriormente, agradeço a minha orientadora Célia Congílio por sua paciência, empenho e encorajamento em momentos de grande fadiga. De semelhante maneira, agradeço aos demais professores do Programa de Pós Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia/PDTSA-UNIFESSPA, pois suas aulas me possibilitaram o arcabouço teórico para desenvolver esta pesquisa.

Agradeço a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) pelo auxílio financeiro concedido por intermédio da bolsa de estudos, fundamental para meu sustento pessoal neste período e desenvolvimento da pesquisa de campo. Sou muito grata a banca de exame de qualificação formada pelas doutoras Hildete dos Anjos (examinadora interna) e a doutora Adriana Mathis (examinadora externa Universidade Federal do Pará/Belém) pelas contribuições de grande relevância para o desenvolvimento deste trabalho. De semelhante modo, agradeço ao professor doutor Mariano Féliz (avaliador externo da Universidade de La Plata/ Argentina) por suas ricas contribuições na versão final do estudo.

Não posso deixar de mencionar minha gratidão aos colaboradores entrevistados, tais como os responsáveis pelas escolas de formação técnicas e profissionais mencionadas neste estudo, bem como seus alunos, pela gentil cooperação nas respostas dos questionários. Agradeço também aos responsáveis pelos empreendimentos comerciais atacado/varejistas aqui destacados e notadamente ao professor doutor José Carlos Silva/UNIFESSPA, pelo auxílio na sistematização dos dados captados durante estas entrevistas.

Meus agradecimentos vão também para os colegas de classe que tornaram-se companheiros para além do compromisso com os seminários em grupo, meu carinho em particular pela Elizamar Púpio, por seus conselhos sempre sábios e os inesquecíveis momentos de descontração. Por fim, agradeço ao meu companheiro de vida Felipe Raiol por compreender meu cansaço e ausência, por me oferecer um ombro amigo nos momentos de ansiedade e por me encorajar em etapas difíceis do mestrado, especialmente na reta final deste estudo.

RESUMO

Esta pesquisa pretende refletir acerca da formação promovida pelas escolas técnicas e profissionais do setor privado de qualificação do município de Marabá, Pará, permeando o estigma de desenvolvimento ao qual foi submetida a região desde o processo de implantação de grandes projetos de exploração. Sua construção assenta-se na hipótese de que o tipo de formação promovida pelas escolas privadas da cidade está fortemente impregnada de um construto capitalista de mercantilização da educação, sustentado pelo componente ideológico inerente à dinâmica de reconfiguração do padrão socioeconômico da região que vincula a entrada ou permanência do trabalhador no mercado de trabalho às suas qualidades individuais adquiridas por intermédio da qualificação oferecida pelas escolas técnicas e profissionais da cidade. A estratégia metodológica utilizada agrega pesquisa bibliográfica e documental de estudos e relatórios que discutem a dinâmica da região sudeste do Pará, bem como compilação dos dados adquiridos no trabalho de campo. As discussões ramificam-se por três seções que abrangem inicialmente o recorte histórico de implantação, expansão e institucionalização da formação profissional no Brasil, evidenciando a simetria entre Estado e os interesses político econômicos da classe dominante. Em seguida, são discutidas as características que configuram a região onde localiza-se o município, o processo de implantação e os reflexos socioeconômicos da instalação de grandes projetos de exploração capitalistas. A última seção traz a sistematização e análise qualitativa dos dados de campo a partir de uma abordagem dialética dos resultados obtidos. Como resultado o estudo revelou que as modificações na conjuntura econômica de Marabá, reflexo da desaceleração de sua principal atividade produtiva, tem favorecido a reconfiguração do processo de mercantilização da formação profissional no cenário local, emergindo como mais um ramo empresarial na cidade. Mostrou ainda como estas empresas se utilizam de artifícios capitalistas para se eximir das responsabilidades inerentes a formação e inserção de seus alunos no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Planejamento regional. Ensino profissional

ABSTRACT

This research intends to reflect on the training promoted by the technical and professional schools of the private sector of qualification of the municipality of Marabá, Pará, permeating the stigma of development to which the region has been subjected since the process of implantation of great exploration projects. Its construction is based on the hypothesis that the type of training promoted by the city's private schools is strongly impregnated with a capitalist construct of commodification of education, supported by the ideological component inherent in the dynamics of reconfiguration of the socioeconomic pattern of the region that links the entrance or worker to the individual qualities acquired through the qualification offered by the technical and professional schools of the city. The strategy methodology used adds bibliographic and documentary research of studies and reports that discuss the dynamics of the Southeast region of Pará, as well as compiling the data acquired in the field work. The discussions are divided into three sections that initially cover the historical cut of the implantation, expansion and institutionalization of professional training in Brazil, highlighting the symmetry between the State and the political-economic interests of the ruling class. Next, the characteristics that configure the region where the municipality is located, the implantation process and the socioeconomic reflections of the installation of large capitalist exploration projects are discussed. The last section brings the systematization and qualitative analysis of the field data from a dialectical approach of the results obtained. As a result, the study revealed that the changes in Marabá's economic situation, reflecting the slowdown in its main productive activity, have favored the reconfiguration of the process of commodification of vocational training in the local scenario, emerging as another business branch in the city. It also showed how these companies use capitalist devices to avoid the inherent responsibilities of training and insertion of their students in the labor market.

Keywords: Labor market. Regional planning. Professional education

LISTA DE SIGLAS

- ACIM** - Associação comercial e Industrial de Marabá
- ALPA** - Aços laminados do Pará
- DIM** - Distrito Industrial de Marabá
- PIMPO** - Programa Intensivo de Formação de Mão-de-Obra
- CONIF** - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
- CEFET's** - Centros Federais de Educação Tecnológica
- IF's** - Institutos Federais de Educação
- LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.
- ONU** - Organização das Nações Unidas
- CEPAL** - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.
- MEC** - Ministério da Educação
- TEM** - Ministério do Trabalho e Emprego
- BID** - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- SEMTEC** - Secretaria de Educação Média e Tecnológica
- SETEC** - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
- PRONATEC** - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
- SEPLAN** - Secretaria Municipal de Planejamento
- SICOM** - Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração de Marabá
- SINDIFERPA** - Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Estado do Pará
- SIMETAL** - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, de Material Elétrico, Eletrônico e Informática do Município de Marabá.
- SERFHAU** - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
- PEDUM** - Plano de Desenvolvimento Urbano de Marabá

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dinâmica populacional de marabá de 1980 a 2007	47
Tabela 2 - Índice de desenvolvimento humano municipal – idhm	49
Tabela 3 - Empreendimentos siderúrgicos instalados no dim até 2008, estimativa de produção anual, estimativa de geração de empregos diretos até 2008, situação de funcionamento até 2017 e estimativa de geração de emprego até 2017.....	51
Tabela 4 – Escolas de formação profissional em marabá, segmento que atendem e núcleo de instalação.....	64
Tabela 5 -Distribuição percentual dos empreendedores por estágio segundo as atividades de seus empreendimentos e crescimento dos setores vinculados aos ramos da beleza-gem 2016.....	73

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estoque de emprego segundo setor de atividade econômica em marabá/pa – 2005/2016	52
Figura 2 - Estoque de emprego segundo setor de atividade econômica em marabá/pa – 2005/2016 e crescimento dos setores de comércio e serviços na cidade.....	56
Figura 3 – Empresas com vínculo empregatício e empregos formais no setor de atividade econômica em marabá/pa – 2016.....	56
Figura 4 – Estabelecimentos com vínculos empregatícios por setor de atividade econômica do cadastro rais 2005-2016.....	80

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Requisitos dos alunos para escolha das escolas de formação técnica e profissionais.....	83
Gráfico 2 - Situação socioeconômica dos alunos pesquisados.....	84
Gráfico 3 – Requisitos para escolha do curso de formação técnico ou profissional.....	85
Gráfico 4 – Requisitos para escolha do curso por sua relação com o mercado de trabalho.....	85
Gráfico 5 – Expectativas de posicionamento profissional dos alunos no mercado de trabalho.....	86
Gráfico 6 – Pesquisa do aluno quanto à faixa salarial oferecida pelo mercado de trabalho para o curso escolhido.....	87
Gráfico 7 – Expectativa dos alunos em relação ao mercado de trabalho local e a empregabilidade para o curso escolhido.....	89
Gráfico 8 – Perspectiva do aluno para a localidade de atuação após a conclusão do curso.....	89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
SEÇÃO 1 –A MERCANTILIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	20
1.1 Processo de formação técnico/profissional orientado para os programas de desenvolvimento brasileiro a partir da década de 1950.....	25
1.2 A educação profissional brasileira nos anos 1990: o desafio da redemocratização desta modalidade de ensino e ascensão da rede privada.....	28
1.3 Reformulação e expansão das redes públicas e privadas de educação profissional no Brasil no século XXI: as contradições do processo.....	33
SEÇÃO 2 - A DINÂMICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DOS ANOS 1960 E OS COMPONENTES DE FORMAÇÃO DO ATUAL MERCADO DE TRABALHO MARABAENSE	39
2.1 O aumento populacional no circuito marabaense: reflexo dos grandes projetos?	46
2.2 Estrutura organizacional do comércio e serviços em marabá e a composição do mercado de trabalho local	58
SEÇÃO 3 - O SETOR PRIVADO DE FORMAÇÃO TÉCNICO/PROFISSIONAL EM MARABÁ E O SUPOSTO ARRANJO DE RELAÇÕES COM O MERCADO DE TRABALHO LOCAL	62
3.1 As perspectivas qualificais do mercado de trabalho local segundo o setor privado de formação técnico/profissional: o caráter comercial deste tipo de formação em Marabá	65
3.2 A contraposição entre o empresariado local e a real absorção dos egressos dos cursos do setor privado de formação técnico/profissional	78
3.3 As expectativas do quadro discente das escolas privadas de formação técnico e profissional de marabá em relação ao mercado de trabalho local	82

3.4 A construção ideológica por trás da formação técnica e profissional sustentada pelas escolas privadas de formação técnico e profissional de Marabá	90
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	97
APÊNDICE	104

INTRODUÇÃO

Este trabalho desenvolveu uma análise acerca do processo de mercantilização da formação profissional no setor privado de Marabá e, para tanto, partiu de um construto histórico para compreender não somente as peculiaridades que delineiam a formação profissional em caráter público e privado em âmbito nacional e local, mas as características que a constituem desde sua gênese como um aparato ideológico de poder. Por conseguinte, foram evidenciadas as condições de exploração do setor no qual se insere a cidade em estudo, destacando-a como palco de reestruturações produtivas do capital que, na nova conjuntura de organização econômica local, encontram na educação profissional o artifício dialético para a conservação da desigualdade e perpetuação dos atributos capitalistas de exploração da força de trabalho.

Em abrangência nacional, Frigoto (2007) evidencia que a formação profissional, assim como a educação brasileira em todas as suas abrangências e modalidades, possui de maneira inerente o equívoco de ser tratada em si mesma, em suas peculiaridades e não como constituída e constituinte de um projeto dentro de uma sociedade subdividida em classes, frações de classes e grupos sociais desiguais.

Na esfera local, em âmbito público, desde o princípio do processo de implantação dos projetos de exploração, o sentido da profissionalização ofertada pelo governo procurou atendê-los adequando-se diretamente ao potencial do mercado e não à função social e política da educação. Martins (2015) destaca que a formação profissional voltada ao trabalhador local se manifesta no controle da força de trabalho, no intuito de que o capital possa se expandir em condições satisfatórias por intermédio de uma educação exclusivamente voltada para o mercado de trabalho.

Respaldado por uma ampla bibliografia de apoio que evidencia as características da formação profissional na rede pública, esse trabalho almejou a empreitada de compreender as características deste tipo de formação no setor privado em Marabá como resultante de um processo econômico de atitude essencialmente capitalista que designa qualificação como pré-requisito para competir no mercado de trabalho. Destarte, esse trabalho se justifica, não pela inovação acerca dos estudos referentes ao impacto da implantação de grandes

projetos de exploração na região onde localiza-se o município de Marabá, não se trata de um percurso inédito e não se trata de fato, de seu objetivo. Justifica-se por trilhar um caminho investigativo no intuito de delinear o processo de reordenamento do projeto de desenvolvimento voltado à cidade de Marabá bem como seu impacto na exploração da força de trabalho da região sob a égide das reestruturações produtivas do capital que se refletem na instalação de um novo projeto educacional, alimentando a estrutura produtiva regional que reorganiza-se conforme as novas exigências de consolidação do capital.

Desse modo, a aproximação com categorias do método dialético norteou esta pesquisa na perspectiva de analisar o movimento inerente as contradições do modo de produção capitalista dentro da realidade antagônica da dinâmica produtiva regional e os problemas que acometem a massa trabalhadora local. Foi realizada a análise documental de estudos e relatórios nos acervos da Biblioteca municipal de Marabá, Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN), Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração de Marabá (SICOM), Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Estado do Pará (SINDIFERPA), Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, de Material Elétrico, Eletrônico e Informática do Município de Marabá (SIMETAL) e Associação Comercial e Industrial de Marabá (ACIM), bem como demais fontes de pesquisa virtuais que delineiam a dinâmica produtiva da região na qual se localiza Marabá a partir da perspectiva de implantação de grandes projetos de exploração mineral e configuração econômica regional.

Assim, este trabalho desenvolveu a hipótese de que a formação profissional na esfera privada em Marabá insere-se num processo de reestruturação produtiva do capital, dotado de características ideológicas de massificação e controle da força de trabalho, no qual o trabalhador passou a tornar-se diretamente responsável por sua alocação no mercado, cada vez mais celetista, informal e incapaz de absorver todos os trabalhadores. Para isso, utilizou em sua metodologia, como meio de sustentação ou falseamento desta hipótese, a análise qualitativa de dados, dividida em quatro etapas.

No primeiro momento foi realizado o levantamento das escolas privadas de formação técnico/profissional da cidade as quais foram descritas por núcleo de instalação e segmentos que atendem. Na segunda etapa, selecionamos quatro (4) escolas para estudo, descrevendo-as como Escola (A), Centro Educacional (B),

Instituto (C) e Instituto (D), por conseguinte, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com um (1) representante de cada empresa.

No terceiro momento, foram aplicados questionários a quarenta (40) alunos destas escolas. Por fim, na quarta etapa foram entrevistados três (3) responsáveis por novos empreendimentos instalados na cidade, no intuito de realizar o cruzamento de dados entre o que oferecem estas escolas de formação, as perspectivas de seus alunos quanto ao que elas prometem em relação ao mercado e o que, de fato, os grandes empregadores da cidade necessitam em seu quadro de funcionários.

Sua composição desenvolveu-se no decorrer de três segmentos, na primeira seção adentramos na dualidade estrutural entre educação profissional e ensino propedêutico em distintos períodos históricos, analisando as circunstâncias socioeconômicas que fizeram do ensino profissionalizante uma necessidade no País desde o limiar da colonização, inclusive anterior à formalização do ensino e sempre orientado pelo desígnio de impulsionar a economia, muitas vezes alheia à estrutura social de que dispunha em cada época.

Como bem assevera Barone (1998) a trajetória da educação profissional no Brasil traz implícita em seus primórdios uma ideia de marginalização, a separação entre o trabalho manual e intelectual, uma relação pretensamente voltada a atender os imperativos do mercado bem mais que às demandas humanistas do período no qual foi implantada no país.

Estas observações de Barone resumem uma boa parte das ponderações da primeira seção deste trabalho, entretanto não abrangem todas as modificações a que foi submetido este tipo de formação levando em consideração as exigências político-econômicas que despontavam no Brasil.

Num segundo momento, destacou-se a importância compreender e descrever o processo histórico que fez com que a Formação Profissional sofresse tantas variações e ainda assim continuasse com o explícito objetivo de atender aos imperativos da economia. A segunda seção objetivou abrir os caminhos que efetivamente justificam este estudo em Marabá. A economia regional vislumbrada a partir do desenrolar dos planos de implantação de diversos projetos de exploração nas intermediações do município, foi abordada desde os primórdios da exploração do território com vistas ao acúmulo de capital, para que se pudessemos evidenciar

os condicionantes de formação do atual mercado de trabalho na cidade. Uma análise dos componentes que corroboraram para a constituição deste mercado local mostrou-se de fundamental valia para a compreensão da singularidade que orienta o desenvolvimento e/ou reordenamento do quadro existente de atividades em Marabá.

Nesta seção discutiu-se o interesse pela rede privada de ensino técnico e profissional em Marabá, nosso interesse deu-se porque é notória a importância da cidade na dinâmica sócio econômica nas regiões sul e sudeste do Pará desde a década de 1980, regiões amplamente ocupadas por projetos de exploração mineral como destaca Coelho:

Na década de 80 a região do sudeste do Pará passava por um acelerado dinamismo, sócio espacial, decorrente das políticas tributárias (...) e da implantação da rede de infraestrutura ampliada com a implantação do Projeto Ferro Carajás e Programa Grande Carajás. Tudo isso contribuiu para a atração de enorme fluxo populacional para a região [...]. Pode-se falar de Marabá como capital regional que fornece serviços para toda a região (...) constitui-se do principal nó da rede, ou o mais importante centro político e econômico da região(COELHO, 2006,p 119 e 128).

Conjecturou-se que em meio a um campo tão fértil para proliferação da ideia de um desenvolvimento tendo como pilar o crescimento da economia regional e ainda com base no próprio crescimento populacional em Marabá, surgiria também a ideia da necessidade de qualificação da força de trabalho em torno deste desenvolvimento econômico. Assim sendo, discutimos o período de implantação dos grandes projetos até o momento de reconfiguração de sua economia a partir da queda de um dos principais setores econômico do município, o Distrito Industrial de Marabá, evidenciando as singularidades que passariam a delinear o trabalhador local.

Finalmente, na terceira seção foi desprendido o empenho em adentrar nas peculiaridades do tipo de oferta de qualificação promovida pelas escolas privadas de formação técnico e profissional em Marabá. O intuito se concentrou em verificar se a demanda de procura e oferta de cursos nestas escolas se espelha nas necessidades do mercado marabaense, quais seus argumentos para atração de alunos e ainda a percepção destes estudantes diante do que lhes é oferecido, bem

como suas inclinações diante do concorrido mercado de trabalho na região. Nesta etapa, o trabalho de campo mostrou-se proeminentemente relevante, pois a partir do conjunto de dados coletados, adquirimos o substrato para analisar o caráter assumido pelo ensino técnico e profissionalizante oferecido nas escolas locais; foi possível, portanto, verificar se havia uma relação entre o empresariado empregador e estas escolas ou se apenas se tratava de mais um grupo empresarial atraído pela dinâmica econômica que desempenha o município em âmbito regional.

SEÇÃO 1 – A MERCANTILIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Para Marx o trabalho é o ponto de partida para a compreensão da relação homem e natureza na sociedade capitalista; por intermédio dele, o homem pode realizar-se ou alienar-se quando o processo de trabalho escapa ao seu domínio. Nas relações de produção o operário não possui outro bem senão sua força de trabalho, concebida como uma mercadoria como outra qualquer na conjuntura ideológica do sistema, pois as mesmas leis gerais que regulam o preço de todas as outras mercadorias, também regula o preço da força de trabalho humana, com o diferencial de que o valor que o determina agrega ainda outros valores:

O valor da força de trabalho é formado por dois elementos: um físico e outro histórico e social. Seu limite último é determinado pelo elemento físico, ou seja, para manter-se e reproduzir-se, a classe operaria precisa obter os artigos de primeira necessidade absolutamente indispensáveis à vida e à sua multiplicação(MARX,1973, p.134).

Para que o capital se expanda satisfatoriamente é necessário criar um contingente populacional que dependa diretamente da venda dessa força de trabalho e que esteja disposta a submeter-se as suas diretrizes no intuito de adquirir os meios necessários à sua subsistência. Ainda conforme Marx (2010), no sistema capitalista de produção, os homens não agem apenas sobre a natureza, mas uns sobre os outros e quanto mais o capital se expande, mais se ampliam a divisão do trabalho e do emprego. Neste contexto surge num patamar contemporâneo de produção e acumulação flexível, a ideologia capitalista da qualificação, consolidando-se como mais um aparato do capital que delega ao trabalhador a obrigatoriedade por sua adequação as exigências do mercado.

Sob essa ótica, o desemprego não se torna uma consequência do sistema que se alicerça na exploração do homem e da natureza, mas reflexo da ausência de competências do trabalhador que precisa apresentar aptidões especiais para adentrar ou manter-se no competitivo mercado. Assim, a própria ideia da necessidade de qualificação permite o fornecimento do recurso humano ao mercado laboral, afim de garantir a expansão do capital numa sociedade onde se multiplicam os qualificados desempregados.

Partindo dessas premissas acerca das formas ideológicas contemporâneas de exploração do trabalho, o intuito deste capítulo assenta-seno objetivo de analisar

em que contexto político-econômico a formação profissional de caráter privado tomou tamanha proporção na estrutura do ensino brasileiro. Para tanto, importa-nos partir da conjuntura histórica que delinea a simetria entre educação e economia desde o limiar do processo de industrialização e desenvolvimento do país até os dias atuais. A educação profissional em seus diferentes enfoques, seja voltando suas vertentes formativas as atividades acopladas a agroindústria ou estritamente industriais, comerciais e de serviços, inegavelmente permite-nos uma análise acerca da falácia que orienta sua mercantilização ancorada ao mundo do trabalho em esfera local e nacional.

De acordo com os dados do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), em setembro de 2009, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica completou 100 anos. Contudo, de acordo com o Ministério da Educação a história do ensino profissional no Brasil é bem mais antiga e se reporta aos primórdios da colonização, antes mesmo da instituição do ensino formal no país e assinalando desde sua implantação momentos de oscilação entre o público e o privado.

Ao final do império e início da primeira República, período que vai de sua Proclamação em 1889 até os anos 1930, o Brasil passou por profundas mudanças socioeconômicas ocasionadas pela extinção do regime escravocrata, incentivo a imigração e expansão da cafeicultura. A economia torna-se acentuadamente agrário-exportadora e sua rentabilidade cria condições para a aceleração dos processos de urbanização e industrialização; tornou-se indispensável investir na infraestrutura de modernização das cidades e para tal, também investir na formação profissional para atuação em novos setores econômicos.

Para Manfredi (2002) o proeminente desenvolvimento industrial, durante o primeiro meio século de República, fez com que o país se tornasse mais um cenário em meio às revoluções político-sociais que acompanhavam o aparecimento do capitalismo em grande parte do mundo. No Brasil estas revoluções se davam em virtude das crescentes mobilizações e organizações de trabalhadores que à luz da busca por seus direitos, organizaram movimentos de caráter grevista alarmando a elite governamental, principalmente por se espalharem rapidamente pelos principais centros urbanos do país. Nesta conjuntura de contestação da atitude organizacional dos operários brasileiros, o maciço investimento no ensino profissional por parte do

governo apregoa-se como uma resposta as manifestações populares além de um instrumento de disciplinamento popular.

O desenvolvimento industrial capitalista, como modo de produção e de vida, tão cedo revelou o papel de protagonistas dos trabalhadores, os quais mediante suas organizações, promoveram uma série de movimentos grevistas. Num clima de movimentos de contestação social e política, o ensino profissional foi visto como um antídoto contra o apregoamento das ideias exóticas das lideranças anarco-sindicalistas existentes no operariado brasileiro (MANFREDI, 2002, P. 82).

O ano de 1906, segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 2016), marcou a consolidação do ensino técnico industrial no Brasil; neste ano, o governador do Rio de Janeiro Nilo Peçanha inicia por meio do Decreto nº 787, o ensino técnico profissional no país, criando quatro escolas profissionais no estado. Com o Decreto nº 7.566 de 23 de Setembro de 1909 foram criadas inicialmente em diferentes unidades federativas, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, 19 Escolas de Aprendizes Artífices, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito (PDE, 2007). Estas instituições culminaram tempos depois nas Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas, Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet's) e recentemente nos Institutos Federais de Educação (IF's), desde sua gênese acoplados as exigências da demanda produtiva regional.

É importante observar como ressalta o Ministério (BRASIL, 2016) que o processo inicial de criação destas escolas se constituía de um mecanismo de barganha política entre o governo e as oligarquias locais. O objetivo era a formação de operários e contramestres instruídos a partir de ensino prático e de conhecimentos técnicos em oficinas de trabalhos manuais ou mecânicos. Pronko(1999) compreende que as formas materiais adotadas pelo ensino profissional no Brasil, nasceram articuladas às modificações técnicas sofridas pelo próprio processo de trabalho, que adquiram novos contornos com o advento do capitalismo. Para a autora, na última década do século XX, a formação profissional ainda articulava formas semelhantes as que lhe delineavam no início do século.

Os anos 1930 propiciaram iniciativas mistas de formação profissional no Brasil, assim como esboçaram os caracteres mais presentes na legitimação da dicotomia entre trabalho manual e intelectual na ocasião em que já se observava a

sintonia entre educação formativa e divisão social do trabalho (BRASIL, 2016). Neste período, como destaca Manfredi (2002), o governo reprime intensamente todas as formas de organização de trabalhadores quando as reivindicações trabalhistas se transformam de uma questão exclusivamente social para de ordem educacional, político e ideológica. Para reprimir todas as formas de organização dos trabalhadores, o ensino profissional surge como uma forma de cerceamento da iniciativa popular, ao passo em que aproxima os interesses do Estado aos interesses do empresariado. A Constituição Brasileira de 1937, segundo menciona Wittaczik, foi a primeira a tratar especificamente do ensino técnico, profissional e industrial no país, destacando entre outros, a simetria no artigo 129 entre os interesses do Estado em formar profissionais e o núcleo empresarial:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público (WITTACZIK, 2008, p. 80).

A criação do Ministério do Trabalho no início dos anos 1940, segundo Manfredi(2002) surge como uma forma de cerceamento da livre iniciativa de organização dos trabalhadores que, para de fato serem reconhecidas como organizações trabalhistas, dependiam de sua vinculação a esse órgão. No campo da formação profissional, essa iniciativa governamental, resultado das políticas socioeconômicas de desenvolvimento, que dirigiam a economia de muitos países da América Latina, culminou na criação do chamado “Sistema S”¹, “organizado e gerenciado pelos sistemas sindicais patronais (confederações e federações) de representação empresarial” configurando-se como uma rede de educação profissional paraestatal.

¹ O “Sistema S” reúne o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Social da Indústria(Sesi), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Social do Comércio (Sesc), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Serviço Social do Transporte (Sest),

Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte(Senat),Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)eServiço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo(Sescoop).

De acordo com Manfredi (2002) o “Sistema S” funcionou desde sua gênese, como um mecanismo pelo qual o empresariado pôde garantir sua representatividade nos rumos da formação profissional brasileira e intervenção nas relações sociais, servindo muitas vezes como um fio condutor da técnica apropriada aos seus interesses. Como destaca a autora, a política educacional beneficiou a articulação de políticas que vieram a favorecer os interesses dos setores empresariais privados e das nascentes estatais, em detrimento dos interesses dos grupos populares. (MANFREDI, 2002, p. 102).O estratégico controle, camuflado nas premissas de colaboração entre capital e trabalho, gerou uma falsa ideia de paz social e estreitou as relações entre os governos e os grupos empresariais. Assim, a escola apesar de anterior ao advento do capitalismo assume um papel indispensável no processo de expansão do capital, sobretudo pela configuração adotada segundo a pretensão do governo em universalizá-la. O ensino profissional passou a representar um elo privilegiado de comunicação entre esses dois mundos: o do disciplinamento popular (a escola) e o da produção capitalista.

No período que sucede o Estado Novo até o Golpe Militar, de 1945 a 1964, o Brasil segue a conjuntura latino americana dos processos de industrialização substitutiva. Entre os anos 1940 e 1950 Saviani (2007) destaca que viu-se no Brasil a definição de ações voltadas à ampliação dos sistemas educativos e, em particular, para a implantação de um sistema de formação técnica e profissional que em especial atendesse aos imperativos da indústria. Os mecanismos legais e as estruturas formativas construídas com o protagonismo do Estado frente à economia continuaram a alicerçar o empresariado brasileiro nos anos posteriores até a década de 70, cristalizando concepções e práticas de ensino que distinguiam, como em todas as épocas, a educação escolar acadêmico generalista da educação profissional. Em resumo, a formação profissional pretendida privilegiava a profissionalização com vistas a atender rapidamente o quadro de demandas da indústria.

Neste contexto, Pronko(1999) ressalta que na conjuntura histórica da educação profissional no Brasil, as relações, as práticas e instituições educacionais

tiveram um papel fundamental na distribuição dos conhecimentos necessários para a adequação do processo educacional aos requerimentos da produção capitalista. Alves confirma esta proposição quando menciona que entre os anos 1940 e 1970 a educação brasileira foi moldada de forma dualista, especificando no método educacional a distinção entre a educação acadêmico generalista e a educação profissional:

Os alunos tinham acesso a um conjunto básico de conhecimentos que eram cada vez mais amplos, à medida que progrediam em seus estudos, para a *educação profissional* o aluno recebia um conjunto de informações relevantes para o domínio de seu ofício, sem aprofundamento teórico, científico e humanístico que lhe desse condições de prosseguir nos estudos ou mesmo de se qualificar em outros domínios (ALVES, 1997, p. 71).

1.1 O processo de formação técnico/profissional orientado para os programas de desenvolvimento brasileiro a partir da década de 1950.

Somente na Segunda República, em meados da década de 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek (JK)(1956-1961), quando muitos paradigmas já haviam sido consolidados quanto ao ensino profissionalizante no país, é que se pôde observar certo afrouxamento no regime ditatorial ao qual fora submetido o sindicalismo nacional. O Plano de Metas do governo JK traz a marca do aprofundamento da relação entre Estado e o mercado. Neste período, a indústria automobilística chega ao país como o grande ícone de consolidação da economia nacional e a educação propõe a formação de profissionais orientados para as metas de desenvolvimento. O plano prevê investimentos maciços nas áreas de infraestrutura necessária a rápida industrialização.

No ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em Escolas Técnicas Federais; estas instituições ganham autonomia didática e de gestão e com isso, intensifica-se a formação de técnicos, mão-de-obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização. A ampliação da Rede Federal pressupõe o alargamento de ofertas de educação profissional com base em acordos internacionais de formação de trabalhadores (BARONE, 1998)

O Brasil torna-se dependente do capital internacional que passa a exigir investimentos na área da educação como condição para qualificação de trabalhadores. Congílio (2004) destaca que, em nível mundial, no período pós segunda guerra e início da guerra fria, novas doutrinas contribuíram para a

composição da ideologia burguesa dominante; além de uma série de interpretações quanto a conjuntura estrutural do capitalismo, surgiu também a concepção idealista do “Estado da intervenção e do planejamento”, tudo isto como reflexo do modelo fordista de produção. No Brasil, por exemplo, em 1961 assistiu-se a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, contudo, a dualidade estrutural entre os dois níveis de formação persistiu, sobretudo porque à educação profissional delegou-se a intenção de formar força de trabalho, enquanto a educação acadêmica delegou-se a função de desenvolver “aptidões para a vida”(BRASIL, 2016).

O foco estratégico de desenvolvimento durante os governos militares (1964 a 1985) assemelha-se ao do governo JK no que se refere ao interesse na rápida formação de profissionais para atender ao processo de industrialização, embora bem mais voltado aos Grandes Projetos Nacionais, mas em total articulação com os interesses do capital internacional. A construção dos polos petroquímicos, agropecuários, agrominerais e hidrelétricas em todo o país fez surgir, neste novo cenário nacional, a notória necessidade de investir em projetos de espessa qualificação, daí a formação que se pretendia com o Programa Intensivo de Formação de Mão-de-Obra (PIPMO), que foi executado pelas instituições existentes de formação profissional em articulação direta com o empresariado (MANFREDI, 2002).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1961 (LDB) almejou a primeira tentativa de equivalência entre o ensino técnico e o propedêutico no período da Segunda República, garantindo ao estudante de ensino profissional a possibilidade de ingresso ao ensino superior (BRASIL, 1961). Contudo, somente em áreas equivalentes à sua formação técnica. Esta lei refletia o intento de investir na profissionalização de caráter universal e compulsória admitindo ainda mais, a partir da LDB de 1971 (BRASIL, 1971), que demonstrava o objetivo do governo em participar da economia internacional camuflada pelo discurso governamental que pregava a universalização da educação para ricos e pobres.

Em 1971, o governo delegou ao sistema educacional a função de preparar os recursos humanos para a absorção no mercado de trabalho e, para isso, ambicionou um projeto de reforma nos ensinos fundamental e médio. Esta medida tornou obrigatória a profissionalização de alunos egressos do ensino secundário. Entretanto, como salienta Cunha (2000), não havia na perspectiva governamental

clareza de objetivos para a articulação entre educação geral e formação profissional. Assim, não havia complementariedade entre os ensinos e a dualidade permanecia, em especial com os pareceres do Ministério da Educação de 1975 que reafirmavam a distinção entre o ensino de formação geral e o de caráter profissional.

Estas leis deixaram um legado de ambiguidade educacional no Brasil atingindo os níveis médios e técnicos oferecidos pelas redes estaduais que acabou por impulsionar o desenvolvimento de iniciativas privadas de preparação profissional, uma vez que os institutos particulares aparentavam mais estruturação que os administrados pelo governo (MILITÃO, 2000). Em 1978 o governo cria com a lei nº6.545 (BRASIL, 1978) os Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Cefets), esta lei dispunha sobre a transformação das escolas técnicas de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro estendendo-se anos depois por todo o país. Naquele momento a finalidade era oferecer cursos em estreita integração e articulação com o sistema produtivo.

Conforme Heloani e Pioli (2005), as décadas de 1960 e 1970 marcaram um período de modificações na conjuntura do sistema fordista em todo o mundo devido à crise do petróleo em 1973 e suas decorrentes políticas de reajustes. Por outro lado, a competitividade americana é posta à prova diante das inovações do modelo Toyotista japonês no setor automobilístico. Na esfera nacional, o modelo produtivo passa por diversos questionamentos no seio da sociedade civil influenciados pelos movimentos operários e estudantil. Para Congílio (2004) com embasamento em Mattoso (1995) a crise nos anos 1970 abrigou novas reestruturações econômicas, produtivas e ideológicas no intuito de recompor as taxas de lucro do capital:

Tornava-se premente “flexibilizar” o mercado de trabalho - cujo termo apresenta-se, num primeiro aspecto, associado aos propósitos de facilitar os meios de contratação e demissão dos trabalhadores, variar custos de contratação e de encargos sociais-implicando a flexibilização de direitos, tidos como restrições legais/institucionais à supremacia do livre-mercado (CONGÍLIO, 2004, p. 90).

Neste período foram concedidos incentivos fiscais para que muitas empresas desenvolvessem seus próprios projetos de formação profissional, os quais eram previamente aprovados pelo Ministério do Trabalho. Estes projetos visavam além dos interesses destas empresas, também os interesses do governo. Verificou-se nas décadas de 1960 e 1970 no Brasil e América Latina um estreitamento entre as

diretrizes dos programas de formação com os projetos desenvolvimentistas e o empresariado. A formação profissional deste período objetivava ampliar e intensificar o treinamento de trabalhadores requerida pelo desenvolvimento e crescimento industrial. O conceito de ordem era formar para profissões cujo desempenho impactasse a economia. (BARRADAS et al,1986).

1.2 A educação profissional brasileira nos anos 1990: o desafio da redemocratização desta modalidade de ensino e ascensão da rede privada.

O padrão capitalista de acumulação flexível adotado pela economia brasileira gerou, já no limiar dos anos 1990, uma série de discussões acerca da necessidade de reformulação dos ensinos médio e profissional no país. Isto deveu-se ao fato de que o debate que enfatizava a formação profissional tradicional não respondia às novas solicitações das empresas que se modernizavam, pondo em pauta questões como: a capacidade de adaptação de funcionários no ingresso ou mudança de cargo dentro da empresa, o que também comporta a capacidade de resolução de problemas. Estas questões cresciam em virtude do atual contexto mundial resultante da fragmentação do mercado de trabalho (BARONE,1998).

A última década do século XX caracterizou-se no Brasil como a era das profundas modificações no aparelho estatal. O sucateamento, a terceirização de muitos serviços públicos e as posteriores privatizações de muitas instituições fez do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1994 - 2001) o período de significativas mudanças na estrutura político administrativa do país. A reforma da educação se fez baseada no discurso da necessidade de adequação aos avanços tecnológicos e das transformações no mundo do trabalho provenientes da globalização da economia e fora principalmente financiada por organismos internacionais.

Ademais, a necessária articulação com diferentes setores sociais e mesmo outros processos educativos contribuíram também para o pertinente debate oriundo da adoção do modelo globalizado de desenvolvimento. Este modelo discutido por estudiosos da economia e da educação desde o final dos anos 1980 configurou-se, como destaca Barone (1998), como uma bemelaborada série de imposições aos países em desenvolvimento, caracterizada como a urgência em rever seus

programas de educação, tanto aqueles destinados ao ensino geral, quanto os de caráter profissional.

Para a autora, referendado por proposições de influentes organismos internacionais como Banco Mundial, Organização das Nações Unidas (ONU) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), há um discurso, entre os diferentes segmentos da sociedade, que destaca a melhoria da educação, em suas diferentes modalidades, como condição para a competitividade destes países no acirrado mercado mundial.

O debate sobre a educação nacional envolveu, como enumera Manfredi (2002), desde instâncias governamentais e universidades, entidades representativas do empresariado, trabalhadores e organizações educativas de segmento sindical e ainda entidades comunitárias laicas ou religiosas. Contudo, contrariando todos os projetos apresentados, o modelo oficial de reforma do ensino médio e profissional foi assegurado graças ao financiamento conjunto do Ministério da Educação (MEC), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial. Na reestruturação do ensino persistiu a lógica histórica de separação entre ambos, conformando a coexistência de redes de ensino separadas com aspectos e perspectivas distintos. Esta particularidade manteve a Educação Profissional próxima aos interesses imediatos do patronato e das recomendações dos órgãos internacionais à medida que a distanciou de uma efetiva redemocratização inerente aos projetos apresentados pela sociedade civil.

As políticas de reestruturação do sistema educacional brasileiro, apontadas pelo Banco Mundial desde a década de 1980, admitiram a necessidade de criação de um sistema que não demandasse alto custo ao governo. Para isso seria necessário desenvolver um processo de treinamento que tivesse a menor duração possível, permitindo, em breve espaço de tempo, uma nova alocação do trabalhador no mercado de trabalho.

Para alavancar a economia nacional e torna-la reconhecida no cenário internacional, o Banco Mundial sugeriu também o desenvolvimento de ações que aliassem esforços de vários setores da sociedade no processo de qualificação profissional, conjugando assim a participação ativa do poder público e da iniciativa privada no desenvolvimento de melhores estratégias que garantissem aos trabalhadores maior aptidão para acompanharem as mudanças atuais (BANCO

MUNDIAL, 1991). O que poderia representar uma posição de destaque para o ensino profissional nesta nova fase de estruturação do ensino nacional, conformou-se novamente como um processo que decompunha mais uma vez as modalidades básica e profissional de ensino.

Para o Banco Mundial (1991), embora tivesse vasta importância a educação primária e secundária, bem como a educação profissionalizante, os resultados desta última seriam melhores visualizados se não ministrada nos espaços da educação formal. De acordo com o Banco, a educação profissionalizante necessitaria de um modelo flexível e em sendo ministrada em instituições que tivessem certa autonomia, poderia ter suas suas atividades direcionadas considerando o movimento econômico. A legislação trabalhista nos anos 1990, por sua vez, tornou-se responsável pela criação de dispositivos legais que impediram a instalação de novas Escolas Técnicas mantidas pela União, conferindo ao setor privado grande participação na formação profissional no Brasil.

A educação profissional consolida-se mediante estes pressupostos como mais um setor empresarial. As recomendações do Banco Mundial, em vistas ao alcance das metas de ajuste fiscal e racionalização financeira de países em desenvolvimento, priorizam o investimento em educação básica por acreditar ser esta mais lucrativa, ao passo em que oferece as condições mínimas para o processo de universalização da educação e participação na vida social e produtiva do país (BANCO MUNDIAL, 1991). Ademais, investir numa educação profissional prolongada por parte do governo, demandaria alto custo e até prejuízo em virtude da crescente modificação de postos de trabalho. Conforme aponta Bastos (2010), o Banco Mundial tem trabalhado fortemente no intuito de mercantilizar a educação nos países da periferia capitalista, ao passo em evidencia sua negligencia quanto a sua realidade financeira :

Através de mecanismos financeiros (chantagem da dívida), geopolíticos e ideológicos, o Banco Mundial tem trabalhado fortemente, ao contrário do que apregoa na imprensa e em seus comunicados e publicações oficiais, no sentido de minar as condições básicas de soerguimento dos países periféricos, notadamente os da África e os da América Latina, ao fomentar a inescrupulosa mercantilização do provimento educacional nessas nações, mesmo tendo informações suficientes para saber que a esmagadora maioria dessas populações não possui renda para financiar o estudo em instituições privadas (BASTOS, 2010,P.56.).

Partindo destas premissas, a profissionalização do indivíduo deixa notoriamente de ser uma obrigação estatal, transferindo-se ao próprio trabalhador a responsabilidade pelo custeio e domínio das competências exigidas pelo mercado, fator este diretamente responsável por sua empregabilidade. Os dados do Censo da Educação Profissional de 1999, num trabalho conjunto entre Ministério do Trabalho e Educação e a Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec) revelaram que a rede privada passou mais que em qualquer outra época a desempenhar papel de destaque no processo de qualificação de trabalhadores. Conforme contabilizou à época, a rede de Educação Profissional contava com três mil novecentas e quarenta e oito (3.948) instituições de ensino das quais 67,3% eram mantidas pelo setor privado e apenas 32,7% pelo setor público.

No conjunto de medidas adotadas pelo governo de FHC no que concerne a educação profissional, vislumbra-se um interessante aspecto do processo de reestruturação imposto pelas organizações internacionais aos países periféricos. À medida que investe no ensino básico, após seu término, o governo se descompromete com a formação progressiva relegando às “condições naturais” o êxito ou fracasso do estudante. Neste sentido, a formação profissional pública, mesmo possuindo sua significativa parcela de investimento, assume um caráter contraditório porque deixa de fora uma imensa leva de necessitados de qualificação ao mesmo tempo em que afirma qualificar para o mercado.

As perspectivas em torno da Educação profissional nos anos 1990 trouxe à tona a proposta de uma nova institucionalidade nesta modalidade de ensino, entendendo-se por nova institucionalidade, como argumenta Manfredi (2002), um conjunto de entidades, atores e agências, assim como uma nova configuração no modelo de organização, de gestão e financiamento do ensino com destaque para a rede privada de formação.

Com a promulgação da LDB de 1996 (BRASIL, 1996), e de acordo com o Decreto Federal 2.208/97, institui-se as bases para a reforma do ensino profissionalizante no país dividindo-o em nível médio, com as escolas agrotécnicas, nível técnico, com os Centros Federais de Educação e tecnológico (CEFET) com vistas a formação de nível superior. O Decreto determinou: *a extinção da integração entre educação geral e profissional; o afastamento do Estado no custeio da educação; o fim da equivalência entre educação profissional e ensino médio e a*

priorização das necessidades do mercado. Até a publicação da LDB de 1996, muitos representantes da sociedade civil, bem como do governo, manifestaram seus projetos de reordenamento do ensino médio e profissional para o país. No entanto, o modelo adotado ensejou notadamente a ampliação da rede profissional de ensino em conjunto com a iniciativa privada, atribuindo a esta última grande participação, sobretudo na inserção de recursos em escolas públicas técnicas em prol do alargamento da oferta de cursos que atendessem às suas necessidades.

Enquanto para a formação de nível básico generalista estabeleceu-se uma trajetória cuja preparação visa a cidadania, no qual o trabalho adquirido pós-ensino não possui o caráter eminentemente profissional, à formação profissional de caráter complementar objetivou-se o ensino ligado ao desenvolvimento das aptidões acopladas a vida produtiva. Em vistas ao discurso do mercado que busca trabalhadores qualificados, produtivos, flexíveis e competitivos, a educação profissional destina-se no Brasil ao trabalhador em geral jovem ou adulto. Por assim ser, à educação básica atribui-se a possibilidade de ingresso na universidade enquanto a formação profissional permanece ancorada à lógica do mercado.

Como minuciosamente descreveu Tavares (2012), o reforço à dualidade estrutural durante o governo FHC ocorre para atender a três objetivos básicos:

1) evitar que Escolas Técnicas formem profissionais que sigam no Ensino Superior ao invés de ingressarem no mercado de trabalho, 2) tornar os cursos técnicos mais baratos, tanto para a rede pública quanto para os empresários da Educação Profissional que desejam oferecer mensalidades a preços competitivos, e 3) promover mudanças na estrutura dos cursos técnicos, de modo que os egressos possam ingressar mais rapidamente no mercado de trabalho e que as instituições de ensino possam flexibilizar os currículos, adaptando-se mais facilmente às demandas imediatas do mercado (TAVARES, 2012,p.12)

Mesmo com o notório hiato entre as modalidades educacionais, a LDB de 1996 traz no Art.42 a perspectiva de ajustamento social quando salienta que *“as escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos a comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade”*. Contudo, como destaca Oliveira (2000), a base do discurso que difunde a noção de maior empregabilidade com a formação profissional de jovens e adultos aptos ao trabalho estrutura-se a partir de uma leitura equivocada ou falseadora das possibilidades

reais de edificação de um modelo de desenvolvimento com maior equidade social. Em suma, ao tentar alocar-se no nível de competitividade da economia mundial o Brasil torna-se cada vez mais submisso aos interesses internacionais.

A Legislação da Educação Profissional Brasileira trouxe consigo a pressuposição de que seria necessário ao trabalhador qualificar-se para o ingresso no mercado e manutenção de um emprego em tempos de competitividade. Mas, como notou Oliveira (2000), o compromisso do executivo brasileiro em atender aos interesses dos credores externos e de organizações mundiais impôs uma política que tudo possibilita ao capital, restando apenas migalhas para o social. Por assim dizer, a formação profissional que se desenvolveu, alcançou majoritariamente os interesses do empresariado. Há ainda neste contexto um agravante que exacerba a desigualdade, trata-se da real impossibilidade, conforme as diretrizes políticas e econômicas adotadas pelo governo, da satisfatória empregabilidade que possa ser promovida pela visão salvacionista da formação profissional.

1.3 Reformulação e expansão das redes públicas e privadas de educação profissional no Brasil no século XXI: as contradições do processo.

Para Tavares (2012), a transição do governo de Fernando Henrique Cardoso (1994 -2002) para o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) na primeira década do século XXI, possibilitou o que chamou de retomada da expansão da Rede Federal de Educação Profissional no país. Para o autor, o governo Lula, seguido pelo governo da presidente Dilma Vana Rousseff (2011-2016), assumiram sequencialmente uma postura mais progressista no campo da educação profissional com vistas à composição de um governo democrático-popular com a implantação de uma série de programas sociais direcionados as camadas mais populares. A descoberta de petróleo no pré-sal foi um dos fatores que impulsionou o novo governo a investir na maciça qualificação de profissionais para assumirem postos que surgiriam com o provável crescimento econômico. Algumas medidas adotadas seguiram na contramão das políticas neoliberais do período anterior, com destaque para a retomada do investimento público nas instituições federais de ensino.

Ainda assim, no tocante a serviços essenciais como a educação de nível Superior, por exemplo, a iniciativa privada continuou desempenhando e talvez até

mais que outrora papel de destaque, como revelam as parcerias público-privadas. Segundo o Ministério da Educação (MEC) , a extinção do dispositivo legal que proibia a instalação de novas Escolas Técnicas mantidas pela União juntamente com a revogação do Decreto 2.208/97 no ano de 2005 previa a partir da Lei 11.195 a expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, em parceria com Estados, Municípios, setor produtivo ou organizações não-governamentais que seriam responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino (BRASIL, 2005). Esta lei também estabelece a criação de um fundo específico para financiamento da educação profissional e tecnológica. O programa de expansão do ensino profissional nasceu subdividido em três fases diretamente vinculadas a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e ao Ministério da Educação.

A primeira fase do projeto de expansão da formação profissional lançada em 2005 previa a Implantação de sessenta e quatro (64) Escolas Federais de Formação Profissional e Tecnológica nos estados onde ainda não haviam sido instalados os Cefet's, especialmente, em periferias de grandes centros urbanos e em municípios interioranos, os cursos deveriam articular-se as potencialidades locais do mercado de trabalho. A segunda fase datada de 2007 em continuidade aos pressupostos da primeira previa a instalação de cento e cinquenta (150) novas unidades de ensino para consolidar a proposição do MEC de construir duzentas e quatorze (214) novas unidades federais entre os anos de 2005 a 2010 (BRASIL, 2005).

De acordo com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica(SETEC) econforme a portaria nº 37, de 29 de outubro de 2015, a definição das cidades-polo para a instalação de novas unidades de ensino profissional ocorreria com base em critérios que vislumbrariam desde a equitativa distribuição territorial das unidades levando-se em consideração a maior cobertura possível do número de mesorregiões com o aproveitamento de infraestruturas físicas já existentes e em sintonia com as disposições produtivas locais até a identificação de potenciais parcerias tanto entre setores públicos quanto privados (BRASIL, 2011). Neste sentido, conforme Martins (2015) é possível identificarna formação profissional pretendida pelo MEC o intuito ideológico de alicerçar os interesses oriundos das reestruturações produtivas.

É, sobretudo com a criação da Lei 11.892 de 29 de Dezembro de 2008 (BRASIL, 2008) que se institui legalmente uma nova reformulação na Rede Federal

de Educação Profissional criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia transformando os até então conhecidos Cefets em Institutos Federais (IF) que englobariam muitas das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e passariam a criar ou extinguir cursos de acordo com as peculiaridades regionais e interesses do empresariado onde se localizariam. O objetivo desta reformulação do ensino profissional é, como em todas as épocas, formar profissionais que possam contribuir para o desenvolvimento de setores estratégicos da economia nacional. O Art. 2º da lei 11.892 estabelece que:

“Os Institutos Federais (IF’s) são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas”; conforme o §1º os IF’s são equiparados a Universidades Federais. O Art.6º estabelece como um dos objetivos dos Institutos ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, para formar e qualificar cidadãos com fins de atuação profissional nos diversos setores da economia, enfatizando o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, além de promover a verticalização da educação básica à educação profissional e superior (BRASIL,2008).

A terceira fase de expansão da Rede Profissional de Ensino se caracteriza conforme assinala Tavares (2012) pela perspectiva da instalação até 2020 de um (1) Instituto Federal em 1 de cada 5 municípios brasileiros e a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC que, aproximando-se do viés neoliberal das políticas destinadas à educação na década de 1990, vem possibilitando o repasse de recursos públicos para a iniciativa privada reforçando a opção pelas parcerias público-privadas. Pode-se comprovar isto observando a educação profissional de nível tecnológico ministrada nas Universidades públicas que conglomeram, de sua implantação no final da década de 1960 aos tempos atuais, o esforço governamental em formar, em um curto espaço de tempo, profissionais capacitados para lidar com tecnologia de ponta face às aspirações do empresariado (MANFREDI, 2002).

Diferenciadas entidades compõem a rede de formação profissional brasileira, composta pelo “Sistema S” em parceria com a rede privada, escolas e centros mantidos por sindicatos de trabalhadores, organizações não-governamentais de cunho religioso, escolas privadas de formação, fundações e institutos mantidos por grupos empresariais (MANFREDI, 2002).

As reivindicações no mundo do trabalho configuram-se como novas estratégias diante das crises estruturais do capitalismo no século XXI. Frente a impossibilidade de abarcar todos os trabalhadores e a constante elevação de força de trabalho, Pochman (2002) destaca que no comportamento do mercado as empresas têm se valido de exigências cada vez maiores para justificar a contratação ou demissão de funcionários com embasamento em sua formação profissional, sem que justifiquem necessidades reais em seu quadro produtivo. Para Segnini (2000) os discursos empresariais enfatizam num processo de reestruturação produtiva a necessidade de adequação do trabalhador ao que o mercado exige na atualidade, desta forma:

O conhecimento aparece como fator essencial de ascensão social num mundo globalizado e informatizado (...) o que dá à formação do trabalhador um sentido político-prático. Assim, a educação e a formação profissional aparecem hoje como questões centrais pois a elas são conferidas funções essencialmente instrumentais, ou seja, capazes de adaptar os trabalhadores às mudanças técnicas e minimizar os efeitos do desemprego (SEGNINI, 2000, p. 66).

Nesta análise, como já mencionado, o setor privado desempenha historicamente papel de destaque no processo de formação técnico/profissional. Para Cunha (1997) desde as primeiras experiências de ensino em instituições religiosas profissionalizantes até a iniciativa atual do empresariado de manutenção de escolas profissionais, o setor privado sempre representou uma ampla fatia do processo que há séculos vem caracterizando os vieses da educação nacional. A mobilização dos empregadores no sentido de investir na escolarização básica e profissional de seus trabalhadores visando o treinamento e atualização do quadro de funcionários, desenvolve uma formação oportuna ao próprio empresariado, ademais, muitas empresas optam por contratar pessoas que já possuam certo nível de formação, o que lhes poupa tempo e dinheiro.

Nesta conjuntura estratégica se fortalece o setor privado de formação técnico/profissional, conformando-se como mais um setor empresarial de prestação de serviços segundo a lógica do mercado. Em todo o país é responsável pelo oferecimento de cursos que variam desde a formação de curta duração com cursos mais imediatos, até cursos regulares de nível médio e superior. Contudo, ainda que o principal intuito da educação profissional seja a empregabilidade, faz-se necessário lembrar que esta modalidade de ensino não possui o poder de gerar ou garantir o emprego, sobretudo, porque conforme salienta Pochman (2002), as políticas de educação profissional contribuem de forma direta ou indireta para a solidificação de um modelo de vida social, com bases culturais e representacionais intimamente vinculadas às ideias e valores das classes economicamente dominantes. Assim, Althusser (2010) aponta a ideologia como fundamental na reprodução das forças produtivas e no antagonismo de classes, pois somente na ideologia das classes dominantes há uma divisão técnica do trabalho, uma forma mascarada de uma divisão social.

Compreende-se assim, que o fundamento por trás do tão diversificado sistema de formação técnico/profissional no país abarca a ideologia da qualificação na mesma medida em que retira da consciência coletiva qualquer desaprovação inerente ao sistema e introduz nela, por intermédio destas vertentes educacionais, o desejo por adequar-se as exigências do mercado. Um dos artifícios da globalização da economia capitalista é consolidar o processo educacional como dotado de peculiaridades inerentes ao alocamento do indivíduo no seio da competitividade por postos de trabalho por meio do argumento da qualificação.

Segundo Heloani e Piolli (2005) a estratégia da qualificação consolida-se no atual esquema de produção flexível como mais um aparato do capital que delega ao trabalhador a obrigatoriedade por sua adequação as exigências do mercado, desta maneira, o desemprego não se torna uma consequência do sistema, mas reflexo da ausência de competências do trabalhador que precisa qualificar-se para adentrar no competitivo mercado.

Deste modo, compreende-se que a educação técnica e profissional em caráter público, mas especialmente na esfera privada, nosso foco de pesquisa, é composta de um conjunto ideológico que privilegia as relações de produção capitalistas na perspectiva Althusseriana. Martins (2015) embasado em Althusser

(1985) compreende a escola como importante Aparelho Ideológico de Estado (AIE) responsável por cunhar novas relações de produção oriundas do modo de produção capitalista. Assim, o autor faz uma relação entre o mundo produtivo e a educação profissionalizante na qual a escola e o Estado agem sincronizados no intuito de garantir a reprodução das relações de classe em todas as etapas educacionais, inclusive na formação profissional:

Ao entendermos, na perspectiva althusseriana, que a escola como aparelho ideológico principal tem um papel determinante na perpetuação das classes e, isso se estabelece por meio de uma educação fortemente direcionada, vinculada a interesses da classe dominante, podemos muito bem destacar, também, que o aparelho ideológico de Estado (AIE) jurídico tem um papel de legitimador das políticas educacionais de Estado. Pois a educação, particularmente a profissional, é respaldada, organizada a partir das instruções, normatizações emanadas do Estado. Por um lado, o Estado age regulamentado, normatizando, estabelecendo parâmetros e, por outro, a Escola atendendo aos desígnios do Estado, incorporando no processo educacional aquilo que fora definido. Os dois aparelhos agem em sincronia, disciplinando fora e dentro da escola (MARTINS 2015, p. 69).

É partindo, portanto, desta conjuntura histórica de análise da formação profissional que pretendemos tecer a análise que compreende as peculiaridades em nível regional que tracejam sua estruturação, na cidade de Marabá, em virtude de já possuímos uma apreciação de sua abrangência em âmbito público na esfera nacional. Conforme apresentado e pela importância cada vez maior que tem demonstrado o setor privado no contexto da formação profissional, nos próximos capítulos deste estudo destacar-se-á o desenvolvimento do setor privado e as demandas por qualificação do mercado de trabalho na cidade de Marabá, uma das maiores cidades da microrregião do sul e sudeste do Pará. Tais ponderações fazem-se pertinentes, sobretudo, porque é notório o impacto que a cidade tem sofrido em decorrência do processo de internacionalização da economia e ainda, ocasionado pela implantação recente de grandes projetos que trazem consigo as exigências de um processo de reestruturação produtivo e organizacional do mercado local.

SEÇÃO 2. A DINÂMICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DOS ANOS 1960 E OS COMPONENTES DE FORMAÇÃO DO ATUAL MERCADO DE TRABALHO MARABAENSE.

Compor a essência deste capítulo é primeiramente argumentar acerca do motivo que nos levou a tentativa de compreender a dinâmica de desenvolvimento da cidade de Marabá com base em sua localização na mesorregião do sul e sudeste do Pará. Conforme Scalabrin e Aragão (2011) as políticas governamentais desenvolvidas na mesorregião do sudeste paraense e, em especial, na microrregião onde se localiza o município, há muito modificam este cenário segundo os interesses do grande capital. Esta região possui em sua composição econômica os traços históricos do subdesenvolvimento com singularidades fundamentais para compreensão das vertentes capitalistas nos séculos XX e primórdios do século XXI na América Latina.

Antunes (1999) destaca que, em meados dos anos 1960 o enfraquecimento do padrão de acumulação taylorista/fordista, nomeadamente, pela incapacidade de atenuação de retração do consumo nos países do centro capitalista, resulta na redução dos níveis de produtividade do capital, esta retração caracterizava-se como uma resposta a acentuação do desemprego nesses países, mas além disso, representava uma crise estrutural do próprio capitalismo. Neste momento, a classe trabalhadora se auto-organiza sindicalmente intensificando as lutas sociais ao mesmo tempo em que as forças do capital também se reorganizam introduzindo novos problemas e desafios ao trabalhador.

Os anos 1970 emergem, portanto, como o período em que o capitalismo passa por uma série de crises estruturais, ocasionando no seio da sociedade mutações políticas, econômicas, sociais e ideológicas. Surge neste complexo, o interesse do capital em desenvolver soluções reestruturantes para aumentar a taxa de lucros sem destruir as colunas do sistema capitalista, conforme destaca Antunes:

Embora a crise do capital tivesse determinações mais profundas, a resposta capitalista a essa crise procurou enfrenta-la tão-somente na sua superfície, na sua dimensão fenomênica, isto é, reestrutura-la sem transformar os pilares essenciais do modo de produção capitalista (ANTUNES 1999, p.36):

Este processo de reestruturações resultou na expansão globalizada do capital culminando numa divisão internacional do trabalho orientada pela revolução tecnológica nos países centrais e as frentes expansionistas do capital em países periféricos. As consequências dessas reestruturações sentiu-se diretamente nos chamados países do terceiro mundo a quem destinou-se o modelo de desenvolvimento dependente que os limitou a categoria de exportadores a baixo custo de matéria prima dedicadas à produção nos núcleos hegemônicos de poder, configurando relações trabalhistas que desarticularam ainda mais a unidade do proletariado, pois nestas regiões, a exploração do trabalho também explora o aspecto da subsistência.

No Brasil, assim como em toda a América Latina, Madeira (2010) aponta a dependência econômica no início dos anos 1970 como o aprofundamento das relações que consolidaram um padrão de acumulação do capital que o inseriu num paradigma de “desnacionalização do crescimento e do desenvolvimento”, com efeitos na economia, política e cultura local. Assim, o paradigma de reestruturação do capital nos países capitalistas obrigou os países “em desenvolvimento” a dividir o que produzem. O Estado passou a comprometer-se em solucionar os problemas nacionais relacionados às frações de classe burguesas locais, diretamente associadas a burguesia dos países centrais.

Para Castro (2012), as estratégias capitalistas e governamentais voltadas para o Brasil na segunda metade do século XX assumem uma postura de interdependência, na qual as demandas são o reflexo da globalização da economia e o Estado assume o papel de agente local e central na reprodução do capital, alicerçando, validando e reproduzindo organizações econômicas internacionais. No processo de ocupação e exploração do território Amazônico, o Estado destaca-se no contexto de intervenção e ordenamento das políticas voltadas à região, esse processo acentuou-se à medida em que a Amazônia brasileira adentrava no cenário econômico mundial por meio da exploração de seus recursos naturais, assegurando diferentes ciclos econômicos, com destaque mais recentemente para a exploração do minério de ferro.

Hébbete (2004) descreve a abertura da fronteira Norte brasileira como a abertura da Amazônia ao capital industrial e financeiro, processo que se inicia ao

largo da construção das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre no Governo Kubitschek, decorrentes da implantação da indústria automobilística no país:

Foi naqueles anos que se definiram as bases do modelo de uma industrialização brasileira atrelada às economias das grandes potências ocidentais, coube ao Governo Kubitschek (1955-60) atender a essa necessidade e desencadear o processo de integração da Amazônia à economia nacionalmente dominante (HÉBBETE, 2004, p. 31).

Hebbete descreve ainda, a exploração na Amazônia como um processo dotado de interesses nacionais e estrangeiros que culminaram por qualificar a região como um amplo espaço de obtenção de recursos naturais e humanos sem restrições aos interesses do grande capital. Por assim dizer, compreendeu-se que na região seria possível explorar o que fosse necessário a expansão da fronteira capitalista:

A abertura oficial da Amazônia ao capital nacional e estrangeiro teve efeitos imediatos. Interessava a todos esse espaço relativamente protegido e preservado do planeta. Cada um vinha agora, sem constrangimento, procurar ali o que lhe aprouvesse: terra, madeira, minério, recursos hidrelétricos. O Estado, inclusive, estimulou esses 23 interesses por meio de incentivos fiscais e implantação de obras de infra-estrutura (HEBBETE 2004, p. 33).

Após o golpe militar de 1964 surgem os incentivos governamentais concedidos a empresas nacionais e estrangeiras que alocaram a Amazônia ao cenário econômico internacional. O programa de "Integração Nacional" (PIN) criado durante o governo militar (1964 -1985) por meio do Decreto-Lei Nº 1.106, de 16 de julho de 1970 (BRASIL, 1970), vislumbrava a solução de problemas ocasionados pelas intensas disputas pela posse da terra em outras regiões como o Nordeste e a aproximação da região aos principais centros econômicos do País. O slogan do governo que prometia "*uma terra sem homens para homens sem terra*" trouxe num primeiro momento, de forma ordenada, centenas de famílias para a região.

Em seguida, verificou-se a migração em massa de trabalhadores que viam na Amazônia a oportunidade de aquisição de terras para exploração e cultivo. Com os lemas "integrar para não entregar" o governo não somente promoveu o povoamento como protegeu o território do que considerava como uma ameaça estrangeira (VELHO, 1995).

Para o efetivo acesso ao território e o desenvolvimento em escala produtiva, tornou-se essencial, na perspectiva do governo, a abertura de estradas como a Transamazônica e a Rodovia Belém Brasília, para a chamada integração nacional valorizando assim as terras da região. Atraídos pelos vantajosos incentivos fiscais que demandavam na facilidade de exploração da terra assim como todos os recursos de que dispunham, a região comportou investidores de diversas partes do país e do mundo. Tornou-se lucrativo para o capital nacional e internacional explorar recursos agrominerais na Amazônia e no entorno marabaense.

Neste contexto de supervalorização das terras por parte do grande capital nacional e estrangeiro, Scalabrin e Aragão (2011) identifica ao longo de décadas de ocupação, a existência de inúmeros conflitos agrários na região supracitada:

Do ponto de vista da concentração fundiária, a mesorregião é campeã. Ali se encontra a maior área de terras ocupadas por fazendas e projetos de extração mineral (...) Esta amostra representa a realidade dessa mesorregião que é identificada nacionalmente pela violência em torno da posse da terra, ocasionados pelos conflitos entre grileiros e posseiros e pela resistência da população de indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores e pequenos agricultores familiares à investida do capital nacional e internacional na ocupação do território e expropriação de sua riqueza(SCALABRIN; ARAGÃO, 2011, p.35).

Inegavelmente, após os anos 1960 os incentivos governamentais concedidos a empresas nacionais e estrangeiras alocaram a Amazônia ao cenário econômico internacional. A descoberta do gigantesco potencial mineral no sudeste paraense e sua conseqüente exploração gerou a imediata necessidade de construção de mais estradas, hidrelétricas, ferrovias e portos em todo o território para o escoamento da produção.

Paradoxalmente, a implantação de toda esta infraestrutura gerou e até agravou conflitos sociais, isto porque desde o início não respeitou os limites de territórios indígenas ou de ribeirinhos estabelecidos há muito que, de repente, tiveram que ser remanejados de suas terras ou vendê-las por preços somente convenientes ao empresariado. Conforme Heloani e Pioli (2006) o Estado desempenhou função determinante no fornecimento de incentivos a grupos econômicos organizados, enquanto criou órgãos governamentais (SUDAM, SUDENE) com a especial finalidade de servir às classes dominantes nesta região. Os projetos oriundos desta parceria assumiram um caráter não somente econômico,

mas também político, limitando e reprimindo as massas e consolidando a Amazônia como “área de livre acesso ao capital mundial”

Através dos incentivos fiscais, atingem os objetivos propostos, tanto os capitalistas quanto o Estado, este último a serviço da burguesia, dando apoio e tratamento diferenciado sustentando os projetos de expansão (...) O projeto implantado na Amazônia brasileira através de incentivos fiscais, consegue implantar com sucesso o modelo de expansão capitalista em detrimento das massas. As estratégias e as formas utilizadas na expansão consolidam os objetivos propostos pela lógica sistêmica e tornam a região área de livre acesso ao capital mundial, e conseqüentemente, aberta a esse mercado(HELOANI; PIOLI, 2006,p. 43).

As estratégias desenvolvimentistas que englobam a Amazônia como um todo e especificamente o sudeste do Pará foram tratadas, inicialmente, como políticas para ocupar e integrar a região, avaliada como a mais afastada do centro do país. Advieram destas ações programas que levaram a um acelerado processo de ocupação do território, implantando empreendimentos que consolidaram uma divisão territorial a qual submeteu a região à lógica da divisão internacional do trabalho e acentuou a posição do Estado enquanto reproduzidor das condições capitalistas de exploração. Esta postura explica a implantação destes projetos como uma questão de prioridade nacional, a medida em que o governo lança mão de uma série de pactos nacionais e internacionais para exploração da Amazônia e assume o controle de seu desenvolvimento econômico (CASTRO, 2012).

Nesta dinâmica internacional que diferencia os Estados centrais dos núcleos produtores de matéria prima se insere o município de Marabá, cuja demanda econômica durante as últimas décadas do século XX voltou-se em grande escala às exigências do capital segundo a implantação de grandes projetos de mineração viabilizados pelo Estado. Os interesses que delinearam estas parcerias público-privadas foram orientados por uma ideia de desenvolvimento e modernização que afetam, desde os anos 1960, as relações de trabalho em toda a região. A instalação do Programa Grande Carajás (PGC) um programa de exploração mineral iniciado em 1982 estendendo-se por uma área de 900 mil km² perpassando o sudeste do Pará, norte do Tocantins e sudoeste do Maranhão, cunhado inicialmente para dar viabilidade ao projeto Ferro Carajás, bem como a construção da Estrada de Ferro que corta o município de Marabá, caracterizaram desde sua gênese uma dinâmica econômica que se volta para os impactos da

atividade mineral (CARNEIRO, 2013) e que se reestrutura conforme as diretrizes do economia global .

Conformando-se como base de apoio à exploração Mineral em Carajás, Marabá tornou-se um cenário de fronteira social e econômica. A expectativa de implantação de cada um dos grandes empreendimentos exploratórios e sua demanda por infraestrutura na década de 1980 gerou uma migração sem precedentes para a região. Estes migrantes vinham em sua maioria com o intuito de trabalhar nos empreendimentos ou adquirir as terras prometidas pela política de colonização impulsionada pelo incentivo governamental. Porém, como destaca Hébbete (2004), o interesse do capital se chocou com o interesse dos trabalhadores, a conquista da terra logrou em lutas sangrentas e conflitos de despossessão violentos em meio à omissão e descaso do Estado a estas questões, vistas como secundárias diante do ideário de progresso e de desenvolvimento. À população local restou o ônus dos conflitos agrários, da expulsão de comunidades indígenas e camponesas de suas terras, do crescimento urbano acelerado e sem contrapartidas sociais e do trabalho precário.

No contexto socialmarabaense os megaprojetos de exploração mineral refletem a estrutura de degradação do modo de vida de suas populações, pois modificaram sua composição econômica e social e exacerbaram a disparidade entre as camadas mais populares e os efeitos midiáticos do grande capital. Estes empreendimentos renderam ao município *status* internacional como um dos maiores produtores de ferro-gusa do País, o que colocou a produção mineral como o carro chefe da economia regional e deu viabilidade à produção do Distrito Industrial de Marabá (DIM). Em contrapartida, os discursos do progresso que atraíram milhares para a região escondiam os artifícios do capital industrial que não contratava a maioria dos trabalhadores que se deslocavam na busca por empregos nas empresas de exploração.

A implantação destes grandes projetos agravou as desigualdades regionais porque desde sua instalação não respeitou os limites de territórios indígenas ou de ribeirinhos e agricultores familiares estabelecidos há muito que, de repente, tiveram que ser remanejados de suas terras, vendê-las a preços somente convenientes ao empresariado ou simplesmente perderam o direito a sua posse. Muitos se deslocaram para outras regiões onde ainda não há interesse por parte do

capital ou migraram para os centros urbanos no entorno dos grandes empreendimentos, gerando um crescente processo de favelização. Neste sentido, Congílio (2015) e Hebbete (2004) convergem quanto ao processo de proletarização dos povos e tomada violenta de suas terras, medidas resultantes da sucessão desastrosa de governos “militares, neoliberais e progressistas”.

Congílio (2010) destaca ainda que nos quase 40 anos de implantação dos grandes projetos de exploração no Sudeste do Pará, a região desenvolveu uma série de problemas procedentes da nova conjuntura das relações de trabalho. Verificou-se o aumento do desemprego e intensificação do uso da força de trabalho, inclusive em situações correlatas à escravidão. Acerca das diferenciadas formas de exploração do trabalho nesta região, as descreve como o resultado do deslocamento de empresas por meio de incentivos estatais que culmina num processo de acumulação contemporânea do capital e resulta em:

Impactos sociais enormes, especialmente na composição dos núcleos urbanos do sudeste paraense, que nos últimos anos tem se caracterizado por um grande crescimento em todos os setores de produção públicos e privados, compondo uma rede diversificada de atividades industriais, agropecuárias, extrativistas, de serviços e de infraestrutura que perpassam setores estratégicos em praticamente toda a cadeia produtiva. São fatores que na mesma medida ampliam intensa atração de uma força de trabalho excedente e a deterioração dos serviços públicos, expressos especialmente na enorme desassistência aos jovens e crianças oriundas da classe trabalhadora (CONGILIO, 2010, p. 127).

Estas considerações pressupõem que os grandes projetos de exploração mineral motivaram investimentos para além do circuito empresarial em seus próprios setores e que a dinâmica das relações produtivas no sudeste paraense está vinculada à uma vasta teia de outras atividades. Por outro lado, indica também que o arranjo de relações que sempre rodeou o grande capital não garantiu os empregos prometidos, mostrando-se ínfimos os benefícios à população, em sentido contrário do que realmente faturam as empresas instaladas no município.

No Sudeste paraense se reestruturam frações de classes dominantes que conforme as exigências do mercado interno e externo mobilizaram seus recursos nas sustentações do capital agrário, industrial, comercial e financeiro, sempre atrelados a distintas fases do extrativismo na Amazônia e contando com os incentivos fiscais e creditícios do governo (CONGÍLIO, 2015)

Para Almeida (2008) as políticas empreendidas na Amazônia no período militar (1964/1984) estavam atreladas ao objetivo geopolítico de defender o território nacional de uma ameaça de ocupação estrangeira, mas acabou conformando-se como uma bem sucedida investida do capital internacional, no sentido de explorar as riquezas da região.

Ao mesmo tempo ganhavam força os objetivos geopolíticos de também efetivar a ocupação na região, que estaria ameaçada por interesses internacionais. O Regime Militar de 1964 deu sustentação a essa argumentação de viés nacionalista, que serviu de justificativa para as políticas empreendidas a partir de então na Amazônia, mas que também encobria as várias formas de atuação do capital estrangeiro, no sentido de obter a baixo custo as possíveis riquezas minerais disponíveis na região (ALMEIDA, 2008, p. 15).

A extração de recursos naturais, bem como a criação de gado na microrregião onde se localiza Marabá configurou-se como um programa nacional de ocupação e desenvolvimento orientado pelo governo que gerou consequências sócio ambientais drásticas à região.

2.1 O aumento populacional no circuito marabaense: reflexo dos Grandes Projetos?

Para Almeida (2008) a população de Marabá cresceu rapidamente nos últimos 40 anos em função do incentivo governamental à imigração, além da descoberta de recursos minerais, culminando na exploração mineral da Serra dos Carajás, de garimpos como o de Serra Pelada e o rápido desenvolvimento de seu setor industrial. Conforme Brasil (2000), no que se refere à imigração, mesmo tendo incentivado a vinda de pessoas para povoar as margens da Rodovia transamazônica, a falta de apoio aos pequenos produtores por parte do governo gerou um êxodo rural em toda a Amazônia fazendo com que os migrantes que originalmente pretendiam se instalar no campo mudassem para cidades como Marabá elevando seu crescimento populacional urbano entre as décadas de 1980 e 1990. A tabela abaixo demonstra a elevação populacional entre o período de instalação dos grandes empreendimentos econômicos e o período imediatamente anterior à crise econômica mundial de 2008 que afetou as siderúrgicas marabaenses.

Tabela 1- dinâmica populacional de marabá de 1980 a 2007

Marabá-PA/ População		
Ano	Urbana	Rural
1980	41.657	18.258
1991	102.435	21.233
1996	123.378	26.717
1997	128.795	27.890
1998	133.358	28.878
1999	137.927	29.868
2000	134.373	33.647
2001	138.596	34.705
2002	141.836	35.516
2003	145.300	36.383
2004	153.157	38.351
2005	156.595	39.212
2006	160.589	40.212
2007	157.124	39.344
Contagem Populacional IBGE 2007		196.468

Composição da população, por situação do domicílio (1980-2007). Entre os anos de 1997 e 1999; 2001 e 2006: população estimada. Fonte: SEPOF (2007); IBGE (2007).

Esta migração não ocorreu por acaso, foi impulsionada pelo surgimento de novas atividades econômicas e a expectativa de implantação de novos projetos pelo governo como demonstra Ponte:

Embora o percentual de 20% de população rural seja ainda expressivo, o município apresenta um padrão demográfico de acelerada urbanização de sua população, sobretudo na série 1980/1991, período em que os Grandes Projetos e frentes migratórias já apresentavam impactos claros no território e no Sul/Sudeste do Pará como um todo, inclusive na articulação entre projetos de geração e distribuição de energia elétrica (como Tucuruí e seu entorno), projetos de mineração, frentes de atividade madeireira, pecuária extensiva com incentivos fiscais e financeiros (PONTE, 2009, p. 40).

A implantação de Núcleos como o Nova Marabá (1979), que fazalusão a uma castanheira, subdividindo-se em “folhas”, foi planejada pelo governo pensando a longo prazo no aumento populacional com a alocação dos projetos de exploração mineral na região. O Núcleo foi criado segundo perspectivas do Plano de Desenvolvimento Urbano de Marabá (PEDUM/1973) que ambicionava fazer da cidade um amplo espaço de recrutamento de força de trabalho, ainda que não qualificada no momento, mas pretendendo a preparação do trabalhador para desempenho satisfatório mediante as necessidades dos projetos.

Conforme apontado pelo Relatório preliminar de Desenvolvimento Integrado do Município de Marabá elaborado pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo –SERFHAU a criação do bairro objetivava:

Promover a alfabetização, a profissionalização, a formação de atitudes para o trabalho e para a vida urbana, com uma promoção sempre adequada às necessidades e exigências do mercado de mão de obra local e regional (SERFHAU, 1973, p. 61-73).

O governo, contudo, não visualizou o crescimento desordenado a que submetia a cidade, verificado a partir do latente processo de favelização como reflexo do planejamento urbano insuficiente para atender ao intenso fluxo migratório alimentado pela especulação de empregos. A instalação do Distrito Industrial de Marabá (DIM), ainda em 1980, vinculado ao Programa Grande Carajás e localizado as margens da Estrada de Ferro Carajás contou com uma área de três mil hectares a cerca de 4 km da sede do município (SANTOS/2015), elevou sobremaneira seu contingente populacional.

Entretanto, tornou-se notável o distanciamento entre a realidade e o discurso inicial do PEDUM para a criação do Núcleo Nova Marabá; a instalação de indústrias siderúrgicas não permitiu o desenvolvimento de novas técnicas de produção para o município, as formas rudimentares de extração da madeira e produção de carvão já conhecidas desde a exploração da castanha continuaram e até agravaram a degradação ambiental.

Até o ano de 2008, segundo o IBGE, a indústria marabaense contabilizava mais de 200 empreendimentos, sendo a siderúrgica a mais economicamente expressiva. Contudo, ainda conformedados do Instituto, entre os anos de 1991 e

2010 Marabá registrou alguns dos piores índices de desenvolvimento humano (IDH) do país, além de registrar também a incidência de pobreza de 42,73% para o ano de 2003, confirmando a proposição de que os projetos extrativistas que rodeiam o município tem se tornado ao longo de seu processo de exploração, incapazes de gerar desenvolvimento na esfera social.

Tabela 2- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM

MARABÁ/PA - Código: 1504208	
ANO	IDH
1991	0,401
2000	0,536
2010	0,668

Fonte: Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. IBGE (2010)

De acordo com Martins (2015) a região amazônica e todo o sudeste do Pará tem sido palco de investidas neoliberalistas desde a implantação dos grandes projetos de exploração, trata-se de um processo que articula a tríade da terceirização dos bens públicos, incentivo ao individualismo e seguramente o investimento na formação voltada para o mercado de trabalho. Deste ponto, o autor esclarece a singularidade do papel do Estado fornecendo o substrato para a sustentação do grande capital na região:

No contexto amazônico de expansão do capital via projetos minerários no sudeste paraense e áreas de influencias imediatas, sabe-se que o Estado tem implantado diversas ações, seja para servir aos interesses dos novos investimentos privados relacionados aos grandes projetos, seja para cooptar ou reprimir os seguimentos sociais que seriam os responsáveis por fazer a crítica imediata às políticas estatais ou privadas (Martins, 2015, p. 56).

Para Carneiro (2013) o próprio Distrito Industrial de Marabá evidencia o contexto de dialético de exploração da região. Em meio a evidente degradação ambiental oriunda da produção de carvão vegetal, insumo para a produção de gusa, observou-se também a precarização da força de trabalho, pois o Distrito preocupou-se com o aspecto primário de beneficiamento do minério de ferro, com vistas a exportação, relegando ao trabalhador no circuito produtivo de Carajás condições de trabalho degradantes e mal remuneradas enquanto o grande capital amplia seu potencial produtivo. Assim, o modelo de desenvolvimento do capitalismo implantado no sudeste do Pará confere à região a categoria de exportadora a baixo custo de matéria prima destinada à produção nos centros hegemônicos de poder. A região constitui-se de uma das maiores produtoras nacionais de *commodities* (*ferro, níquel etc.*) extraídas das minas de Carajás, reafirmando o posicionamento do País diante da ordem capitalista mundial, caracterizada por destinar aos Estados centrais a produção de produtos primários, ao mesmo tempo em que os obrigam a responsabilizar-se pela infraestrutura de alocação de megaprojetos de exploração extrativista dotados de alta tecnologia.

Um agravante à emblemática situação do trabalhador marabaense desenvolveu-se na crise econômica mundial de 2008 que afetou o mercado imobiliário norte americano e ramificou seus efeitos por diversas partes do mundo (HARVEY, 2011). Conforme destaca Santos (2015) esta crise foi o estopim para derrocada do distrito industrial de Marabá, pois a queda no setor siderúrgico americano, principal importador do ferro gusa paraense, afetou em até 90% as exportações do DIM. A indústria guseira local que segundo dados do Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Estado do Pará (SINDIFERPA) gerava cerca de 10 (dez mil) empregos diretos e indiretos até 2008 e contabilizava até então 11 empreendimentos, produzindo até 3.400 (três mil e quatrocentas) toneladas de ferro gusa/ano, chegou ao fim de 2017 com apenas 2 (duas) indústrias em funcionamento, resultado de um processo de demissão em massa que se estende desde 2009. Ainda em 2014, o SINDIFERPA apontava que os empregados diretos na indústria guseira de Marabá não chegavam a 700 (setecentos) trabalhadores e mesmo as siderúrgicas que subsistiram passaram a produzir bem abaixo de sua capacidade inicial (MARTINS, 2015).

De acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, de Material Elétrico, Eletrônico e Informática do Município de Marabá (SIMETAL) as perspectivas para 2018 são um pouco melhores que as registradas pelo SINDIFERPA àquele ano. Segundo assinala o senhor Neiba Dias, o número de trabalhadores diretos na indústria guseira local ultrapassou os 900 (novecentos) funcionários em 2017 com expectativas de criação de pelo menos mais 300 (trezentos) novos postos de trabalho para 2018 com a implantação da Siderúrgica Âncora S/A, antiga Marabá Gusa Siderúrgica Ltda. Ainda assim, SANTOS (2015) destaca na tabela abaixo e ainda, com as atualizações desta pesquisa, que os dados do SIMETAL representam uma queda de pelo menos 3.100 (três mil e cem) vagas de empregos diretos se comparadas com os números da indústria guseira na região no auge de seu funcionamento.

Tabela 3- Empreendimentos Siderúrgicos Instalados no DIM até 2008, estimativa de produção anual, estimativa de geração de empregos diretos até 2008, situação de funcionamento até 2017 e estimativa de geração de emprego até 2017.

Nome da Empresa	Capacidade instalada de Ton/ano.	Estimativa de Geração de empregos diretos até 2008.	Situação de funcionamento até Dez/2017	Estimativa de geração de empregos diretos até Dez/2017.
Cia Siderúrgica do Pará S/A	558.720	760	Paralisada	-
Sinobrás	300.000	1.050	Em operação	900
Usina Siderúrgica de Marabá	360.000	480	Paralisada	-
Siderúrgica Ibérica Pará S/A	504.000	450	Paralisada	-
Terra Norte Metais - Cikel	180.000	200	Paralisada	-
Ferro Ligas Marabá Ltda – FERMAR	16.000	60	Em Operação	39
Siderúrgica do Pará S/A (SIDEPAR)	648.000	450	Paralisada	-

Ferro Gusa Carajás S/A	360.000	200	Paralisada	-
Sidenorte Siderurgia Ltda.	180.000	200	Paralisada	-
Marabá Gusa Siderúrgica/Ltda	144.000	280	Paralisada	-
Da Terra Siderúrgica	180.000	360	Paralisada	-
Total	3.430.720	4.490	Paralisada	

Fonte: tabela elaborada pela autora com base em Santos (2015) e pesquisas de campo.

Corroborando com as avaliações dos Sindicatos acima mencionados, a Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração de Marabá (SICOM), disponibilizou ainda em 2016 um levantamento acerca do estoque de empregos por setor. Na tabela da imagem abaixo, verifica-se a involução da indústria de transformação¹ entre os anos de 2005 e 2016, evidenciando uma queda de pelo menos mil e cem (1.100) postos de trabalho.

Figura 1 - Estoque de emprego segundo setor de atividade econômica em Marabá/PA – 2005/2016

Estoque de Emprego Segundo Setor de Atividade Econômica, em Marabá/PA - 2005-2016												
SETOR DE ATIVIDADE	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Extrativa Mineral	183	124	198	241	241	885	1.351	2.021	2.054	2.401	2.569	2.392
Indústria de Transformação	5.500	5.973	6.684	6.624	6.317	6.241	6.051	5.479	5.579	5.500	4.649	4.330
Serviços Ind Utilidade Pública	350	687	453	234	228	164	185	248	230	235	409	391
Construção Civil	982	897	2.403	2.003	4.325	5.394	5.382	4.663	7.788	4.237	3.526	3.128
Comércio	7.313	7.923	9.052	9.629	10.104	11.185	12.011	12.490	13.698	14.200	13.285	12.332
Serviços	4.569	4.843	5.340	6.038	6.212	7.145	8.334	9.926	10.375	11.197	11.762	10.997
Administração Pública	4.652	6.350	7.354	6.090	8.528	9.403	9.934	8.344	9.555	9.095	9.676	7.698
Agropecuária	1.229	1.173	1.507	1.539	1.376	1.328	1.171	1.061	1.181	1.232	1.245	1.175
Outros / Ignorados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	24.778	27.970	32.991	32.398	37.331	41.745	44.419	44.232	50.460	48.097	47.121	42.443

Fonte: MTE/RAIS Elaboração: FAPESPA/SEPLAN

A expectativa em torno da implantação da Siderúrgica Aços Laminados do Pará (ALPA), de responsabilidade da maior mineradora de ferro do mundo, a CompanhiaVale, tinha como propósito quebrar a lógica de mera exportadora de

commodities da região através da verticalização do minério de ferro (SANTOS, 2015) além de representar uma alternativa à decadência do setor siderúrgico em Marabá. Ainda em 2008 de acordo com avaliações preliminares da Companhia, o empreendimento geraria quinze mil(15.000) novos postos de trabalho quando em construção e cerca de três mil (3.000) quando em funcionamento, além de doze mil(12.000) empregos indiretos permanentemente. Para a efetiva instalação da siderúrgica também seria necessária a implantação do Gasoduto Açailândia-Marabá, da Hidrelétrica de Marabá e da Hidrovia do Rio Tocantins, o que garantiria a permanência destes empregos (ALMEIDA, 2008). Toda esta infraestrutura, no entanto, ficaria a cargo do governo federal.

Estas expectativas foram o fio condutor para uma série de transformações no terreno urbano de Marabá que registrou o superaquecimento da economia. Em 2014 após a expectativa inicial de instalação da ALPA somente havia ocorrido a terraplanagem no terreno doado pelo governo do Estado e segundo o SINDIFERPA, as obras da Siderúrgica foram suspensas ainda em 2011, na ocasião em que havia um impasse entre a Companhia e o governo federal quando fora retirado do orçamento do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC II) a construção da Hidrovia do Rio Tocantins, obra indispensável para transporte da produção mineral a baixo custo. Esta amostra representa bem o conceito de “chantagem locacional” ao qual o Estado é submetido quando não se desdobra em favor da reprodução dos interesses do capital; desde o episódio, pairava na região a suspeita de transferência do projeto para o Nordeste do país (SANTOS, 2015).

Entretanto, como também destaca Santos (2015), após a mobilização das elites políticas locais, ainda em 2014 fora assinado pela Presidente Dilma Rouseff(2010 -2016) o edital de licitação para construção da infraestrutura de suporte à hidrovia do Tocantins e mais recentemente, em Fevereiro de 2016, ocorreu a primeira fase da concorrência pública para a derrocada do Pedral do Lourenço, uma área de aproximadamente 43 quilômetros de extensão fluvial, ligando a Ilha do Bogéa/PA ao município de Itupiranga, na vila Santa Terezinha de Taurí/PA, que possibilitará a navegação no Rio Tocantins por uma extensão de mais de 500 quilômetros entre Marabá e o município de Vila do Conde (PORTAL BRASIL, 2016). A obra estava prevista para ser concluída em 5 anos, mas há época já sustentava em si o efeito político, ideológico e sobretudo midiático e, a exemplo da expectativa

inicial de implantação da ALPA, gerou um falso efeito de desenvolvimento para a região.

Ao contrário do que se esperava, a retomada das obras para aumento da navegabilidade no Rio Tocantins não representa a possibilidade de retomada do projeto ALPA, pelo menos não em sua grandiosidade inicial. Conforme a Associação Comercial e Industrial de Marabá ainda em 2016, o projeto ALPA poderia ser substituído pelo projeto do grupo CEVITAL, de responsabilidade de uma empresa da Argélia, em associação com a Mineradora Vale e o governo do Estado. Toda a infraestrutura tecnológica e de transporte ferroviário seria garantido à nova siderúrgica, além da transferência dos terrenos, dos estudos e licenças ambientais e fornecimento do minério de ferro pela VALE. As estimativas em julho de 2016, seria de que as obras de construção do complexo siderúrgico teriam início ainda naquele ano, para ser inaugurado em 2019, o novo projeto também pretendia produzir 2,5 milhões de toneladas de aço, em bobinas de aço, *biletts*, *blooms*, aço em pó e trilhos, com a estimativa de gerar até 2.500 empregos diretos e cerca de 8 mil empregos indiretos, com investimento de cerca de R\$ 2 bilhões do governo do Estado (PORTAL CANAÃ, 2016).

No entanto, o projeto não avançou, em agosto de 2017, o portal Correio de Carajás anunciou a debandada dos acionistas da empresa argelina, informando também que a companhia Vale pretende realizar um novo estudo de viabilidade do projeto desanimando a elite política local. Deste modo, nessa nova análise, o complexo siderúrgico se desdobra em 12 anos de expectativa sem quaisquer benefícios à população local e com características que conforme delinea Poulantzas (1977) combinam assingularidades da propriedade privada e perpetuam a divisão de classes sociais que conta com uma conjuntura econômico-ideológica que afiança o poder das classes dominantes em condições asseguradas pelo Estado.

O poder do Estado não constitui uma máquina ou instrumento, mero objeto de cobiça das diversas classes, em que partes que não estivessem diretamente nas mãos de algumas estariam automaticamente nas mãos de outras, mas um conjunto de estruturas (...). A sua unidade política, enquanto representante da unidade do povo-nação, não é em última análise, senão a sua unidade enquanto poder político unívoco das classes dominantes. A sua autonomia relativa, função de sua característica unitária enquanto Estado nacional-popular, não é, em última análise, senão a sua autonomia necessária à organização hegemônica das classes dominantes, a

autonomia relativa indispensável ao poder unívoco dessas classes (POULANTZAS, 1977, p. 285).

Diante das modificações e incertezas que rodeiam o projeto ALPA, questiona-se sobre os impactos que o novo projeto CEVITAL acarretará ao sudeste do Pará e mais especificamente a Marabá. Os questionamentos perpassam não somente a situação gerada pelos empreendimentos de extração mineral já instalados no município nos últimos anos. Indaga-se, sobretudo, em que condições se encontram os trabalhadores locais que foram atraídos e esperam pelo projeto e se mesmo com sua efetiva implantação há como absorver tamanha quantidade de pessoas que vislumbra no empreendimento a oportunidade de emprego. Doravante, questiona-se, ainda, se apenas se perpetuará a condicionante capitalista que reproduz o exército de reserva da força de trabalho e assegura as estratégias de dominação da burguesia em detrimento do proletariado regional.

A expansão do capital na microrregião de Marabá não deixa dúvidas quanto ao modelo adotado e que pode perpetuar-se na instalação do novo projeto; trata-se de uma combinação que agrega vultosos incentivos Estatais aos distintos planos da iniciativa privada e à reprodução do modelo de divisão de classes. Em meio ao processo ancestral de exclusão e precarização das condições de vida da população local, o Estado contraditoriamente, à medida que dá todo o suporte para perpetuação das relações capitalistas de produção, também desenvolve políticas que não visam a superação desta condição. Propõe, em seu discurso de progresso, a diminuição da desigualdade social ao mesmo tempo que coloca em prática o mesmo modelo econômico que há décadas conta com seu incentivo de favorecimento à expansão do capital sem contrapartida em políticas sociais que dignifiquem as condições de vida dos trabalhadores. Os programas destinados a Amazônia seguem uma estrutura pretensamente institucionalista. Utilizam-se da artimanha ideológica que propõe “melhorar” as condições do capitalismo, sem qualquer intuito de romper com o sistema de superexploração da força de trabalho, no mesmo instante em que se apresentam como portadores do progresso.

Como reflexo da derrocada do Distrito Industrial de Marabá surge uma nova dinâmica de exploração do trabalhador, consolidando um padrão de rotatividade do trabalho aliado a premissa de ausência de qualificação profissional para permanecer nos postos disponíveis. Nonovo cenário econômico local, segundo a SICOM

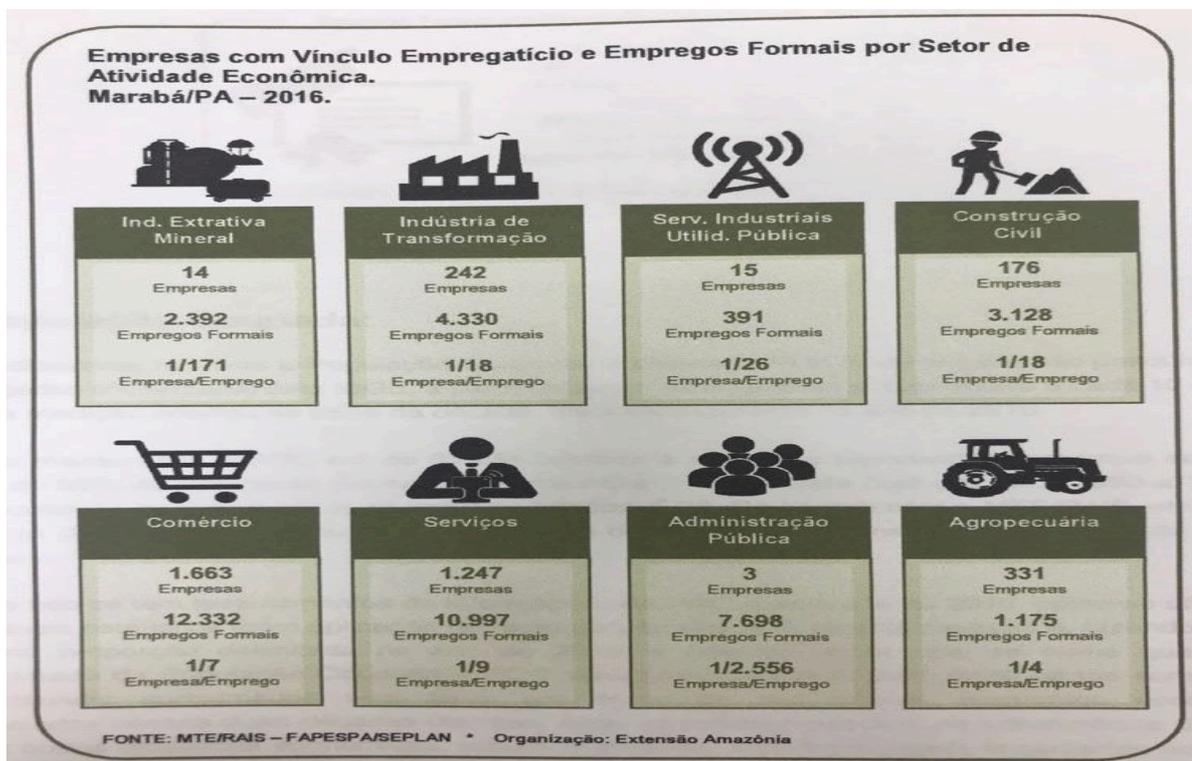
destacam-se no município os setores de atividade econômica extrativa mineral, indústria de transformação, os serviços industriais de atividade pública, o setor de construção civil, de comércio, serviços, administração pública e agropecuária. Conforme demonstram as tabelas das figuras 2 e 3 abaixo anexas, os setores de comércio e serviços em oposição a atividade na indústria de transformação, principal setor econômico até 2008, representam as atividades econômicas que mais empregaram em Marabá no interstício 2005- 2016, inclusive no requisito de empregos formais.

Figura 2 - Estoque de emprego segundo setor de atividade econômica em Marabá/PA – 2005/2016 e crescimento dos setores de comércio e serviços na cidade.

Estoque de Emprego Segundo Setor de Atividade Econômica, em Marabá/PA - 2005-2016												
SETOR DE ATIVIDADE	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Extrativa Mineral	183	124	198	241	241	885	1.351	2.021	2.054	2.401	2.569	2.392
Indústria de Transformação	5.500	5.973	6.684	6.624	6.317	6.241	6.051	5.479	5.579	5.500	4.649	4.330
Serviços Ind Utilidade Pública	350	687	453	234	228	164	185	248	230	235	409	391
Construção Civil	982	897	2.403	2.003	4.325	5.394	5.382	4.663	7.788	4.237	3.526	3.128
Comércio	7.313	7.923	9.052	9.629	10.104	11.185	12.011	12.490	13.698	14.200	13.285	12.332
Serviços	4.569	4.843	5.340	6.038	6.212	7.145	8.334	9.926	10.375	11.197	11.762	10.997
Administração Pública	4.652	6.350	7.354	6.090	8.528	9.403	9.934	8.344	9.555	9.095	9.676	7.698
Agropecuária	1.229	1.173	1.507	1.539	1.376	1.328	1.171	1.061	1.181	1.232	1.245	1.175
Outros / Ignorados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	24.778	27.970	32.991	32.398	37.331	41.745	44.419	44.232	50.460	48.097	47.121	42.443

Fonte: MTE/RAIS Elaboração: FAPESPA/SEPLAN

Figura 3 – Empresas com vínculo empregatício e empregos formais no setor de atividade econômica em Marabá/PA – 2016



Conforme ratifica a tabela da figura 3, as atividades em destaque simulam um incremento de quase setenta por cento (70%) no percentual de estoque de emprego para o setor de comércio e de mais de cento e quarenta por cento (140%) no setor de serviços se comparados com o número de empregos em 2005. A tabela 6 exemplifica o vínculo de formalidade para todas as atividades econômicas do município em 2016, com destaque para os setores que mais empregaram formalmente. Nasce aliado a esse panorama de mudanças na estrutura econômica marabaense uma nova etapa do processo exploratório regional que articula trabalho e qualificação como resultantes intrínsecas uma da outra, na qual o trabalhador necessita de qualidades especiais para permanecer ativamente no mercado que se utiliza do artifício de absorver os profissionais mais bem preparados.

O contexto empresarial na dinâmica de proliferação das escolas privadas de formação técnico/profissional em Marabá configura-se como mais uma estratégia

capitalista, diante da exímia necessidade de reestruturar-se para se sobressair nas crises econômicas. Este é, portanto, nosso principal objeto de estudo no intuito de verificar se a medida em que o trabalhador tenta inserir-se, reinserir-se ou permanecer no mercado de trabalho marabaense estas escolas encontram a sustentação para seu negócio por meio da estratégia capitalista que relaciona qualificação a conquista do emprego.

Essa nova fase de reestruturação do capital em âmbito local evidencia as proposições de Marx (2010) de que quanto mais rapidamente e incomparavelmente cresce o capital, mais rapidamente cresce também a concorrência entre a classe trabalhadora, diminuindo seus meios de ocupação e subsistência, de modo que a existência de uma classe que não possui nada mais não a capacidade de trabalho é uma condição precedente indispensável ao capital, que pode assegurar as condições de exploração conforme lhe aprouver. Neste contexto, assegura Marx (2010) que quanto menor for o tempo de formação profissional exigido por um trabalho, menores serão os custos de produção do operário, menor será o preço do seu trabalho, seu salário.

Desta forma, o trabalhador se vê obrigado a procurar, cada vez mais, meios para qualificar-se com rapidez, configurando-se como profissional polivalente na tentativa de corresponder às expectativas do mercado que agora encontra-se ancoradas aparentemente à formação profissional. O pouco preparo profissional constitui-se de argumento essencial ao capitalista no sentido de explorar a força de trabalho a baixo custo.

2.2 Estrutura organizacional do comércio e serviços em Marabá e a composição do mercado de trabalho local.

Como já mencionado, a intervenção governamental nos últimos 50 anos modificou profundamente os rumos da economia marabaense que dispunha em seu limiar de atividades, sobretudo orientadas para a extração vegetal em pequena escala. Evidentemente, no cenário atual a dinâmica das relações econômicas de Marabá está vinculada aos resultados dos grandes empreendimentos em seu entorno gerando uma vasta teia de atividades de outros segmentos.

Para Almeida (2008) esses empreendimentos são um fator importante para compreender sua recente estruturação em meio a um processo que designou a cidade de Marabá como centro de abrangente importância regional. Sendo assim, considera que a dinâmica que compõe as peculiaridades dos setores de comércio e serviços, por exemplo, orientam-se levando em consideração as demandas da região, bem como as bases de produção de caráter essencialmente capitalista na cidade.

Conforme dados disponibilizados pela Secretaria de Planejamento do Município para o ano de 2016, a base da economia marabaense está em grande parte acoplada aos resultados da produção industrial; a indústria madeireira, a fabricação de materiais de construção e a expressiva produção de gado bovino representam uma ampla fatia que caracteriza as atividades do município, embora garanta que a cidade não dependa exclusivamente destes setores para gerar emprego e renda.

Não é intenção deste trabalho argumentar que todos os empreendimentos em Marabá surgiram unilateralmente em função dos grandes projetos agro minerais em seu entorno, contudo, faz-se necessário mencionar que eles geraram a necessidade de investimentos para além do circuito empresarial em seus setores. Conforme o PEDUM, a própria configuração multinucleada do centro urbano adveio da tentativa de adequá-lo aos interesses da produção; a cidade foi subdividida em três núcleos, Velha Marabá, Cidade Nova e Nova Marabá, dentro destes se organizam espacialmente todos os bairros, há também dois núcleos mais afastados do centro, São Félix e Morada Nova.

Valendo-me dos dados coletados em campo, foi possível notar que nestes núcleos principais se verifica as maiores concentrações de empreendimentos comerciais, de prestação de serviços e representações públicas que cresceram sobremaneira nos últimos anos especialmente pela importância regional cada vez maior que assumiu o município. No mais antigo núcleo, a Velha Marabá, pode-se observar o contraste entre as antigas formas de comercialização nas quitandas e mercadinhos, que ainda persistem em bairros como Francisco Coelho, o popular Cabelo Seco e o bairro Santa Rosa, e as formas modernas de comércio atacadista e de varejo como as grandes lojas de departamento e demais lojas de toda espécie, além da cultura do lazer na Orla do Rio Tocantins que proporciona aos restaurantes,

pizzarias, bares e boates próximos, maior faturamento entre os meses de Junho a Setembro em virtude do veraneio local.

Localizam-se também neste núcleo o Hospital Materno Infantil (HMI), clínicas dentárias, veterinárias e lojas de suprimento para estes setores, salões de beleza, pequenos hotéis, postos de gasolina, serviços bancários públicos e privados e ainda o comércio informal de camelôs, paralelos a Antônio Maia, principal Avenida do Núcleo e Praça Duque de Caxias. Também conhecido como Marabá Pioneira, este núcleo conglomera quase todos os tipos de serviços oferecidos na cidade e tornou-se uma referência quando se procura por um serviço específico.

No núcleo projetado, o Nova Marabá, além dos serviços oferecidos na Velha Marabá com exceção daqueles advindos exclusivamente do comércio em torno da Orla do Rio Tocantins, também se encontra o elevado número de empreendimentos imobiliário-residenciais ao longo da transamazônica no ponto em que adentra a cidade. Aliás, a transamazônica constitui-se em ponto logístico de elevada importância para a instalação dos maiores empreendimentos no Núcleo. Encontra-se no entroncamento do km 06, onde se cruzam a Rodovia e o PA 150, e em especial as proximidades do Terminal Rodoviário “Feira Miguel Pernambuco” um conglomerado de lojas de produtos automotores, agropecuários, concessionárias de veículos de pequeno e grande porte, acanhados hotéis, o Hospital Regional do Sul e Sudeste do Pará, além de um amplo arsenal de moto-taxistas às proximidades do Terminal. No decorrer da Rodovia também se localizam faculdades privadas, hotéis de luxo, lojas de segmentos diversos, redes de supermercados, o shopping Pátio Marabá e um vasto canteiro de obras da iniciativa privada para implantação de mais empreendimentos.

Adentrando pelas principais avenidas do Núcleo Nova Marabá, a bem dizer as VP7 e VP8 e seus retornos, encontra-se uma série de prédios do serviço público com destaque para o campus da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, os Bancos do Estado do Pará e do Brasil, a Caixa Econômica Federal, além de bancos privados, redes de departamentos, concessionárias de veículos, drogarias, restaurantes e lanchonetes e a conhecida feira ao ar livre da folha 28 comercializando produtos advindos do interior do município. No Terminal Rodoviário da Folha 32, também as proximidades da Rodovia Transamazônica se encontra uma gama de serviços aqui já mencionados, mas agora com destaque para o setor de

transporte de passageiros nos serviços de Táxi, moto-táxi e táxi lotação, além da venda ambulante e barracas de comida que circulam entre os prédios do DETRAN, Empresa Brasileira de Correios, o Banco do Brasil e uma grande quantidade de pequenas empresas de crédito pessoal, assim como Escolas de condução de veículos.

Ainda à altura da Rodovia Transamazônica se localiza o Núcleo Cidade Nova, o mais extenso núcleo de Marabá, donde se verifica a ampla proliferação de Residenciais às proximidades do projeto de instalação da siderúrgica do grupo CEVITAL, no sentido do município de Itupiranga. Se observa também a instalação de muitos órgãos públicos, o aeroporto da cidade, hotéis de diferenciados padrões, o maior número de iniciativas de escolas públicas e privadas de formação profissional, como será demonstrado no próximo capítulo, e como nos demais, o grande contingente de lojas de diversos segmentos, postos de gasolina, redes de supermercados, restaurantes diversos e lojas de departamento.

O comércio de rua é neste, como na Velha Marabá, uma das características do Núcleo, podendo ser observado tanto nas mediações da Praça São Francisco no centro, como no espaço da feira coberta do bairro Laranjeiras e ainda em torno da “Praça da Liberdade” no bairro Independência. Os Núcleos São Félix e Morada Nova são os mais afastados do centro comercial e industrial de Marabá; localizam-se às margens do PA 150 no sentido da capital do Estado e se organizam também seguindo a conjuntura de comércio e serviços da região, embora em menor escala e este último com grande atenção voltada aos interesses da produção de gado.

Projetos habitacionais de procedência pública em parceria com grandes empresas da construção civil foram desenvolvidos no entorno do primeiro núcleo que subdivide-se em São Félix Pioneiro, São Félix I e São Félix II e ainda, às proximidades de Morada Nova, elevando o número de habitantes nestas regiões devido a realocação da população mais carente ampliando também a necessidade de prestação de serviços para atendê-los. Em ambos há um razoável número de lojas de ramos diversos e quase nenhum órgão de origem pública, com exceção de escolas e postos de saúde; encontram-se nestes núcleos algumas lojas de departamento, farmácias, lanchonetes, oficinas mecânicas, postos de gasolina e outros projetos imobiliário-residenciais de procedência privada.

Compreende-se que o mercado de trabalho na cidade de Marabá desenvolveu-se segundo as perspectivas produtivas da região do sudeste Paraense na qual se insere o emaranhado de projetos de origem estatal em parceria com o grande capital. Mesmo os empreendimentos de abrangência apenas local surgiram na cidade com intuito de se firmarem ou se reorganizarem conforme as diretrizes que norteiam a lucratividade no circuito regional. Contribuíram para a implantação destes grandes empreendimentos de segmento comercial e de prestação de serviços, o aumento gradativo da população e a necessidade de oferecimento de serviços diversos.

Seguindo esta conjuntura de surgimento de um novo projeto de desenvolvimento para a cidade de Marabá, o qual caracteriza-se pela consolidação do paradigma de produção e consumo, este trabalho pretende verificar o contexto de mercantilização da formação profissional pelo setor privado, no momento em que a qualificação passa a ser apresentada como um produto e um requisito para ocupar postos de trabalho nesse novo momento de rearranjo econômico da cidade.

SEÇÃO 3 - O SETOR PRIVADO DE FORMAÇÃO TÉCNICO/PROFISSIONAL EM MARABÁ E O SUPOSTO ARRANJO DE RELAÇÕES COM O MERCADO DE TRABALHO LOCAL.

Na seção anterior vimos a grande espacialidade das atividades de comércio e serviços em Marabá; essa espacialidade compõe o mercado de trabalho local, orientado pela dinâmica das relações entre os postos de trabalhos disponíveis e/ ou que podem surgir e a qualificação necessária para ocupá-los. Assim, este capítulo apresenta os resultados de um estudo das peculiaridades da formação técnico/profissional analisando as perspectivas empresariais das Escolas Privadas de Formação da cidade e ainda de acordo com próprio setor empregador da cidade

Resumindo o primeiro capítulo deste estudo, a formação profissional ao longo de séculos de reajuste, sempre desempenhou importante papel quanto à caracterização da educação nacional. Em Marabá, embora desempenhe posição de destaque a formação profissional na esfera pública, a dinâmica empresarial do processo de profissionalização na cidade permitiu-nos constatar que a formação técnico/profissional nas escolas privadas tornou-se um negócio de grande relevância para o mercado de trabalho local, especialmente porque se predispõe a oferecer os cursos de que, teoricamente, mais necessitaria esse mercado, segundo suas próprias avaliações.

Conforme abordado no segundo capítulo, o município passa por um processo de desindustrialização de sua economia, substituição gradativa da indústria siderúrgica e desenvolvimento de seu setor de comércio e serviços. Passa também por um período de crescente desemprego no setor industrial atrelado ao surgimento de um novo paradigma de desenvolvimento da economia local.

Esta pesquisa iniciou-se com o levantamento das principais escolas privadas de formação técnico e profissional da cidade com embasamento em seu renome e tempo de atuação na região. Para o quantitativo de dezenove (19) escolas contabilizadas, optamos por um percentual de vinte por cento (20%) do número total, o equivalente inteiro a quatro (4) escolas, para desenvolvimento da pesquisa de campo, fomentada por entrevistas semiestruturadas com seus

respectivos representantes, bem como questionário estruturado com cinco por cento (5%) do total geral de alunos dessas escolas. O quadro abaixo relaciona as escolas atuantes na cidade especificando seu segmento de formação e núcleo de instalação em Marabá.

Tabela 4 – Escolas de formação profissional em Marabá, segmento que atendem e núcleo de instalação.

ESCOLAS DE FORMAÇÃO TÉCNICAS E PROFISSIONAIS DE MARABÁ	SEGMENTOS DE FORMAÇÃO	NÚCLEOS DE INSTALAÇÃO
Cebrace – Centro Brasileiro de Cursos Profissionalizantes	Informática e serviços	Cidade Nova
Centro educacional europa	Mineração e saúde	Nova Marabá
Ceqtn – centro de ensino qualificacional técnico do norte.	Informática e mineração	Cidade Nova
Cetma – cursos profissionalizantes	Informática, prestação de serviços e saúde	Cidade Nova
Data. net – cursos profissionalizantes	Informática e cursos cursos preparatórios	Cidade Nova
Star cursos profissionalizantes	Informática, prestação de serviços.	Cidade Nova
Etep – escola técnica profissionalizante	Mineração e saúde	Cidade Nova
Europa – cursos profissionalizantes	Informática, prestação de serviços e EJA.	Nova Marabá
Escola técnica vale dos carajás	Mineração e saúde	Velha Marabá
Ideia – cursos profissionalizantes	Informática e serviços	Nova Marabá
leppa– instituto de educação politécnico e profissional do pará.	Saúde, mineração, EJA	Cidade Nova
Imperador - cursos técnicos profissionalizantes	Informática e mineração	Cidade Nova
Instituto embelleze – cursos profissionalizantes	Estética e Beleza	Cidade Nova
Íris fashion – cursos	Estética e Beleza	Nova Marabá

profissionalizantes		
Instituto Ney hairstylecompany - cursos profissionalizantes	Estética e Beleza	Cidade Nova
Microlins- informática e cursos profissionalizantes	Informática, prestação de serviços	Nova Marabá
Unidade de ensino descentralizada de marabá – escola técnica	Informática, serviços e saúde	Cidade Nova
Futuro ensino técnico	Saúde, mineração e serviços.	Velha Marabá

A cidade possui escolas privadas de formação instaladas nos principais núcleos comerciais, mas em especial nos bairros Cidade Nova e Nova Marabá, mesmo porque o tipo de serviço oferecido no núcleo pioneiro volta-se com menos relevância para o setor de formação e mais para as demandas do comércio e prestação de serviços. De modo geral, cada Escola pesquisada acredita que a implantação de novos empreendimentos comerciais na região abre um leque de possibilidades para diferentes setores da economia. Desta forma, desde cursos nos setores de informática e atendimento ao público à cursos nas áreas de administração, saúde, beleza e mineração são promissores na conquista de alunos segundo a nova organização econômica da região.

Até meados de 2016 a especulação em torno da implantação do projeto ALPA/CEVITAL no município ocasionou como já mencionamos, um aumento no contingente populacional e de prestação de serviços na cidade. Com a expectativa, as Escolas de formação se prepararam para atender a um número maior de alunos carentes de qualificação em função deste empreendimento e de tantos outros que pretendiam adentrar no mercado local como destaca a Diretoria Franquial da Empresa Microlins Formação Profissional em Marabá.

Segundo a Diretoria, a especulação em torno da Siderúrgica ALPA trouxe consigo a possibilidade de implantação de uma série de outros empreendimentos que serviriam de alicerce para a nova demanda populacional que surgiria com sua implantação, confirmando Marabá como um centro dinamizador da economia regional. Contudo, o quadro de incertezas vinculado ao projeto sidero-metalúrgico

que jamais foi implantado, aliado a queda do setor industrial modificou a estrutura financeira da cidade cuja nova configuração econômica gira em torno da implantação de grandes centros supermercadistas atacado-varejistas.

3.1 - As perspectivas de qualificação do mercado de trabalho local segundo o setor privado de formação técnico/profissional: o caráter comercial deste tipo de formação em Marabá.

Atentamo-nos aqui as quatro (4) escolas de Formação técnico e Profissional selecionadas para o desenvolvimento dessa pesquisa, são elas:

- A Escola (A), que atua com cursos voltados para a área da informática, mas também para o setor de prestação de serviços;
- O Centro Educacional e Ensino Técnico (B) que oferece cursos nas áreas de saúde e mineração, como também cursos voltados para a prestação de serviços autônomos;
- O Instituto (C), que desenvolve um programa de cursos direcionados a serviços empresariais autônomos no segmento da beleza.
- Por fim o Instituto (D), que direciona seus cursos técnicos para a área da saúde e mineração, atua na educação de jovens e adultos (EJA) e pretende para 2018 investir no desenvolvimento de cursos profissionalizantes para o setor de atendimento ao público;

A primeira escola visitada, a Escola (A), é uma empresa oriunda do município de Lins no interior de São Paulo e possui cerca de 850 unidades filiadas em todo o país contando com uma rede profissionalizante que reúne grupos de formação profissional, técnico e universitário em 25 anos de existência. A franquia foi adquirida em Belém do Pará em 2001 e implantada em Marabá em 2005 no núcleo Nova Marabá. Para seu Diretor Franquial, a empresa instalou-se na cidade devido a saturação deste tipo de empreendimento na capital do Estado. Suas pesquisas de mercado revelaram de Marabá para empreendimentos no setor de formação, uma vez que, segundo nos afirmou, havia um número reduzido de escolas no setor além do que havia propostas de implantação de novas empresas e indústrias na região.

Segundo o diretor, antes da efetiva instalação, a Escola analisou as principais carências do mercado e constatou que o marabaense em 2005 ainda possuía uma deficiência grande em relação à alfabetização digital, o que a fez voltar sua propaganda para a indicação da dificuldade de acesso a melhores empregos na região. Em Novembro de 2017 conforme contabiliza a empresa, já se formaram cerca de vinte e cinco mil (25.000) pessoas nos doze (12) anos de atuação em Marabá, uma média de duas mil (2.000) pessoas formadas anualmente.

Na implantação, seu marketing consistia em mostrar à população local a necessidade de qualificar-se para ocupar melhores cargos ou ao menos manter-se no mercado. Atualmente mesmo com o quadro de grave crise no setor industrial, seu marketing continua voltado para o crescimento econômico do município, agindo em função da expectativa de criação de novos postos de trabalho relacionados a instalação de novos empreendimentos. Segundo aponta o diretor, a escola desenvolve seu programa de cursos baseando-se nas necessidades relativas a cargos que jamais saem do mercado como no setor de atendimento ao público, por exemplo. Desse modo, a escola afirma que seu objetivo é prover as imprescindíveis necessidades do mercado e suprir os novos setores da economia marabaense.

Na análise da empresa, ocorreu uma notória modificação na economia local e nos últimos quatro (4) anos, o setor industrial que demandava um grande quantitativo de funcionários técnicos, deixou uma lacuna para esse setor que precisa reorganizar-se para atender aos novos imperativos do comércio e serviços locais com cursos mais rápidos, de fácil inserção no mercado e que se adequem às novas exigências dos empreendimentos recém instalados:

O mercado marabaense está convergindo para o (setor de) comércio, serviços e varejo. Tudo isso devido ao advento dessas grandes redes de supermercados na cidade. Isso tem demandado uma mão de obra enorme na região (...) nós temos sido responsáveis por enviar muitos dos nossos alunos para essas empresas.

Neste cenário de implantação de grandes grupos atacadistas na cidade, a empresa disponibiliza cem (100) cursos, divididos entre profissionalizantes, técnicos e de idiomas para o que acredita suprir “ a grande oferta de empregos em Marabá”. Cada curso oferecido dura entre doze (12) e quinze (15) meses e independe de um

número mínimo de alunos, pois o estudante pode optar por fazer o curso com professores em classe ou tutores online, o que segundo a empresa rendeu-lhe um aproveitamento máximo no programa de cursos. A maioria dos professores, segundo menciona o diretor franquial, são formados pela própria escola, inclusive nos cursos para os quais lecionam ou recebem um treinamento que os habilita para lecionar em novas áreas.

A exigência de Ensino Médio conforma os cursos voltados para o departamento pessoal, na área da saúde ou de suporte financeiro, como o de auxiliar de recursos humanos, rotinas administrativas, agente de vendas, atendimento ao cliente, operador de caixa, hotelaria, logística, turismo, auxiliar de farmácia e assistente financeiro. Cada um desses cursos pode ser ofertado num pacote conjunto, o que conforme a empresa prepara um profissional para o mercado numa perspectiva macro. Os cursos iniciais nos setores de informática e idiomas não exigem escolaridade mínima, embora a empresa não possua um programa voltado diretamente para crianças.

A Escola (A) possui ainda, conforme destaca a empresa, uma agência de talentos que fica responsável pela intermediação entre os novos empreendimentos e os alunos recém formados ou que compõem seu banco de dados. Dentro de cada curso há uma plataforma de desenvolvimento profissional que ensina aos alunos noções de marketing pessoal e como elaborar um currículo. Segundo afirma, muitos empreendimentos já instalados ou recém chegados à cidade entram em contato para solicitar o encaminhamento de seus formandos no intuito de preencher seu quadro de funcionários, geralmente para funções com baixa remuneração como repositores de estoque, atendentes de caixa ou embaladores. De acordo com a franquia, a instalação dos Grupos Líder e Atacadão na cidade exigiu a contratação de ao menos mil (1000) funcionários para o setor de atendimento ao público e suporte interno. Deste total, embora não saiba quantificar o número de ex alunos que adentrou nos novos empreendimentos, a empresa afirma que uma grande parte dos funcionários são egressos:

A gente conseguiu implementar muitas pessoas no Líder (...) o Líder contratou setecentas (700) pessoas em Marabá e o Atacadão trezentas (300), então ao todo dá mil (1000) pessoas. A gente conseguiu aí no Atacadão muito menos e no Líder muito mais, eu não consigo te precisar números exatos, mas a gente vê *no* supermercado e vê a moça do caixa, alunos nossos, a gente vê alunos nossos arrumando as prateleiras, a gente vê que é aluno nosso que tá lá, ou por nosso intermédio de mandar o

currículo pra ele ou por eles também, por conta própria, porque a gente ensina os dois caminhos.

Na perspectiva da empresa, a principal necessidade para o mercado de trabalho local está relacionada ao atendimento, por conta disso, passou a oferecer os chamados “cursos vip”, ofertados diretamente para empresas ou profissionais autônomos que já trabalham com o atendimento ao público. Assim, a empresa garantiu mais uma vertente de seu ramo de atuação, especializando-se também no desenvolvimento de programas de treinamento de equipes de atendimento ao cliente conforme solicitação de empresas como redes de supermercados, postos de combustíveis e empresas de comunicação visual. De acordo com sua diretoria, o desenvolvimento deste novo segmento de cursos coloca a empresa no nível de competitividade de muitas outras de formação que tem surgido na cidade.

A parceria local na esfera pública fica por conta da oferta de cursos junto ao Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) com o Programa Menor Aprendiz. Nos demais cursos de recursos humanos e informática, apesar de representarem a maior demanda da escola, grande parte dos alunos formados não consegue efetivamente adentrar no mercado. De acordo com a empresa, há um papel predeterminado tanto para a escola de formação quanto para o aluno que também precisa estar disposto a galgar sua posição no mercado de trabalho. Segundo pontua o diretor franquial:

O nosso negócio é só fazer o encaminhamento, até porque não podemos garantir o emprego e muita gente chega aqui e faz o curso e tal, espera que o emprego bata na porta; não, gente! Primeiro, nós comunicamos via redes sociais, (...) a gente consegue atingir aluno lá de 2005 que possa estar desempregado. Pra gente, é só fazer o encaminhamento, essa que é a nossa missão.

Semelhantemente à Escola (A), a segunda empresa pesquisada também instalou-se em Marabá por seu potencial econômico e relevância no quadro regional. A entrevista realizada no Centro Educacional e Ensino Técnico (B), uma empresa marabaense implantada em 2014 e que atua nos ensinos regular, técnico e superior, demonstrou que assim como a empresa anterior, também realizou um levantamento preliminar no mercado local. O coordenador geral do grupo educacional, menciona que na implantação, o ensino técnico voltava-se mais para o setor industrial,

entretanto, com as modificações na economia local geradas pelo fechamento das siderúrgicas da cidade a empresa se reorganizou direcionando sua grade de formação para a área da saúde e tecnologia, o que acredita compor as principais necessidades do mercado atual.

O centro Educacional (B) oferece onze (11) cursos técnicos cuja escolaridade mínima deve ser o ensino médio, cada curso trabalha com a média de trinta e cinco (35) alunos por turma e dura entre dezoito (18) e vinte e sete (27) meses. Pelo longo período de duração dos cursos, desde sua implantação apenas cento e noventa e seis (196) alunos se formaram pela escola nas áreas de mecatrônica, nutrição e dietética. Para o coordenador, a nova configuração econômica de Marabá exige compreender o pensamento do morador local e adequar seu quadro formativo ao interesse do trabalhador e perspectivas do mercado:

Pela queda da indústria, as pessoas que estavam fazendo cursos nessa área (desistiram), porque não há muita oferta de emprego. Se tivessem chegado as siderúrgicas que estavam pra vir com as empresas que viriam junto, essa área (...) estaria em alta, mas as pessoas pensam em fazer um curso profissionalizante pra buscar um emprego, e (se) não tem oferta de emprego nem na cidade, nem na região, elas acabam desistindo.

Para o desenvolvimento de seu segmento técnico, além das pesquisas de mercado, a empresa investiu em tecnologia em suas salas de aula e laboratórios, propaganda impressa e nas redes sociais e chamadas em rádios na cidade e região de Carajás. Segundo contabiliza, noventa por cento (90%) do público atendido pela empresa é feminino, distribuído em diferentes classes sociais, mas especialmente funcionárias de baixa renda empregadas no comércio de Marabá que buscam uma profissão mais rentável. Indagada acerca do encaminhamento ao mercado, a empresa afirma que busca parcerias, mas não se considera diretamente responsável pela absorção do aluno pelas empresas da região porque este fator depende da própria estrutura do mercado.

Nós trabalhamos com encaminhamento, mas nós não prometemos *pros* nossos alunos esse encaminhamento, porque nós não somos donos de emprego, isso depende da oferta que se tem no mercado. Nós buscamos as empresas, temos convênios para que as empresas quando tiverem as vagas ofereçam pra nós, pra fazer uma seleção para os nossos alunos.

Conforme a empresa, a principal dificuldade em fechar parcerias com as empresas da região está no estigma de que o bom profissional não é formado em Marabá. Para atrair a atenção do empregador local, destaca que foi necessário apresentar a estrutura da escola que conta com equipamentos próprios, mas um método de ensino baseado em experiências em outros estados, seu quadro de professores é composto por profissionais que já atuam nas áreas de ensino. Pelas dificuldades encontradas no setor industrial em nível local, o Centro Educacional afirma que muitos de seus alunos migraram para Canaã dos Carajás onde conseguiram emprego em empresas que prestam serviço para a Companhia Vale, em Marabá a parceria industrial abrange somente a Siderúrgica Sinobrás.

Diferentemente da Escola (A), o Centro Educacional (B) acredita que nos últimos dez (10) anos, o número de empreendimentos no setor de formação técnico e profissional tem diminuído em Marabá, resultado da crise econômica que atinge o município desde 2008. Para sua diretoria, a crise transformou os requisitos para contratação na cidade e região, exigindo o desenvolvimento de novas habilidades em cada profissional e reorientando a exigências do mercado em relação ao novo quadro de profissionais que procura por emprego. A cidade transformou-se de um polo industrial para uma cidade comercial, mudança que contribuiu para a diminuição da renda do trabalhador marabaense, conforme assinala:

Hoje Marabá tá se tornando uma cidade comercial, a cidade comercial gira o dinheiro na cidade e trás pessoas de cidades vizinhas para hotéis, postos de gasolina, restaurantes. Tem uma boa movimentação, só que o problema de uma cidade comercial é que o comércio paga um salário mais baixo e o dinheiro circula um pouco na cidade evai pra fora, pra trazer novas mercadorias.

Assim, segundo a empresa, para balancear a economia e o mercado de trabalho local seria necessário investir na instalação de mais indústrias. Para ela, a principal diferença entre o comércio que se instalou em Marabá e a indústria outrora atuante está no fato de que enquanto aquele permite uma menor circulação de capital com salários mais baixos, esta remunera melhor e por intermédio da exportação também arrecada mais.

Enquanto a Escola (A) e o Centro Educacional e Ensino Técnico (B) se contrapõem acerca de como veem a nova configuração econômica de Marabá, a terceira empresa pesquisada se distancia ainda mais da concepção de ambas

quanto às exigências do mercado local. O Instituto (C), uma franquia fluminense que atua no mercado nacional há dezoito (18) anos e instalou-se há oito (8) anos em Marabá, acreditou desde sua implantação que o ramo da beleza seria bastante promissor, especialmente porque em 2010 a cidade contava com poucas empresas de formação nesta área profissional. Desde modo, sua pesquisa de mercado inicial não abrangeu a dinâmica econômica em si, mas a ausência de outras empresas neste segmento, o que lhe ofereceria maior probabilidade de sucesso na absorção dos alunos locais.

Conforme destacou sua diretora franquial, atualmente são realizadas pesquisas de mercado para detectar as principais demandas locais neste segmento, mas a principal característica do Instituto é o marketing voltado majoritariamente para o profissional autônomo que já possui ou pretende abrir seu próprio negócio. De acordo com a diretora, a crise desta última década não afetou este setor, pelo contrário, possibilitou a abertura de novos empreendimentos de caráter independente não somente em Marabá, por isso sua pesquisa não se limita ao mercado da cidade, mas a toda a região de Carajás. Indagada acerca do crescimento ou abatimento do setor técnico/profissional em Marabá nos últimos anos, a diretora destaca:

Acredito que cresceu sim, principalmente no segmento de beleza que é o (que) cresce muito em Marabá e regiões, é muito significativo o crescimento de salões de beleza, temos muitos casos de sucesso (na cidade), muitas pessoas que querem montar o seu próprio negócio.

A escola oferece os cursos de cabeleireiro profissional, maquiagem profissional, barbeiro, manicure e pedicure, massagem relaxante e *designer* de sobrancelhas profissional. O número de alunos por turma oscila entre quinze (15) e vinte (20) e não há exigência de idade, é necessário apenas que o aluno tenha concluído o ensino médio. Seus principais veículos de propaganda são comerciais de televisão na mídia regional, bem como o uso de mídia digital. De acordo com seu banco de dados, desde 2010 mais de quatro (4.000) mil pessoas já se formaram no Instituto, uma média que varia entre quatrocentos (400) e seiscientos (600) alunos egressos anualmente. Contudo, não há nenhuma parceria entre a escola e os empreendimentos desta área em Marabá, isto porque, conforme a diretora, o foco é

o aluno empreendedor. Questionada sobre a perspectiva de inserção de seus formandos no mercado de trabalho, a diretoria isenta-se de qualquer compromisso após a conclusão dos cursos:

Nós não temos como garantir ao aluno a inserção dele no mercado de trabalho, é uma área muito ampla. A inserção que nós garantimos é o objetivo de contribuir com a empresa dele, seja o empreendedor em casa, na comunidade ou qualquer local onde *atue*.

Diferentemente das demais empresas já mencionadas, o Instituto (C) não precisou reconfigurar seu quadro de cursos ou funcionários pelos efeitos da crise econômica, mas a qualifica como responsável pela iniciativa de novos empreendedores autônomos, seu principal mercado consumidor de cursos. Desta maneira, o segmento autônomo na área da beleza desenvolveu-se ainda mais para contornar os efeitos da crise. O Instituto ressalta que intenta parcerias com prefeituras da região para realizar “ações de beleza”, as quais são desenvolvidas pelos alunos em experiência, sob a tutela dos profissionais que também se formaram na empresa, trata-se de um processo no qual o Instituto realiza as ações no município, com a estrutura local e com o intuito de divulgar o nome de sua empresa.

Confirmando as afirmativas do Instituto (C) quanto ao crescimento do setor de beleza em Marabá, na tabela a seguir, os dados do Global Empreendedorismo Monitor- GEM Nacional 2016, apontam para o crescimento do setor de cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza em todo o país:

A atividade de cabeleireiros, que aparece com destaque nas três categorias de empreendedores, sendo a segunda atividade mais citada entre os empreendedores novos e estabelecidos e a quinta mais citada entre os nascentes. Até o fim do primeiro semestre de 2016 já havia 400 mil CNPJs de MEI, micro e pequenas empresas cadastrados nesta atividade. O negócio tem impactado positivamente a economia brasileira e o mercado se mostra em crescimento constante, alavancado especialmente pela transformação do papel da mulher (GEM, 2016, p.60).

TABELA 5 - Distribuição percentual dos empreendedores por estágio segundo as atividades de seus empreendimentos e crescimento dos setores vinculados aos ramos da beleza- GEM 2016.

Atividades dos empreendedores					
Nascentes		Novos		Estabelecidos	
Atividades (CNAE)	%	Atividades (CNAE)	%	Atividades (CNAE)	%
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	14,4	Serviços especializados para construção	9,6	Serviços especializados para construção	14,4
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	8,7	Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza	9,4	Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza	13,3
Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	7,0	Serviços domésticos	9,4	Serviços domésticos	6,0
Manutenção e reparação de veículos automotores	6,8	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	8,1	Obras de acabamento	5,6
Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza	5,1	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	7,0	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	4,4
Serviços ambulantes de	4,8	Restaurantes e outros estabelecimentos de	6,8	Serviços de catering, bufê e	4,3

alimentação		serviços de alimentação e bebidas		outros serviços de comida preparada	
Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	3,3			Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	3,8
Outras Atividades	49,9	Outras Atividades	49,7	Outras Atividades	48,2

Fonte: GEM Brasil 2016

Na tabela acima, conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE/GEM2016) observamos o crescimento dos setores vinculados aos tratamentos na área da beleza, tanto para atividades nascentes (5,1%), quanto para novos empreendimentos cadastrados naquele ano (9,4%), bem como empreendimentos já estabelecidos (13,3%) antes de 2016. Esses percentuais representam o crescimento deste setor em todo país, composto majoritariamente por trabalhadoras autônomas, numa dinâmica de apelo ao chamado “empreendedorismo”. Para além disto, o aumento do empreendedorismo no Brasil revela uma relação intrínseca com o desemprego. Para Nassif *et al* (2009) o Brasil vive a era do chamado “empreendedorismo por necessidade”, caracterizado pela empreitada familiar ou individual em atividades autônomas como uma alternativa a sobrevivência em tempos de crise econômica:

Além da expansão dessa atividade informal, dados oficiais revelam que o Brasil vive também a difícil realidade do desemprego que vem aumentando significativamente (...). Observa-se que as pessoas estão necessitando buscar alternativas para o desemprego e o empreendedorismo passa a ser visto, muitas vezes, de maneira enviesada; forma de sobrevivência desse grupo de pessoas (NASSIF ET AL, 2009, p. 164).

Analisando por esta perspectiva, é possível constatar que o forte desemprego pelo qual passa a população marabaense tem sido o efetivo alicerce do Instituto (C) para oferecer seus cursos, destinados a pessoas que se veem obrigadas a adentrar no mercado no ramo do empreendedorismo.

No contexto local, os efeitos da crise atingiram os modelos empresariais no setor privado de formação profissional em Marabá de diferentes maneiras, entre as quatro (4) empresas pesquisadas, o Instituto (D) demonstra ser o que mais modificou ou pretende modificar sua estrutura de ensino. Em 2017, analisando o processo de mudanças ocasionado pela nova configuração econômica da cidade, foi acrescentado ao seu nome o termo “profissional”, com o objetivo de oferecer cursos mais rápidos e de média duração, conforme o interesse do aluno. A entrevista foi desenvolvida com a fundadora e diretora do Instituto. Para ela, trata-se de uma empresa tipicamente marabaense que surgiu exatamente em função da carência de formação técnico/profissional na cidade. Análoga as demais empresas, O Instituto que tem apenas 6 (seis) anos no mercado analisou antes da implantação quais setores da economia local mais necessitavam de trabalhadores qualificados, sua pesquisa no mercado regional apontou a insuficiência de trabalhadores na área da saúde, mineração e metalurgia.

Uma singularidade do Instituto (D), conforme relata a diretoria é o fato de que até 2013 a maioria de seus alunos eram oriundos de outras regiões do país, sobretudo do Sul. Destes estudantes boa parte possuía alguma relação de parentesco com militares remanejados para Marabá e ainda hoje encontram-se na cidade, não necessariamente pelas oportunidades de emprego, mas acabaram se enquadrando às demandas locais. Grande parte dos atuais alunos desloca-se de outros locais do município precisamente no intuito de verificar as possibilidades do mercado. Para a diretora, o aluno marabaense demonstra pouco interesse na efetiva formação profissional, este desinteresse está presente nas diversas empreitadas no sentido de “comprar” o diploma ou adiantar sua entrega por parte daqueles que evidenciam descaso pelas aulas, mas esperam adentrar o mais rapidamente possível no mercado.

O que nós pretendemos fazer aqui nesse ano é colocar vários cursos que atentam a cidade (...) precisamos de cursos de atendimento ao público, mas eu sei que já esteve mais em alta porque com essa crise, muitas empresas estão fechando, tem muita gente desempregada.

Cada um dos cursos técnicos que a escola oferece quevaria entre análises clínicas, radiologia, estética, enfermagem, segurança no trabalho, mineração e edificações, possui de uma (1) a duas (2) turmas em andamento com cerca de 30

alunos. Para uma média de formação de três a quatro turmas anualmente são necessários no mínimo 18 meses para conclusão, incluindo o estágio que em cursos como enfermagem exigem 600 horas de prática assistida. Para a diretora um dos problemas na formação local está exatamente no oferecimento de cursos profissionalizantes muito rápidos que possuem apenas uma grade, visando somente a inserção imediata do aluno no mercado e não uma boa qualificação.

Os estágios para os cursos na área da saúde são realizados em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, contudo a diretora menciona que nem todos os alunos conseguem empregos após o estágio. O número de absorvidos pelo mercado não pôde ser repassado à pesquisa por insuficiência de dados da escola. A diretoria garante que no último ano aumentou o número de empresários da região (cujos nomes também não foram citados) solicitando currículos para formações específicas em estética, porém não há como rebuscar e enviar o currículo de alunos antigos ou mesmo dos que se formaram recentemente porque a escola não possui um banco de dados ou um programa de parceria para encaminhamento ao mercado de trabalho.

Neste sentido, enquanto as duas primeiras escolas pesquisadas enfatizam buscar parcerias com o empresariado local, o Instituto (D) assim como o Instituto (C) não aparentam empenhar-se neste objetivo. Mesmo com a elevação da procura por currículos, a diretora reconhece que não há tamanha aproximação com o núcleo empregador da cidade porque muitos de seus alunos do curso de estética, por exemplo, optam por abrir seu próprio estabelecimento acreditando ser mais rentável ou por já se tratarem de micro-empresários almejando formação para desenvolver seu negócio. Desta forma, admite que a maioria dos alunos consegue emprego por conta própria, evidenciando certo descompromisso do Instituto para com os discentes após o estágio, fase final do curso. Esta peculiaridade demonstra o caráter comercial da formação profissional em Marabá, assim como as demais escolas. Esta também não consegue inserir seus formandos no mercado local, atribuindo ao aluno a responsabilidade pela conquista do emprego:

Não temos como garantir o emprego para o estudante, temos muitos alunos dessa região toda, alunos que vem no final de semana. A nossa garantia é o diploma, porque o diploma é o veículo do aluno para adentrar no mercado, em seguida, a permanência dele depende do seu próprio desempenho.

Para adequar-se as novas investidas do mercado marabaense, o Instituto (D) mudou de endereço, buscando um espaço que pudesse atender mais alunos, investiu também em tecnologia em seus laboratórios, panfletagem nas ruas e chamadas em rádios locais. Em 2013 o curso de mineração surgiu em função da expectativa de implantação da siderúrgica da Alpa; para 2018 a empresa pretende investir em cursos profissionais de curta duração na área que concentra seu maior número de alunos. Para descartar o prejuízo de perder clientela em função do longo prazo que demanda a formação técnica, a escola predispõe-se a adentrar em novos mercados:

Em estética nós *tamos*pretendendo fazer... ser um concorrente aí, tipo um Embellezpra qualificar as pessoas, porque geralmente as pessoas querem fazer um curso técnico, mas demora muito e não tem paciência. Tenho uma professora que morou na Espanha, ela está voltando pro Brasil agora e aprendeu muitas técnicas novas, então ela vem pra desenvolver o curso de designin de sobancelha.

Indagada acerca do mercado local, a diretora confirma que a implantação de novos grupos empregadores reorganizou seu panorama de cursos. Contudo, menciona desacreditar no potencial dos cursos profissionalizantes, por sua rapidez e superficialidade de conteúdo, ainda assim, pretende ofertar o que o mercado necessita e lhe garanta sucesso empresarial:

Em relação ao mercado local, acho que o curso técnico seria o ideal, porque a pessoa tem mais qualificação, com ele tem um estudo mais profundo, melhor, só que a maioria não gosta, eles gostam mesmo é de cursos rápidos, profissionalizantes (...) porque o curso tecnico tem que ter 1.200 horas no mínimo e o curso profissionalizante pode ter 200 horas, 50 horas, depende do que atende. Eu particularmente não gosto do curso profissionalizante, acho melhor o técnico, o tecnólogo vai ter um conhecimento melhor (...),mas o mercado e as condições do brasileiro *tão* muito complicados e o curso profissionalizante vai atender a demanda imediata.

É neste momento no qual se observa a complementariedade entre a implantação de novos empreendimentos na região e o objetivo da escola em atendê-los que se pode constatar certa contradição no discurso sublinhado por sua diretoria, que afirma compreender que empreendimentos de grande porte, diretamente vinculados a Companhia Vale, por exemplo, deixam um rastro de destruição no

município. Para ela, a Companhia pouco investe numa formação profissional de qualidade que possa gerar rentabilidade ao trabalhador marabaense, proporcionando aos trabalhadores de outras regiões melhores vagas de emprego. Mesmo assim pretende suprir as exigências da Companhia implantando e adequando seus cursos às suas demandas qualificais.

Nós investimos mais na área da saúde, mas existe demanda na área metalúrgica, na área de automação para essas empresas de exploração porque aqui em Marabá oferecem muitos cursos, mas só cursos profissionalizantes, cursos rápidos (...) por exemplo, nós temos uma Vale que não investe na cidade, acho que a gente tem que lutar por isso, o jovem marabaense tem que cobrar mais da Vale, o Pará vai ficar só com as crateras e o que a Vale te oferece? Só oferece curso de arrumadeira. O que o jovem precisa é de curso técnico, tecnológico, o técnico superior *pra* almejar coisas melhores.

Isto evidencia o intuito empresarial deste tipo de escola que se estende para além do maquiado objetivo de formar profissionais de qualidade, responde em realidade, ao interesse comercial dos estabelecimentos locais. Nenhuma das empresas pesquisadas admitiu a evasão de seus alunos pela pouca qualidade dos cursos, estrutura insuficiente da Escola ou dificuldade de absorção no mercado de trabalho após a conclusão, isto porque estas empresas trabalham junto a seus alunos a ideia de que são responsáveis por lhes apontar as tendências do mercado, enquanto cabe a eles o esforço ao longo dos cursos e empenho na busca pelo emprego.

3.2 A contraposição entre o empresariado local e a real absorção dos egressos dos cursos do setor privado de formação técnico/profissional.

Nesta etapa da pesquisa foram entrevistados os responsáveis por três (3) novos empreendimentos instalados em Marabá. Nossa análise qualitativa teve a pretensão de abordar estes novos empreendimentos por configurarem uma nova dinâmica de desenvolvimento na esfera regional no ramo atacado-varejista, conformando-se como os maiores empregadores da cidade no momento. Os dados da SICOM, conforme a tabela da imagem 4, evidenciam o crescimento dos setores

de comércio e serviços entre os anos 2005 e 2016 a partir do vínculo empregatício, período que coincide com a implantação destes novos empreendimentos na cidade.

Figura4 – Estabelecimentos com vínculos empregatícios por setor de atividade econômica do cadastro RAIS 2005-2016.

Estabelecimentos com Vínculos Empregatícios por Setor de Atividade Econômica do Cadastro RAIS 2005-2016.												
SETOR DE ATIVIDADE	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Extrativa Mineral	7	13	12	12	10	12	12	13	14	16	18	14
Indústria de Transformação	149	159	161	178	181	186	191	230	229	226	253	242
Serviços Ind Utilidade Pública	6	7	8	6	7	6	8	8	6	9	15	15
Construção Civil	54	70	75	98	122	128	158	171	200	188	235	176
Comércio	814	833	904	1.047	1.118	1.208	1.376	1.478	1.558	1.609	1.677	1.663
Serviços	420	488	520	596	660	723	853	954	1.024	1.089	1.180	1.247
Administração Pública	3	3	5	8	8	6	5	4	4	4	4	3
Agropecuária	242	262	285	290	281	297	310	329	316	357	336	331
Outros / Ignorados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	1.695	1.835	1.970	2.235	2.387	2.566	2.913	3.187	3.351	3.498	3.718	3.691

Fonte: MTE/RAIS Elaboração: FAPESPA/SEPLAN

No período em destaque, o vínculo empregatício no setor de comércio cresceu mais de duzentos por cento (200%) enquanto o setor de serviços cresceu 296%, confirmando a proposição das escolas privadas de formação técnico e profissional na cidade que estes sejam os principais setores em ascensão. Os empreendimentos selecionados para este estudo foram o Grupo Líder Comercio e Industria Ltda, Supermercado Atacadão S/A e Grupo Mateus. Os três empreendimentos possuem em comum o fato de já comporem o mercado nacional há mais de trinta anos cada, ambos afirmaram em suas entrevistas que a instalação das empresas em Marabá deveu-se segundo a necessidade de expansão de seus mercados consumidores.

O primeiro estabelecimento pesquisado, o Grupo Líder, é uma empresa familiar paraense que atua no mercado nacional há cinquenta e oito anos (58) e instalou-se em Marabá em julho de 2018 no quilômetro quatro (04) da Rodovia Transamazônica no bairro Nova Marabá. O gerente responsável pela empresa na cidade informou que no período de construção do prédio que comporta sua rede de

departamentos, o canteiro de obras contou com a colaboração de cento e vinte e cinco (125) trabalhadores, atualmente seu quadro de funcionários é de pelo menos seiscentose vinte e cinco (625) pessoas cujas funções são distribuídas entre os diferentes setores do supermercado, Farmácia, Loja de Materiais de construção, lanchonete e a loja de departamentos Magazan (um dos componentes do Grupo Líder) localizadas neste prédio e no Shopping Pátio Marabá.

Conforme destaca o gerente, os cargos para os quais a empresa mais contratou desde sua instalação foi para atendente de caixa e vendedor. Além destes, destacam-se também os cargos de Gerentes e Subgerentes de setor, supervisores, encarregados e auxiliares de encarregados, contudo não há parceria com qualquer escola de formação técnico/profissional instalada na cidade, o gerente destaca que:

A contratação de pessoal é feita através do departamento de Recursos Humanos da empresa, onde é feita a seleção e recrutamento de pessoas vindas da inscrição do site do grupo e parceria com o *site* [vagas.com](#) . Nós desenvolvemos nosso próprio treinamento na base de trabalho da empresa.

A gerencia desconheceu ainda a suposta parceria entre o Grupo Líder e a Escola (A) que destacou em sua entrevista a inserção de seus alunos nos setores de atendimento ao público de Supermercado, conforme demonstrado no tópico anterior. Compreende-se também na fala do gerente, que mesmo com a formação profissional de que disponha o candidato no ato de contratação, todos os servidores passam por um novo processo de treinamento, pois o Grupo dispõe de uma equipe própria de treinamento e capacitação de pessoal.

O segundo empreendimento pesquisado foi a rede de supermercados Atacadão S/A, localizado na Rodovia Transamazônica, quilometro 01 no bairro Nova Marabá. Diferentemente do primeiro Grupo entrevistado, esta rede é um segmento atacado-varejista pertencente ao Grupo francês de hipermercados Carrefour, que instalou filiais do Atacadão em vinte e seis (26) Estados e no Distrito Federal. Em Marabá sua instalação tem apenas 12 (doze) meses, uma diferença de apenas dois (2) meses em relação a instalação do Grupo Líder. De acordo com a gerencia, no período de construção da estrutura física o canteiro de obras contabilizava mais de cem (100) trabalhadores, atualmente a empresa contabiliza cento e noventa (190) funcionários diretos distribuídos entre as funções de líderes de equipe, operadores

de caixa, embaladores, repositores, auxiliares de depósito, estoquistas e fiscais de prevenção de acidentes.

Indagado acerca do método de contratação da empresa, o gerente informou que há uma parceria com o Senac para absorção de jovens através do programa “menor aprendiz”. Contudo, nenhuma outra escola privada de formação técnica/profissional da cidade foi mencionada. Conforme destacou, os funcionários são contratados a partir da análise dos currículos que são entregues no próprio escritório do hipermercado e em seguida passam por um treinamento interno para se adequarem a política da empresa.

No terceiro empreendimento pesquisado, não há diferenças consideráveis quanto ao método de contratação apresentado pelas outras duas empresas. O grupo Mateus é uma empresa maranhense que atua há trinta e dois (32) anos no mercado nacional e instalou-se há seis (6) anos em Marabá. Na cidade é composto pelo Supermercado Mateuse a loja de eletrodomésticos e eletroeletrônicos Eletro Mateus, localizados na Rodovia Transamazônica na Folha 33/Nova Marabá e o hipermercado atacado-varejista Mix Mateus também localizado na Rodovia Transamazônica no Núcleo Cidade Nova.

De acordo com seus gerentes Gilvan Vaz e Álife Freitas, responsáveis pelo Supermercado e Loja da Nova Marabá, no período de construção dos prédios o canteiro de obras contava com cerca de trezentos (300) trabalhadores. Atualmente tanto na filial da Nova Marabá quanto da Cidade Nova contam respectivamente com duzentos e setenta e cinco (275) e quatrocentos (400) funcionários diretos distribuídos entre os cargos de operadores técnicos do centro administrativo-financeiro, gerentes gerais e subgerentes, gerentes de setor, operadores de caixa, embaladores, fiscais de caixa e repositores de estoque interno e prateleiras.

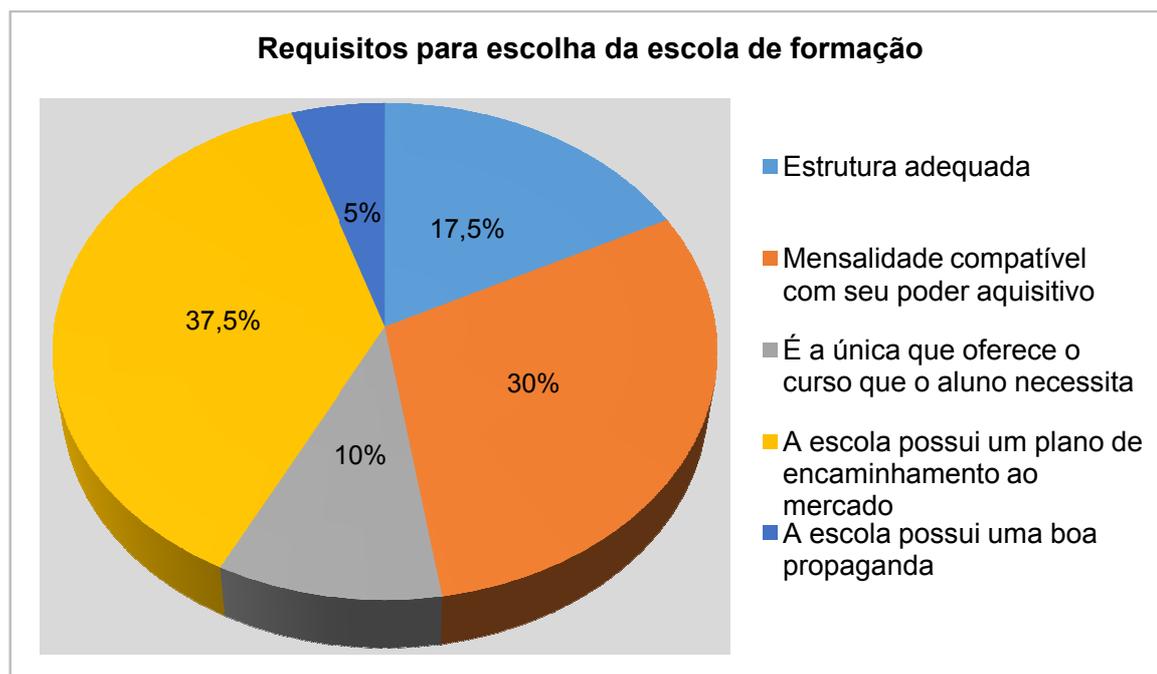
Conforme destacam os gerentes, o Grupo Mateus não desenvolve parcerias com nenhuma empresa de formação técnico/profissional da cidade, todos os funcionários são selecionados pelo departamento de Recursos Humanos após análise de currículos captados no centro administrativo de cada filial. Ademais, o Grupo conta também com a Universidade Líderes Mateus (ULMA) localizada em São Luís/Ma onde é desenvolvido o treinamento específico para cada chefe de setor de ambas as filiais.

Pelo exposto nas entrevistas, os três (3) empreendimentos pesquisados possuem em comum o fato de não desenvolverem nenhum tipo de parceria com as escolas técnico/profissionais da cidade, falseando suas afirmativas de que possuem uma estreita relação com o empresariado local. Por outro lado, os trabalhadores recebem treinamento das próprias empresas e fica por conta deles comprovarem suas capacidades, ou não, sendo responsabilizados pelo sucesso ou insucesso, independente das qualificações que por ventura tenham recebido das escolas de formação profissional, caso as tenha frequentado.

3.3 – As expectativas do quadro discente das escolas privadas de formação técnico e profissional de Marabá em relação ao mercado de trabalho.

Nesta fase da pesquisa foram aplicados questionários a quarenta (40) alunos provenientes das Escolas e Institutos de formação técnico e profissional aqui mencionadas. O objetivo desta etapa foi verificar suas expectativas em relação a Escola de formação escolhida, o curso em desenvolvimento e sobretudo, acerca do mercado de trabalho local. No primeiro gráfico, abaixo descrito, verificamos os requisitos de escolha do aluno para escola na qual desenvolve o curso técnico ou profissional.

GRÁFICO 1- Requisitos dos alunos para escolha das escolas de formação técnica e profissionais.



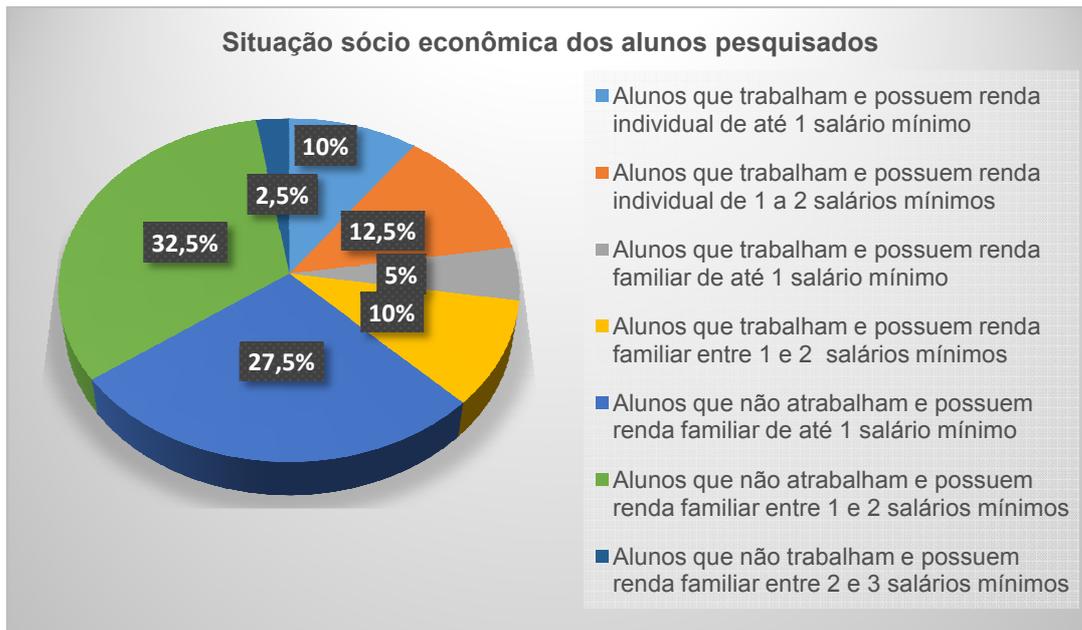
Fonte: elaborado pela autora com base em dados de campo.

O gráfico acima demonstra que para dezessete e meio por cento (17,5%) dos alunos, sua opção pela escola ou Instituto de formação técnico e/ou profissional deu-se a partir da análise de sua estrutura física e quadro de profissionais, julgados como adequados para o objetivo do aluno. Para trinta por cento (30%) dos alunos pesquisados, a escolha da escola estava diretamente relacionada ao seu poder aquisitivo, ou seja, a equivalência entre o curso que o aluno almejava e o que de fato pode pagar. Como muitos discentes já desenvolvem trabalhos autônomos no mercado local, conforme apontaremos no decorrer deste tópico, dez por cento (10%) dos alunos escolheram a escola por acreditar que seja a única que oferece o curso do qual necessitam para continuar a desenvolver suas atividades.

Confirmando a proposição do início deste capítulo de que o encaminhamento ao mercado de trabalho após a conclusão do curso trata-se apenas de um artifício de marketing por parte das escolas pesquisadas, trinta e sete e meio por cento (37,5%) dos alunos “compraram” a ideia de que a escola possui um plano de encaminhamento ao mercado de trabalho, enquanto cinco por cento (5%) se interessaram pela escola porque acreditam que possua uma boa propaganda.

O segundo gráfico analisa a situação sócio econômica dos alunos pesquisados com base em seu rendimento individual ou familiar.

GRÁFICO 2 – Situação socioeconômica dos alunos pesquisados.



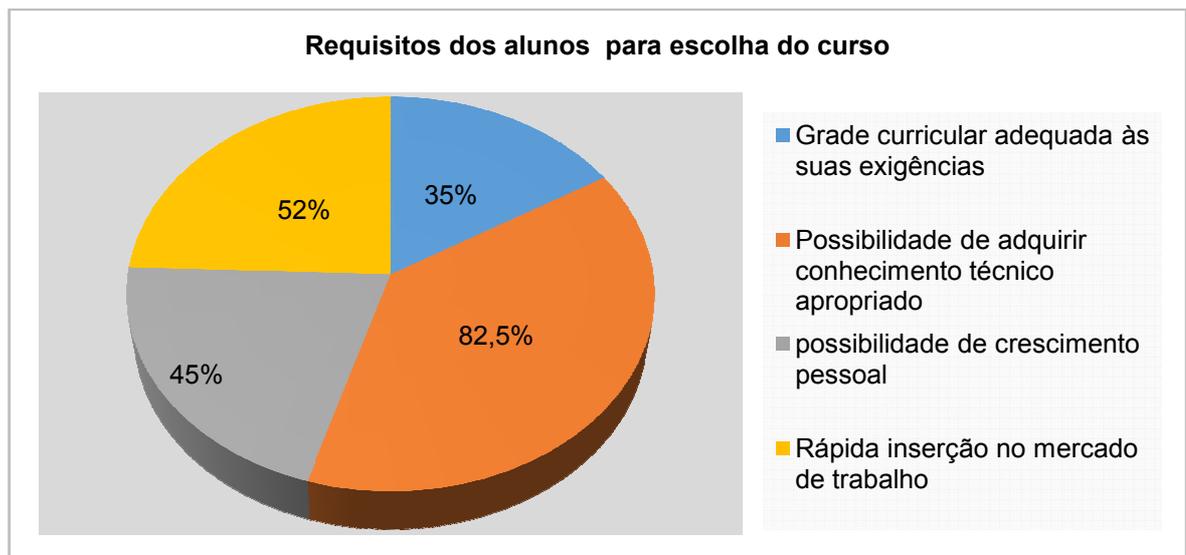
Fonte: elaborado pela autora com base em dados de campo.

O gráfico 2 nos permite uma amostra da situação econômica dos alunos das escolas em estudo. A maioria dos estudantes, numa porcentagem de trinta e dois e meio por cento (32,5%) ainda não trabalha ou encontra-se desempregada, contando com uma renda familiar de até dois (2) salários mínimos. O segundo maior percentual socioeconômico do gráfico (27,5%) é o de alunos com renda familiar de até um (1) salário mínimo que também não trabalham, dados que se correlacionam com os trinta por cento (30%) do gráfico anterior cuja escolha da escola está diretamente ligada ao valor da mensalidade para o curso desejado. Quinze por cento (15%) dos alunos pesquisados já estão alocados no mercado de trabalho e possuem renda familiar que varia entre dez por cento (10%) para renda entre um (1) e dois (2) salários mínimos e cinco por cento (5%) para renda de apenas um (1) salário. Os demais vinte e dois e meio por cento (22,5%) é composto por alunos que também são trabalhadores, cuja renda individual gira em torno de doze e meio por cento (12,5%) entre um (1) e dois (2) salários mínimos e dez por cento (10%) para até um (1) salário mínimo. A última estatística é a dos discentes que ainda não trabalham ou estão desempregados (2,5%), com renda familiar composta por até três (3) salários mínimos.

Esta amostragem nos revela, de acordo com os critérios de avaliação por faixas de salário mínimo do IBGE/2016 para a definição de classes socioeconômicas, que todos os alunos pesquisados oscilam entre as classes D e E, ou seja, estão inseridos na categoria vulneráveis e extremamente pobres respectivamente. Observa-se que o maior percentual, trinta e dois e meio por cento (32,5%) comporta não somente alunos que ainda não estejam em idade para adentrar formalmente no mercado de trabalho, mas também estudantes que se encontram desempregados e dependem de outros membros da família para custear seus estudos e despesas pessoais.

O terceiro e quarto gráficos expõem respectivamente os requisitos dos alunos pesquisados em relação a escolha dos cursos nas escolas onde estudam e suas expectativas em relação ao mercado de trabalho após a conclusão.

GRÁFICO 3 – Requisitos dos alunos para escolha do curso de formação técnico ou profissional.



Fonte: elaborado pela autora com base em dados de campo.

GRÁFICO 4 – Requisitos do aluno para escolha do curso por sua relação com o mercado de trabalho.



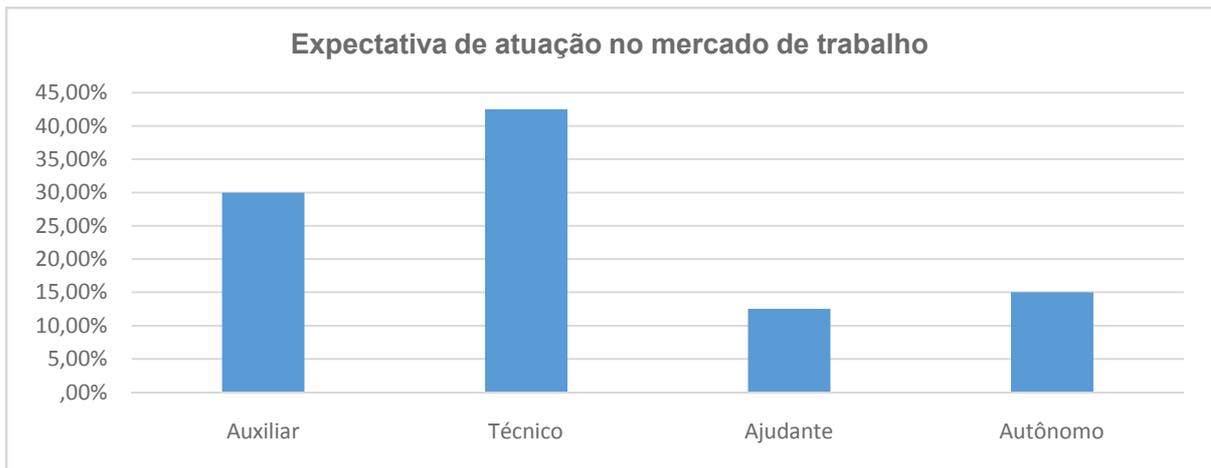
Fonte: elaborado pela autora com base em dados de campo.

Para a análise dos dados expostos no gráfico 3, levemos em consideração que cada aluno poderia escolher mais de uma opção que melhor comportasse sua resposta. Assim, ele evidencia que trinta e cinco por cento (35%) dos alunos acreditam que o curso possui grande curricular adequada as suas exigências, enquanto oitenta e dois e meio por cento (82,5%) escolheram o curso pela possibilidade de adquirir conhecimento técnico adequado ao que acreditam que o mercado exige. Para quarenta e cinco por cento (45%), o curso lhes proporcionará realização pessoal, ao passo em que cinquenta e dois e meio por cento (52%) acreditam que a conclusão do tipo de curso escolhido acarretará uma rápida inserção no mercado de trabalho.

O Gráfico 4 estabelece as expectativas dos alunos em relação a escolha do curso e o que compreendem como sua equivalência ao mercado de trabalho. O gráfico, evidencia maciçamente, que setenta por cento (70%) dos alunos pesquisados acreditam que o curso escolhido lhes proporcionará maior facilidade para adentrar no mercado. Para vinte por cento (20%) dos pesquisados, a escolha pelo curso perpassou a expectativa de realização profissional, à medida em que dez por cento (10%) dos alunos já trabalham na área de forma autônoma ou são funcionários que necessitam de certificação que comprove sua capacitação técnica. Para estes alunos, conforme indica o gráfico a seguir, no momento da escolha tanto

da escola de formação quanto do curso, já há uma expectativa em relação a maneira como serão absorvidos pelo mercado de trabalho.

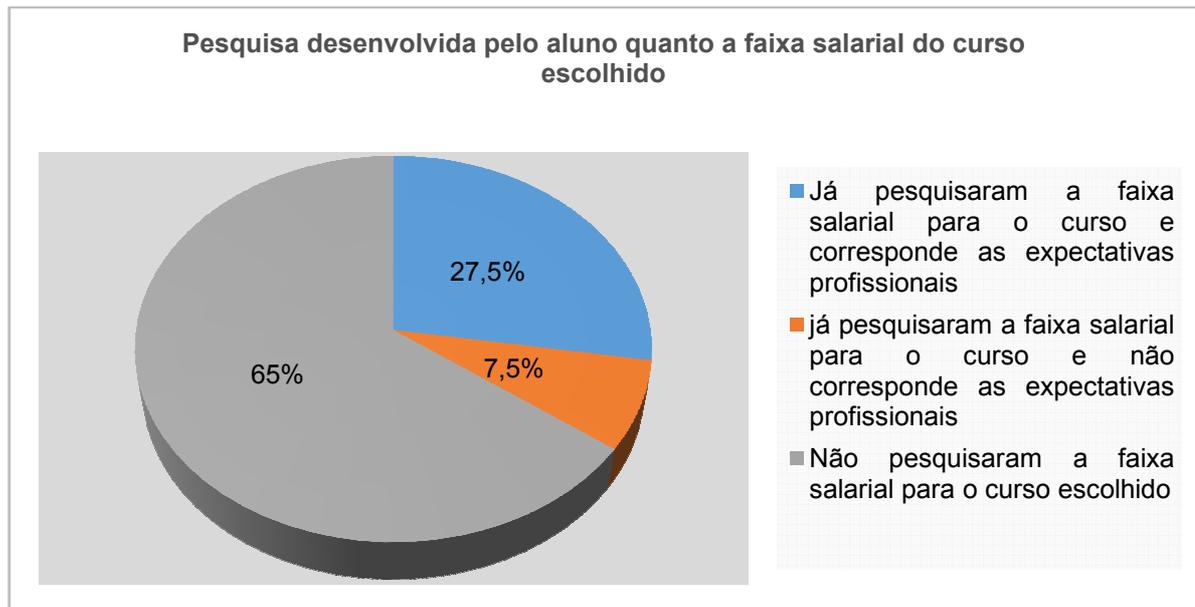
GRÁFICO 5 – Expectativas de posicionamento profissional dos alunos no mercado de trabalho.



Fonte: elaborado pela autora com base em dados de campo.

O gráfico 5 demonstra uma interessante tendência entre os alunos das escolas técnicas e profissionais de Marabá, pois ainda que estudem os mesmos conteúdos do curso, na mesma escola, os alunos pesquisados possuem expectativas diferentes de como poderão se inserir no mercado após a conclusão. Como é possível observar, para trinta por cento (30%) deles a esperança é de que sejam inseridos como auxiliares de trabalho, ao passo em que para quarenta e meio por cento (40,5%) serão absorvidos como técnicos, doze e meio por cento (12,5%) esperam ser contratados como ajudantes e quinze por cento (15%) pretendem abrir seu próprio negócio ou já são trabalhadores autônomos. O gráfico acima nos leva à tentativa de compreensão do quinto gráfico que ilustra o nível de informação dos alunos pesquisados em relação a faixa salarial oferecida pelo mercado para o curso escolhido. Neste gráfico o questionamento perpassava a pesquisa individual do discente para escolha do curso desejado.

GRÁFICO 6 – Pesquisa desenvolvida pelo aluno quanto à faixa salarial oferecida pelo mercado de trabalho para o curso escolhido.



Fonte: elaborado pela autora com base em dados de campo.

Com embasamento no gráfico acima, observamos que a maioria dos alunos (65%) não pesquisaram a faixa salarial para o curso em desenvolvimento, a medida em que vinte e sete e meio por cento (27,5%) pesquisaram a faixa salarial, a qual corresponde suas expectativas profissionais e sete e meio por cento (7,5%) não se sentem satisfeitos com as perspectivas salariais do curso no mercado. Diante desta conjuntura de pouca informação do alunado destas escolas de formação, mais uma vez nos valem da concepção de Althusser (1985) acerca da educação para compreender até que ponto a ideologia é responsável pela reprodução do modelo de qualificação exigido pela estrutura do mercado capitalista, a qual reproduz os ideais da classe dominante e retira do trabalhador, inclusive dentro do corpo docente a capacidade de reflexão quanto ao que o mercado lhe impõe:

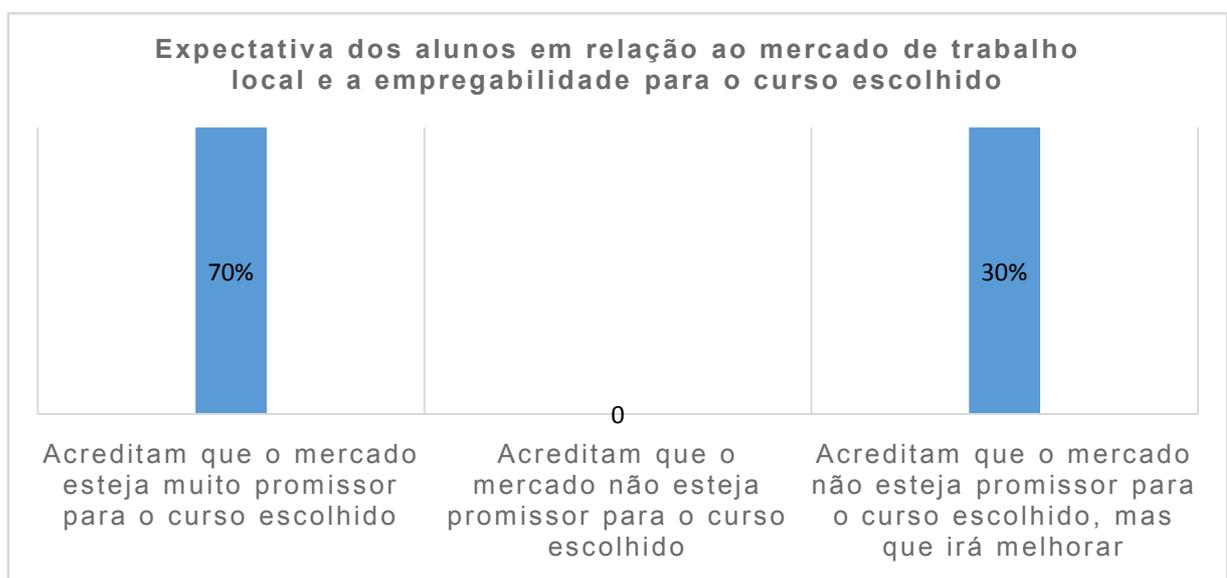
Eles questionam tão pouco que contribuem para alimentar esta representação ideológica da escola, que faz da Escola hoje algo tão —natural e indispensável, e benfazeja a nossos contemporâneos como a Igreja era —natural, indispensável e generosa para nossos ancestrais de alguns séculos atrás. (ALTHUSSER 1985, p. 81).

Seguindo esta concepção, o gráfico 7, conforme exposto abaixo, continua por evidenciar as expectativas do alunos pesquisados especificamente em relação ao mercado marabaense. Para a maioria dos discentes (70%), ainda que tenham desenvolvido poucas ou nenhuma pesquisa em relação ao curso em andamento

acreditam que o mercado profissional esteja promissor para seu curso. Trinta por cento (30%) dos alunos acreditam que o mercado local esteja passando por um momento de dificuldade em relação ao curso escolhido, mas que irá melhorar e nenhum dos alunos pesquisados acredita que o mercado de trabalho não esteja promissor ou sem possibilidade de mudança para o seu curso, mesmo porque esta concepção seria totalmente contraditória a ideia de profissionalizar-se em uma área cuja perspectiva de trabalho seja considerada insuficiente.

Esta afirmativa nos leva a compreensão de que, de fato, conforme mencionam os responsáveis pelas escolas pesquisadas, a evasão dos alunos ao longo do curso é mínima, uma vez que se encontram cheios de expectativas positivas quanto ao mercado.

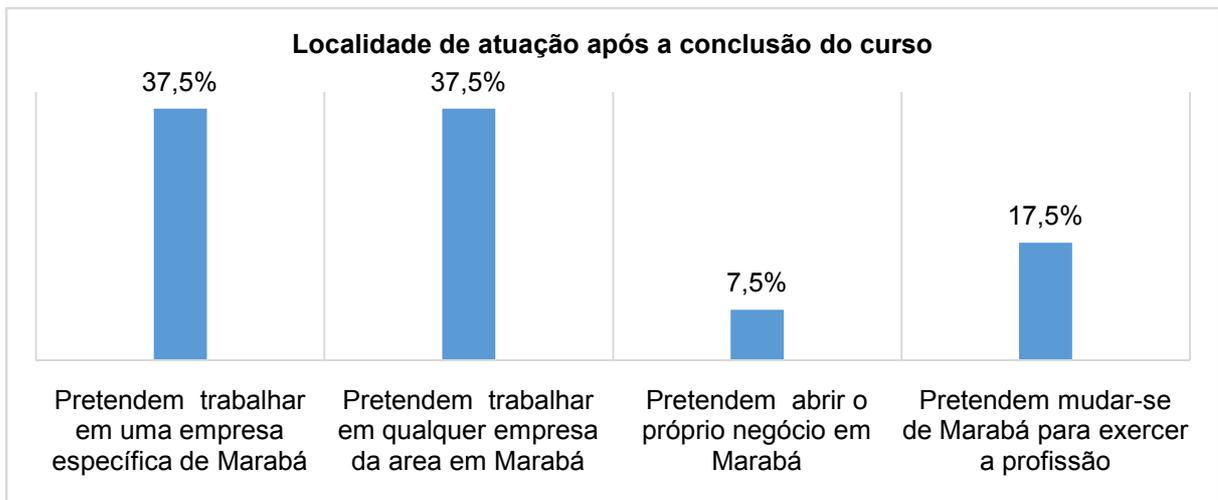
GRÁFICO 7 – Expectativa dos alunos em relação ao mercado de trabalho local e a empregabilidade para o curso escolhido.



Fonte: elaborado pela autora com base em dados de campo.

Indagados a respeito se pretendem atuar em Marabá ou região, o oitavo gráfico esboça a percepção dos alunos quanto ao posicionamento de seu curso na esfera local, regional ou nacional para o mercado de trabalho.

GRÁFICO 8 – Perspectiva do aluno quanto à localidade de atuação após a conclusão do curso.



Fonte: elaborado pela autora com base em dados de campo.

O Número de alunos que pretende atuar em uma empresa específica de Marabá e os que pretendem trabalhar em qualquer empresa na cidade é o mesmo segundo demonstra o gráfico, para os trinta e sete e meio por cento (37,5%) em ambas as prospectivas não é uma cogitação ausentar-se da cidade para exercer a profissão. Para os demais sete e meio por cento (7,5%) sua inserção no mercado local dar-se-á enquanto trabalhadores autônomos, confirmando os dados do GEM/2016 quanto ao crescimento do chamado empreendedorismo no país e ainda, confirmando a pesquisas de mercado do Instituto (C) que acredita que este tenha aumentado em Marabá.

Para os demais dezessete e meio por cento (17,5%) dos alunos pesquisados será necessário mudar-se de Marabá para exercer a profissão, independente de atuarem como autônomos ou como funcionários de alguma empresa, confirmando as afirmativas do Centro Educacional (B) que identificou, conforme já evidenciado, um elevado número de alunos que pretendem se deslocar para Canaã dos Carajás,

por exemplo, para tentar a sorte nos disputados cargos da Companhia Vale. Este padrão confirma mais uma vez a hipótese de que há o descompromisso da escola em relação aos seus alunos no término do curso. O próprio entendimento do discente de que necessita sair da cidade para conseguir emprego explicita a consciência de que a escola não tem o poder de garantir sua empregabilidade.

3.4 A construção ideológica por trás da formação técnica e profissional sustentada pelas escolas privadas de Marabá.

Nas seções anteriores vimos que a formação profissional de caráter privado em Marabá segue a dinâmica empresarial de comercialização do ensino, as escolas mostram-se bastante atualizadas no que concerne às exigências empregatícias da região; tornou-se uma necessidade deste tipo de prestação de serviços a investigação e supressão das demandas oriundas do mercado local. As escolas aqui mencionadas, ainda que em meio a evidente crise econômica marabaense, vendem um produto denominado “qualificação” o que, segundo elas, pode garantir a empregabilidade do indivíduo por fornecer o requisito básico para competir por uma vaga de emprego.

Não obstante, é necessário mencionar que, de fato, esses grupos empresariais possuem ciência acerca das necessidades para o quadro de funcionários dos empreendimentos pesquisados. Isto fica evidente no desenvolvimento de cursos voltados para o setor de atendimento ao público, uma das grandes necessidades do mercado local. Mas o que as força a modificar sua grade de cursos baseia-se exclusivamente em suas pesquisas de mercado e análise da configuração econômica regional e não necessariamente em sua relação de parceria com estes empreendimentos. Caberá sempre ao egresso se responsabilizar pela sua empregabilidade, numa situação de grande competição em que o emprego se torna cada vez mais escasso na cidade.

Verifica-se o caráter comercial deste segmento de formação no constante interesse de atualização dos cursos e mesmo na implantação de novos, conforme os apontamentos das pesquisas de mercado realizadas. O aumento gradativo do número de habitantes em Marabá e a eminente necessidade da população em

conseguir emprego apenas forneceram as condições para a instalação e sucesso de tantos empreendimentos desta ordem. Discursos que conferem ao aluno a necessidade de formação para suprir os cargos que surgem na implantação de novas iniciativas na cidade, garantem que o sustentáculo destas empresas é de fato a comercialização do ensino diretamente ligado ao mercado.

É de interesse do empresariado do setor de formação aparentar um arranjo de relações com os principais empreendimentos do mercado local antes mesmo do conhecimento do grande público, tal arranjo lhe garante *status* de centro educacional empregador. O próprio intuito de aparentar estreitas relações com as empresas da cidade demonstra também o desejo de oferecer um produto que exige, como qualquer outro disponibilizado, investimento em pesquisas de mercado, marketing, tecnologia e inovação.

A iniciativa de diferenciados grupos empresariais na região elevou o número de alunos nestas escolas, assim como os segmentos de cursos oferecidos; empresas antigas na região como a escola (A) alargaram sua oferta de cursos em prol das novas orientações do mercado. Por conseguinte, o Centro Educacional (B) desenvolveu-se e modificou seu panorama de cursos em menos de quatro (4) anos igualmente seguindo as diretrizes do mercado local. O Instituto (C) viu nas prerrogativas da crise econômica marabaense uma oportunidade para investir em seu negócio de formação para o profissional autônomo. Por fim, o Instituto (D), tradicional na formação técnica voltada para a área da saúde viu-se obrigado a reorientar seus cursos, inserindo alguns absolutamente ligados a formação profissionalizante. Cada uma destas modificações evidencia o caráter de reconfiguração do capital nesta região, cujas empresas se adequam as novas exigências para sua sobrevivência.

Nesta perspectiva, a empregabilidade do alunado das escolas de formação de Marabá acompanha as modificações do mercado local e depende do que Minarelli (2012) denomina como a capacidade de inserir-se ou ainda, manter-se no mercado, para o autor, esta capacidade está diretamente ligada ao nível de qualificação do profissional ou simplesmente relacionada a sua adequação às novas exigências do sempre mutável mundo do trabalho. Oliveira (2000) também trata este conceito de maneira que se possa atrelar seu “sentido” à construção ideológica pregada nas escolas de formação aqui mencionadas:

No sentido mais comum, “empregabilidade” tem sido compreendida como a capacidade do indivíduo manter-se ou reinserir-se no mercado de trabalho, denotando a necessidade de o mesmo agrupar um conjunto de ingredientes que o torne capaz de competir com todos aqueles que disputam e lutam por um emprego (OLIVEIRA 2000, p. 198).

Ainda que sem uma leitura apurada, este conceito é claramente empregado na formação oferecida pelas escolas mencionadas neste trabalho, trata-se de aparentemente adequar o aluno a exigência do mercado marabaense. Estas escolas afirmam fornecer o substrato para alocação do aluno no mercado de trabalho, entretanto o êxito ou fracasso do estudante depende necessariamente de sua postura mediante o quadro de necessidades e a qualificação profissional e pessoal de que dispõe, além de outros fatores que lhes são alheios.

Em todas as escolas aqui analisadas, o compromisso com o aluno atinge, no máximo, o limite do estágio, isto quando se tratam de áreas de formação cujo término somente ocorre após o exercício supervisionado, quando não, limita-se a retenção de currículos para probabilidade futura de encaminhamento ao mercado. Desta forma, como já tão abordado aqui, as escolas privadas de formação técnico e profissional de Marabá disponibilizam um produto denominado qualificação e relegam a empregabilidade à maneira como o aluno utiliza este produto. Neste aspecto, Ferreti e Júnior (2000) analisam o contexto no qual a formação profissional tem avançado no País:

No momento atual, com a mercantilização da educação e sua respectiva redefinição no âmbito simbólico-cultural, com a subordinação ao econômico, ao mercado, tendo como consequência a transposição de construtos teóricos do mundo da produção para a esfera educacional, o duplo movimento contraditório tornado explícito por Marx parece ter chegado ao seu ápice com a lógica da competência – que tudo naturaliza –, a ponto de ter o trabalhador a responsabilidade total e individual pela obtenção de um trabalho, no contexto de um mundo sem emprego (FERRETI; JÚNIOR 2000, P. 64).

Ainda neste sentido, Congílio e Martins (2015) correlacionam o paradigma formativo desenvolvido nesta região ao interesse capitalista que, por sua vez, esclarece que a elite econômica ramifica seu espaço de poder por intermédio de uma ação conjunta entre capital e Estado:

O que enfatizamos é uma forma de capitalismo, o neoliberal, como expressão ideológica de um determinado período histórico em que se propagam valores que privilegiam, entre outros pelo ensino, a construção da mentalidade mercadológica em vigor na sociedade capitalista. Observamos que há interesse dos poderes dominantes em adequar a educação profissionalizante (mas não só) às perspectivas de mudanças relacionadas ao modelo produtivo, ou seja, inserir elementos relacionados a reestruturações produtivas no sistema educacional que conformam contradições expressivas no espaço amazônico (CONGÍLIO; MARTINS 2015, p. 167).

Deste modo, compreendemos que no espaço amazônico as formas de expansão do capital assumem posturas de coexistência com diversas vertentes capitalistas que se interligam no Sudeste do Pará, uma destas vertentes atrela-se as concepções formativas dotadas de forte construto ideológico para o trabalhador local. O argumento da reestruturação produtiva em meio à crise econômica nacional dissemina de maneira conveniente o discurso de adaptabilidade as novas exigências para adentrar no mercado marabaense que, em suma, não passou por significativas transformações, apenas desenvolveu novas maneiras de explorar a baixo custo a força de trabalho regional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o processo histórico que delinea a formação profissional no Brasil, é primordialmente buscar reunir as características que inserem o país na conjuntura econômica mundial desde o limiar de sua colonização, pois em todas as épocas a formação pretendida não somente pelo governo, mas também por diversas iniciativas privadas sempre orientou-se segundo intenções imediatistas tanto do mercado nacional quanto externo, procurando atender os pilares econômicos mais urgentes. O século XX inaugura o período em que efetivamente a formação técnica e profissional assume uma postura estritamente capitalista, momento em que o Estado adota os interesses do capital privado seguindo as orientações de organizações econômicas internacionais, como o Banco Mundial, para criar meios que ampliassem a massificação da educação voltada para a nova dinâmica de formação do trabalhador, norteadas pelas diretrizes da internacionalização do trabalho.

As crises estruturais pelas quais passaram o sistema capitalista, em meados da década de 1960, fizeram emergir um processo de expansão de sua fronteira econômica em escala mundial, mas especialmente nos países periféricos da América Latina, cujo modelo de desenvolvimento dependente restringiu sua produção a exportação de matéria primas por valores irrisórios aos países dos centros hegemônicos de poder. Assim, nasceu aliado a este padrão de acumulação do capital, um paradigma de alta rotatividade nas relações de exploração da força de trabalho nesses países. Estes passaram a enfrentar para além das demandas econômicas, problemas também nas esferas sócio-políticas e ambientais, com efeitos irreversíveis aos modos de vida das populações locais.

A Amazônia brasileira se inseriu neste panorama de globalização da economia, à medida que o Estado, por meios de incentivos fiscais e creditícios, propiciou as condições para que seus recursos naturais e humanos fossem postos à disposição do grande capital internacional, tornando-se responsável, inclusive, pela implementação da infra-estrutura necessária à locação de distintos projetos exploratórios da iniciativa privada. Com efeito, o imenso potencial mineral e energético do Sudeste do Pará adentrou neste contexto de mundialização do capital como requisito governamental ao interesse de desenvolvimento e modernização da

região, embora suas políticas estratégicas tenham se voltado quase que inteiramente a apoiar os negócios externos que vislumbravam na Amazônia a possibilidade de exploração a baixo custo.

Em decorrência do amplo número de projetos de exploração agro minerais implantados em seu município e áreas circunvizinhas, Marabá faz parte dos municípios do sudeste do Pará que passaram pela mais radical transformação estrutural e econômica de sua história a partir da década de 1980, o que culminou também na expansão de sua fronteira social. O município viu sua população quase que dobrar entre o interstício de 1990 a 2000, resultado de uma produção voltada em grande escala aos interesses dos empreendimentos de exploração de matéria prima que demandavam grande contingente de trabalhadores formais, e, notadamente informais, ansiosos pela expectativa de crescimento pessoal nos empregos gerados pelo setor mineral.

Entretanto, assim como no século anterior, o capitalismo passou por mais uma crise estrutural na primeira década do século XXI, derrocada que reajustou as principais atividades econômicas no município de Marabá fazendo emergir uma nova estruturação do mercado local. Deste ponto, este trabalho procurou evidenciar como a precariedade nas relações de trabalho, já notórias na própria configuração de exploração dos trabalhadores regionais geradas por esses empreendimentos, tornou-se ainda mais latente nos aspectos da competitividade e subsistência, agora orientados para novas iniciativas empresariais, notadamente, no setor comercial e de prestação de serviços.

Quando reconfigurou-se o mercado local, nasceu inerente as estas modificações o construto ideológico de formação técnica e profissional voltado a atender as novas exigências do mundo do trabalho. Tornou-se mais agressiva, assim, a ideologia da qualificação, regida pelo pretexto de que o trabalhador que outrora necessitava adentrar nos setores da indústria de transformação em Marabá, deveria qualificar-se para permanecer no posto já ocupado ou reinserir-se em novas áreas que demandam conhecimentos distintos dos até então adquiridos pelos profissionais da região.

O empresariado da formação técnica e profissional aproveitou bem esta reestruturação do mercado local, pois a crise financeira pela qual vem passando o município desde 2008 alargou seus horizontes de exploração da fragilidade do

trabalhador marabaense com base em suas expectativas formativas e pessoais. Os dados coletados em campo revelaram que a maioria dos alunos pesquisados é de baixa renda e que eles optaram por um curso em especial porque acreditaram que a escola escolhida lhes ofereceria os atributos necessários para adentrarem no mercado de trabalho.

Esta pesquisa averiguou que a formação técnica e profissional no setor privado em Marabá utiliza-se do artifício ideológico que relega ao próprio trabalhador a responsabilidade por seu sucesso no acirrado mercado de trabalho, propiciando-lhe, por meio de seus cursos e metodologias, o que alegam como o recurso imaterial capaz de lhe garantir o emprego. Doravante, a maneira como estes profissionais egressos se apresentam ou se inserem no mercado depende mais de suas capacidades pessoais de absorção do conhecimento e “luta pelo emprego” que do arcabouço teórico oferecido pelas escolas onde se formaram.

O construto analítico empreendido neste trabalho intentou revelar que a concepção das escolas de formação profissional em Marabá nada mais é do que um reflexo da dialeticidade da sociedade capitalista que mercantiliza a educação sob a égide falseadora de que o mercado está aberto a receber o profissional cada vez mais qualificado e polivalente, quando na verdade, não há empregos suficientes para absorver tamanho contingente de qualificados que permanecerão desempregados.

Ao mesmo tempo em que se lançam milhares ao mercado, o sistema retém o poder de precarizar cada vez mais as condições de trabalho, relegando ao trabalhador a impotência que o levará a submeter-se aos vieses ilusórios propagandísticos da qualificação profissional, na esperança de permanecer empregado.

REFERÊNCIAS

ACIM, Associação Comercial e Industrial de Marabá. Disponível em: <<http://www.acimmaraba.com.br>> acesso em 26 de outubro de 2016.

ALMEIDA, J.JA **cidade de Marabá sob o impacto dos projetos governamentais**. Dissertação de Mestrado do programa de pós graduação em História Econômica do departamento de História da FFLCH. São Paulo 2008.

ALVES, E. (org). **Modernização produtiva e relações de trabalho: perspectivas de políticas públicas**. Petrópolis: Vozes, 1997.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado: Nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado**. [trad. de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro] - Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ANTUNES, R. **OS SENTIDOS DO TRABALHO: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**- São Paulo, Boi Tempo 1999. 1ª edição.

ANTUNES, R. ALVES, G. **AS MUTAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO NA ERA DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL** - *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial: o trabalhador e o processo de integração mundial**. Washington, 1995. p. 46-47. Composição e impressão: American Writing Corporation. Tradução Portuguesa.

BARONE, R.E M. **Formação profissional: uma contribuição para o debate brasileiro contemporâneo a partir da experiência internacional**. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v. 22, n.2, p. 15-21, jan/agoabril 1998.

BARRADAS, A. M. S; CALANZAS, M.J.C. **Fábrica PIMPO: uma discussão sobre Política de Treinamento de mão de obra no período de 1963 – 82**. Rio de Janeiro, Instituto de estudos avançados em Educação, 1986.

BASTOS, R. M.B. O BANCO MUNDIAL COMO ARTICULADOR DA MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA PERIFERIA CAPITALISTA.

Universidade Federal do Ceará. Disponível em:file:///C:/Users/Cliente/Downloads/28293193_O_BANCO_MUNDIAL_COMO_ARTICULADOR_DA_MERCANTILIZACAO_DA_EDUCACAO.pdf. Acesso em 24 de fevereiro de 2018.

BRASIL, **decreto lei nº 2.208/97**. Disponível em: <[http: planalto. Gov.br/ccivil](http://planalto.gov.br/ccivil)> Acesso em 13 de junho de 2016.

BRASIL, **decreto lei nº 11.195/2005**. Disponível em: <[http: planalto. Gov.br/ccivil](http://planalto.gov.br/ccivil)>Acesso em 13 de junho de 2016.

BRASIL, **decreto lei nº 11.892/2008**. Disponível em: <[http: planalto. Gov.br/civil](http://planalto.gov.br/civil)>Acesso em 13 de junho de 2016.

BRASIL, **decreto lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 de diretrizes e bases da educação brasileira**. Disponível em: <planalto.gov.br/ccivil. Acesso em 12 de abril de 2016.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razão, princípios e programas – PDE, 2007**.

BRASIL, MINISTÉRIO DO INTERIOR – **PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE MARABÁ (PEDUM) – São Paulo, 1971**.

BRASIL, M.C. **Urbanização na Região Norte : Uma análise exploratória das mesorregiões in SANTOS** , Taís de Freitas (org) Dinâmica populacional das regiões Norte e Nordeste : questões atuais e emergentes.Recife.FJN. Massangana, 2000, p.139 – 162.

BRASIL/MEC INEP – MDA/INCRA. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária**. Brasília, DF: 2004.

CASTRO, E. **Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana**, 2012.Pacatatu

CARNEIRO, M.S. **Terra, trabalho e poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo**– São Paulo: Annablume,2013.

CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Rede Federal completa 107 anos de educação pública e de excelência.** Disponível em: <<http://www.portal.conif.org.br>> Acesso em 30 de outubro de 2016.

CONGÍLIO, C.R. **Duas faces da mineração no sudeste Paraense: o extrativismo minerário como base material do neodesenvolvimentismo.** 2015. Mimeo. Apresentado na VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 25 a 28 de agosto de 2015 na Universidade Federal do Maranhão.

CONGÍLIO, C.R. **Reestruturação do Capital e Impactos nas Políticas em Educação e Trabalho no Sudeste Paraense.** CONFRONTEIRAS. Universidade Federal do Pará, Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia e Tocantins, Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Mudança Social no Sudeste Paraense – GEPEMSSP – n. 1. (2011) – Marabá: FACSAT.

CONGILIO, Celia.R.C. **Através do Brasil : taylorismos fordismos e toyotismos –caps. -I e II.** Tese de doutorado. São Paulo, PUC, 2004.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil Escravocrata.** São Paulo. Ed. Unesp; Brasília 2000.

FRIGOTTO, G. **A RELAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA COM A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.** Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out. 2007

GRECO, S.M.S.S (coord). **GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR EMPREENDEDORISMO NO BRASIL : 2016** \ Coordenação de Simara Maria de Souza Silveira Greco; diversos autores -- Curitiba: IBQP, 2017.

HÉBBETE, J. **cruzando a fronteira: 30 anos de estudo de campesinato na Amazônia**/Jean Hébbete. – Belém: EDUFPA, 2004.

HELOANI, R. PIOLLI, E.– **A falácia da qualificação: dilemas do (des)emprego dos profissionais de nível superior.** HELOANI, Roberto. PIOLLI, Evaldo. REVISTA USP, São Paulo, n.64, p. 201-210, dezembro/fevereiro 2004-2005

IBGE –INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **Censo Populacional de Marabá 2007.** Disponível em: <<http://www.ibge.org>>

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -**CENSO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE 1999** – disponível em: <[http://portal.inep.gov.br/censos especiais](http://portal.inep.gov.br/censos_especiais)>.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -**Classes sociais por faixas de salário mínimo (IBGE)**. Disponível em: <https://thiagorodrigo.com.br/artigo/faixas-salarias-classe-social-abep-ibge/acessoem> 25 de Junho de 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS– **Dados da indústria no município de Marabá/PA**. Disponível em: <<http://www.ibge.org>> acesso em 26 de abril de 2016.

LAVILLE, C. **A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas**/ DIONNE, J. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LOUREIRO, V.R.**Amazônia: Uma História de Pedras e Danos, um Futuro a (re)construir**. Estudos Avançados. São Paulo. V. 16. Nº 45. 2002.

MADEIRA, W.V – **Capitalismo tardio e as veias abertas da Amazônia Brasileira**. IV ENCUENTRO INTERNACIONAL ECONOMÍA POLÍTICA Y DERECHOS HUMANOS, del 09 al 11 de Septiembre de 2010.

MANFREDI, S.M**Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez,2002.

MARTINS, R.N, CONGÍLIO, C.R – **Educação como estratégia de controle e expansão do capitalismo no sudeste paraense**. Lutas Sociais nº 35, Jul./Dez. 2015.

MARTINS, R.N**Toyotização do currículo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará**: Campus Industrial de Marabá e a expansão do capitalismo na Amazônia /Renato Noronha Martins. – 2014. 172 f.; 30.

MARX, K. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, K. **Contribuição para a crítica da economia política**. Lisboa, Ed, estampada, 1973.

MINARELI, J.A. **Empregabilidade: O caminho das pedras**. São Paulo: Gente, 2012.

MILITÃO, M.N – **Educação profissional. Dicionário de Educação Profissional. Belo Horizonte**: Núcleo de Estudos sobre trabalho e educação, UFMG, 2000.

NASSIF, Vânia Maria Jorge. **Empreendedorismo por Necessidade: O Desemprego como Impulsionador da Criação de Novos Negócios no Brasil**. Disponível em:
<http://Empreendedorismo+por+Necessidade+%3A+O+Desemprego+como+Impulsionador+da+Criação+de+Novos+Negócios+no+Brasil+Ano+XII>. Acesso em 21 de junho Ed 2018

OLIVEIRA, R. **Éramos Felizes e não Sabíamos: uma Análise da Educação Profissional Brasileira** - *Ramon de Oliveira* - Menção honrosa na Categoria Artigos do "*Prêmio Senac de Educação Profissional*", 2000.

PICOLI, F. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 7-75.

POCHMANN, Márcio. **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social**. São Paulo : Cortez: Fundação Perseu Abramo 2002.

PONTE, Juliano Pamplona Ximenes. **Rede de Avaliação e Capacitação Para Implementação dos Planos Diretores Participativos**. Pará: Relatório de Avaliação de PDP – Município de Marabá. Belém 2009.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p. 9-32.

SEGNINI, L. R. P. “**Educação e Trabalho uma tão Necessária Quanto Insuficiente**”, in Revista São Paulo em Perspectiva, no 2 , vol. 14. São Paulo, Fundação Seade, 2000.

SEPLAN – **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DE MARABÁ 2016**. Disponível em :<http://maraba.pa.gov.br/principais+atividades+economicas+de+maraba> acesso em 24 de maio de 2016.

TAVARES M. G - UEPG-PR.**Evolução da rede federal de educação profissional e tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil 2012**. IX ANPED SUL – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul.

THEIS, I M. BUTZKE, M. **CAPITALISMO: Crises e resistências – O paradoxo da geografia no capitalismo mundializado**. 1 ed. – São Paulo: Outras Expressões. 2012.

VELHO, Otávio. **Capitalismo autoritário e campesinato**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. 1 vol.

WITTACZIK, L. S. **Educação Profissional no Brasil: Histórico**. SENAIsc-Jaraguá do Sul. E-Tech: Atualidades Tecnológicas para Competitividade Industrial, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 77-86, 1º. sem., 2008.

APÊNDICE

ENTREVISTAS

Entrevista nº 1 - realizada em 14 de janeiro de 2014 Com o Senhor Zeferino Abreu Neto, presidente do SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE FERRO GUSA DO ESTADO DO PARÁ – SINDIFERPA .

Entrevista nº 2 - realizada em 14 de Fevereiro de 2014 com o senhor Flávio Almeida representante da Associação Comercial e Industrial de Marabá-ACIM.

Entrevista nº 3 – realizada no dia 24 de Novembro de 2017 com o diretor franquial da Escola de formação Profissional (A).

Entrevista nº 4 – Realizada no dia 24 de Novembro de 2017 com o diretor do Centro Educacional e Ensino Técnico (B)

Entrevista nº 5 – Realizada no dia 16 de Fevereiro de 2018 com a diretora franquial do Instituto (C).

Entrevista nº 6 – Realizada no dia 16 de Fevereiro de 2018 com a proprietária do Instituto (D).

Entrevista nº 7 – Realizada com o presidente da SIMETAL, senhor Neiba Dias no dia 25 de Junho de 2018.

PERGUNTAS DAS ENTREVISTAS DESENVOLVIDAS COM OS REPRESENTANTES DAS ESCOLAS DE FORMAÇÃO TÉCNICAS E PROFISSIONAIS DE MARABÁ



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS TERRITORIAIS E SOCIEDADE NA AMAZÔNIA – PDTSA**

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Nome da escola:

Responsável pela escola:

Segmento que atende:

- 1 - Qual o tempo de atuação no mercado nacional, regional ou local?
- 2 - Quais os cursos oferecidos pela escola?
- 3 - Qual a quantidade média de alunos por curso?
- 4 - Qual a escolaridade exigida para frequentar os cursos?
- 5- Quais os cursos mais procurados em sua grade de formação?
- 6- A escola desenvolve pesquisas de mercado para perceber quais cursos deve ofertar?
- 6.1- Segundo a escola, quais as principais necessidades de cursos para o mercado local?
- 7- Os cursos são ofertados conforme a demanda do mercado marabaense?
- 8- Quantos alunos ingressam e quantos se formam na escola anualmente?
- 9- A escola investe em propaganda para divulgar seus cursos?
- 9.1- Quais são os veículos utilizados?
- 10- A escola investe em tecnologia para desenvolvimento de seus cursos?
- 11- Há parcerias entre a escola e empresas ou grupos empregadores para realização de estágios ou absorção dos alunos em seu quadro de funcionários?
- 12- Qual a perspectiva de inserção no mercado para os alunos que concluem os cursos mais requisitados da escola?
- 13- Na perspectiva da escola o setor de formação técnico/profissional cresceu ou diminuiu nos últimos anos em Marabá?

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS TERRITORIAIS E SOCIEDADE NA
 AMAZÔNIA – PD TSA

NOME:

IDADE:

ESCOLARIDADE:

ENDEREÇO:

CURSO:

TEMPO DE DURAÇÃO:

VALOR DA MENSALIDADE:

QUESTIONÁRIO

1 – Por que você optou por esse curso?

Expectativa de maior facilidade em relação ao mercado de trabalho ()

Expectativa de realização pessoal em relação a carreira desejada ()

Já trabalha na area, mas necessita de certificado que comprove formação ()

2 - Quais características o curso possui que chamaram sua atenção? (mais de uma alternativa pode ser marcada)

Grade curricular adequada às sua exigências ()

Possibilidade de adquirir conhecimento técnico apropriado ()

Possibilidade de **crescimento pessoal** ()

Rápida inserção no mercado de trabalho ()

3 - Em qual colocação esse curso pode inserir você no mercado de trabalho após a conclusão ?

Auxiliar () técnico () ajudante () autônomo ()

4 - Como você acha que está a necessidade do mercado de trabalho em Marabá e na região em relação ao curso que você está fazendo?

O mercado está muito promissor para este curso ()

O mercado não está promissor para este curso ()

O mercado não está muito promissor para este curso, mas acredito que irá melhorar ()

5 - Você está empregado atualmente?sim () não ()

5.1 - Se está trabalhando, em quê?

5.2 – Qual sua renda mensal individual ou familiar? (escolha a renda individual ou familiar)

1 salário mínimo () Individual () Familiar

De 1 a 2 salários mínimos () Individual () Familiar

De 2 a 3 salários mínimos () Individual () Familiar

Mais de 3 salários mínimos () Individual () Familiar

6 - Já pesquisou a faixa salarial para o curso que você está fazendo?

sim () não ()

6.1 - Se pesquisou, essa faixa salarial corresponde às suas expectativas profissionais?

sim () não ()

6.2 - Essa area de atuação corresponde às suas expectativas pessoais?

Sim, sempre desejei trabalhar nesta area()

Não, optei pelo curso porque tenho mais possibilidade de conseguir emprego ()

7 – Você pretende trabalhar em Marabá após a conclusão do curso?

sim () não ()

7.1 – Em qual empresa ou estabelecimento?

7.2 – Se não pretende trabalhar em Marabá, em qual cidade e empresa ou estabelecimento pretende atuar?

8 - Por que escolheu esta escola de formação para realizar o curso? (mais de uma alternativa pode ser marcada)

Estrutura adequada ()

Mensalidade compatível com seu poder econômico ()

É a única que oferece o curso que você necessita ()

A escola possui um plano de encaminhamento ao mercado após a conclusão do curso ()

A escola possui uma boa propaganda ()

9 – Por quais meios de informação você ficou sabendo a respeito da escola e de seus cursos?

Jornais () panfletos () *outdoors* () rádio () televisão () redes sociais ()

Propaganda em carro de som ()

Indicação de pessoas que estudam ou já estudaram na escola ()

Indicação de pessoas que já ouviram falar da escola ()

10 -Em quais empresas (em Marabá ou em outra cidade) você pretende apresentar seu currículo após a conclusão do curso?

PERGUNTAS DAS ENTREVISTAS DESENVOLVIDAS COM OS REPRESENTANTES DOS GRUPOS ATACADO/VAREJISTAS INSTALADOS EM MARABÁ.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS TERRITORIAIS E SOCIEDADE NA
AMAZÔNIA – PD TSA**



NOME DO ENTREVISTADO:

CARGO QUE OCUPA NA EMPRESA:

TEMPO DE ATUAÇÃO NA EMPRESA:

1. – Nome jurídico do empreendimento e proprietário.
2. – Tempo de atuação da empresa no mercado nacional e mercado local.
3. – Motivo de instalação do empreendimento em Marabá.
4. – Quantidade de funcionários no período de instalação e quantidade atual.
5. – Método de contratação utilizado pela empresa.
6. – Principais cargos e faixa salarial dos funcionários.
7. – Parcerias com escolas de formação técnico e/ou profissional em Marabá